

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAROLINI MACHADO BANDEIRA

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE MATERNAGEM NA MIGRAÇÃO VENEZUELANA:
UM ESTUDO COM MULHERES-MÃES MIGRANTES EM CURITIBA E REGIÃO
METROPOLITANA (2016-2024)

CURITIBA

2025

CAROLINI MACHADO BANDEIRA

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE MATERNAGEM NA MIGRAÇÃO VENEZUELANA:
UM ESTUDO COM MULHERES-MÃES MIGRANTES EM CURITIBA E REGIÃO
METROPOLITANA (2016-2024)

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia no Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Sérgio Batista Silveira de Oliveira

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Bandeira, Carolini Machado

Desafios e estratégias de maternagem na migração
venezuelana : um estudo com mulheres-mães migrantes em
Curitiba região metropolitana (2016-2024). / Carolini Machado
Bandeira. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná,
Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Sérgio Batista Silveira de Oliveira.

1. Mães (migrantes). 2. Migração de nações. 3. Maternidade.
I. Oliveira, Marcio Sérgio Batista Silveira de. II. Universidade
Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
III. Título.

Bibliotecário: Dênis Junio de Almeida CRB-9/2092



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **CAROLINI MACHADO BANDEIRA**, intitulada: **DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE MATERNAGEM NA MIGRAÇÃO VENEZUELANA: UM ESTUDO COM MULHERES-MÃES MIGRANTES EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA (2016-2024)**, sob orientação do Prof. Dr. MARCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 02 de Julho de 2025.

Assinatura Eletrônica

02/07/2025 11:08:32.0

MARCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

04/07/2025 10:56:50.0

HENRIQUE DA COSTA VALERIO QUAGLIATO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)

Assinatura Eletrônica

10/07/2025 11:51:16.0

TÂNIA MARA PASSARELLI TONHATI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste mestrado e para a escrita desta dissertação. Cito aqui algumas nominalmente, mas estendo meu agradecimento a todos os professores, colegas e amigos que fizeram parte dessa trajetória. Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Márcio de Oliveira, pelos ensinamentos, questionamentos, paciência e *feedbacks* sempre gentis e assertivos. Sua paixão pelo tema das migrações inspira a todos os seus alunos.

Agradeço à minha amiga e colega de turma, Juliana Espinosa, pelos cafês, risadas, ombro amigo para desabafos e sugestões de leituras feministas. Agradeço também pela leitura atenta desta dissertação antes do exame de qualificação e pelas sugestões dadas. Ju, você é demais!

Agradeço às oito mulheres que gentilmente aceitaram participar desta pesquisa, concedendo-me seu tempo e confiando-me suas histórias e perspectivas. Esta dissertação não seria possível sem vocês. Registro aqui minha profunda admiração por sua força, coragem e atitude positiva diante dos desafios da vida.

Agradeço a toda a minha família, em especial, à minha dinda Catia, e minha avó, Maria Licia, pelo incentivo e por se empenharem ativamente em me ajudar a conseguir entrevistas. Ao meu pai, Antônio Bandeira, por sempre acreditar em mim e demonstrar interesse pela minha caminhada acadêmica. À minha mãe, Liria Bandeira, a quem passei a admirar ainda mais ao fazer essa pesquisa sobre mães. À Walter Donato Barbosa da Silva, *in memoriam*, o melhor dindo que eu poderia ter tido e cuja falta é sentida por toda a família, todos os dias.

Agradeço ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida durante a realização do mestrado, e a todos os servidores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa analisa os desafios enfrentados por mulheres-mães migrantes venezuelanas que residiam com suas famílias em Curitiba e na Região Metropolitana entre os anos de 2016 e 2024, investigando as estratégias mobilizadas por elas para lidar com os obstáculos decorrentes da migração. Por meio de entrevistas semiestruturadas, foram identificados desafios recorrentes, tais como barreiras linguísticas, dificuldades de inserção no mercado de trabalho, xenofobia e violência de gênero. Especificamente em relação aos filhos, as migrantes destacaram a ausência de uma rede de apoio, além de relatos que indicam a ocorrência de *bullying* e dificuldades de adaptação, gerando preocupações com o bem-estar emocional das crianças. As diferenças culturais, como a percepção de maior liberalidade em relação à sexualidade e ao uso de drogas, também se configuraram como um ponto de tensão para essas mães. Diante desses desafios, as mulheres venezuelanas mobilizam diversas estratégias de maternagem, como uma maior atenção à saúde mental dos filhos, o uso de disciplina e orientação, além do empreendedorismo, que lhes proporciona flexibilidade para acompanhar mais de perto o desenvolvimento dos filhos. Adicionalmente, observou-se entre as entrevistadas a adoção da ideia de empoderamento, na vida em geral e, particularmente, na maternidade, com destaque para a participação de grande parte delas em um Grupo de Empoderamento feminino, que funciona como rede de apoio para o enfrentamento dos desafios do cotidiano.

Palavras-chave: Mães migrantes. Venezuelanas. Migração. Maternidade.

ABSTRACT

This study examines the challenges faced by Venezuelan migrant mothers residing with their families in Curitiba and the Metropolitan Region between 2016 and 2024, investigating the strategies they mobilized to cope with the obstacles arising from migration. Through semi-structured interviews, recurring challenges were identified, including language barriers, difficulties in entering the labor market, xenophobia, and gender-based violence. Specifically concerning their children, the migrants highlighted the absence of a support network, as well as reports indicating incidents of bullying and difficulties in social and academic adaptation, raising concerns about the children's emotional well-being. Cultural differences, such as the perception of greater permissiveness regarding sexuality and drug use, also emerge as a source of tension for these mothers. In response to these challenges, Venezuelan women employ various mothering strategies, such as increased attention to their children's mental health, the use of discipline and guidance, and entrepreneurship, which provides them with the flexibility to closely monitor their children's development. Additionally, among the interviewees, the adoption of the concept of empowerment—both in their lives in general and, more specifically, in motherhood—was observed, with particular emphasis on the participation of many in a Women's Empowerment Group, which serves as a support network for coping with everyday challenges.

Key-words: Migrant mothers. Venezuelan. Migration. Motherhood.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	GÊNERO, MATERNAGEM E FAMÍLIA.....	10
2.1	A CRÍTICA FEMINISTA E A QUESTÃO DE GÊNERO	10
2.2	O PENSAMENTO FEMINISTA SOBRE FAMÍLIA E MATERNIDADE.....	17
3	GÊNERO, MATERNIDADE, FAMÍLIA E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS.....	27
3.1	GÊNERO E MIGRAÇÕES	27
3.2	MATERNIDADE, FAMÍLIA E MIGRAÇÕES.....	32
4	A MIGRAÇÃO VENEZUELANA	40
4.1	CRISE E MIGRAÇÃO	40
4.2	FAMÍLIAS VENEZUELANAS NO BRASIL	43
5	MULHERES-MÃES MIGRANTES: SEGUNDO ELAS MESMAS	49
5.1	A PESQUISA DE CAMPO E A ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	49
5.2	AS ENTREVISTADAS	53
5.2.1	Júlia	54
5.2.2	Maria	55
5.2.3	Sofia	56
5.2.4	Flávia	57
5.2.5	Eliza	58
5.2.6	Beatriz	59
5.2.7	Isabela	59
5.2.8	Amanda	60
6	DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA MATERNAGEM MIGRANTE	62
6.1	AS PERCEPÇÕES SOBRE A MATERNAGEM	62
6.2	A DECISÃO DE MIGRAR: A IMPORTÂNCIA DOS FILHOS E DINÂMICAS DE GÊNERO.....	69
6.3	OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO BRASIL E AS ESTRATÉGIAS MATERNAS.....	74
7	CONCLUSÃO	92
	REFERÊNCIAS	93
	APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA	105

1 INTRODUÇÃO

A maternidade é para as mulheres uma experiência multifacetada. Embora represente, para muitas, uma fonte de realização pessoal, também é frequentemente marcada por diversos desafios, muitos deles relacionados às relações de gênero desiguais que permeiam a sociedade. Tradicionalmente encarregadas das responsabilidades primárias com os filhos e com as tarefas domésticas, as mulheres, em sua maioria, precisam conciliar o trabalho remunerado, seja ele formal ou informal, com o papel de mãe. Como atestam diversas publicações sobre o assunto (Saffioti, 1978; Bruschini, 2007), essa dupla jornada gera inúmeras dificuldades e sobrecarga, impactando diretamente na saúde física e mental, no tempo livre e nas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional dessas mulheres.

Para as mulheres migrantes que são mães, os desafios se intensificam. Além dos cuidados com os filhos, elas precisam lidar com as dificuldades inerentes ao processo migratório, como a adaptação a uma nova cultura, a inserção no mercado de trabalho, e a criação de um lar no novo país. Nesse sentido, a presente pesquisa busca identificar os desafios enfrentados pelas mães migrantes e analisar as estratégias que elas desenvolvem para superá-los. Em particular, direciono o olhar para as vivências de mulheres-mães venezuelanas que residiam com suas famílias em Curitiba, capital do estado do Paraná, e na Região Metropolitana, no período compreendido entre os anos de 2016 e 2024.

Esta pesquisa parte da hipótese central de que as mulheres-mães migrantes desenvolvem estratégias específicas de cuidado, sustento da família e socialização para enfrentar os desafios decorrentes da intersecção entre migração e maternidade. Tais estratégias dizem respeito às práticas adotadas no exercício da maternagem, termo que se refere às ações e processos envolvidos no cuidado materno, englobando as diversas práticas e estratégias desenvolvidas pelas mães para cuidar de seus filhos. Como explico mais adiante, essas práticas conferem à experiência de ser mãe um caráter desvinculado das imposições da maternidade institucionalizada.

Esta pesquisa se estrutura em seis capítulos. No primeiro capítulo, que é esta introdução, delineio a problemática e os objetivos da pesquisa. Em seguida, o segundo capítulo dedica-se a uma revisão da literatura sobre família, gênero e maternagem, buscando compreender as construções sociais e as dinâmicas que envolvem essas esferas da vida. O terceiro capítulo discute as teorias sobre as migrações internacionais, com um olhar particular para as questões de gênero. O quarto capítulo situa a pesquisa no contexto específico da migração venezuelana para o Brasil. Apresento um breve panorama da crise humanitária na

Venezuela, as políticas migratórias brasileiras e o perfil sociodemográfico dos migrantes venezuelanos no país, com um foco especial na cidade de Curitiba. Finalmente, o quinto e o sexto capítulos constituem o núcleo central da pesquisa, apresentando os resultados da pesquisa de campo realizada com mulheres venezuelanas, mães, residentes na Grande Curitiba.

2 GÊNERO, MATERNAGEM E FAMÍLIA

Gênero, maternidade/materna e família são conceitos interligados e profundamente influenciados por aspectos históricos, culturais e sociais. A crítica feminista tem sido fundamental para desconstruir as normas e expectativas de gênero, especialmente no que diz respeito à maternidade e às estruturas familiares tradicionais. Neste capítulo, exploro como diferentes pensadoras feministas contribuíram para uma reavaliação desses papéis e como suas ideias podem nos ajudar a compreender as relações familiares contemporâneas.

Início apresentando o movimento feminista que, ao longo de suas diversas ondas, tem desafiado as desigualdades de gênero e questionado as imposições sociais sobre as mulheres, sobretudo a maternidade. Em seguida, abordo o conceito de gênero, central para os estudos feministas, e que nos permite compreender como as identidades de gênero são construídas socialmente e como influenciam as relações de poder.

Por fim, abordo as perspectivas teóricas sobre a família e as relações familiares, demonstrando como a crítica feminista desnaturaliza as estruturas familiares tradicionais e questiona os papéis de gênero atribuídos aos membros da família.

2.1 A CRÍTICA FEMINISTA E A QUESTÃO DE GÊNERO

Os temas abordados nos estudos feministas e de gênero são moldados pelas grandes fases do feminismo, de modo que, antes de entrar com mais profundidade nos conceitos desenvolvidos no âmbito desses estudos, tratarei de apresentar o movimento feminista e suas reivindicações. Os movimentos de luta pelos direitos das mulheres apresentam um panorama diverso, marcado por distintas linhas ideológicas (Scavone, 2008). Por isso, falamos em “movimentos feministas”, no plural, reconhecendo a multiplicidade de perspectivas que compõem essa luta histórica.

Não é possível, tampouco, falar em uma “teoria feminista” unitária. A chamada “crítica feminista” é composta de correntes teóricas heterogêneas que, de um lado, investigam a razão e o modo pelo qual as mulheres ocupam uma posição de subordinação na sociedade, e, de outro, questionam e lutam para transformar as relações sociais e alcançar a emancipação feminina (Bandeira, 2008). De modo geral, portanto, as lutas feministas partem da identificação de um problema central: a desigualdade de poder entre os homens e as mulheres, que historicamente se traduziu na opressão das mulheres.

Embora suas raízes remontem ao século XIX, o feminismo como o conhecemos hoje se fortaleceu a partir da década de 1960. Para fins didáticos, estudiosos costumam dividir o

desenvolvimento do feminismo em fases ou “ondas”, tomando como base a metáfora inicialmente usada pela feminista Martha Weinman Lear. Em 1968, ela escreveu um artigo chamado *The Second Feminist Wave*, ou “A segunda onda feminista”, em português (Zirbel, 2021). Em 1992, Rebecca Walker retomou a metáfora das ondas no texto *Becoming the Third Wave* (“Tornando-se a terceira onda”, em português), consolidando o uso dessa expressão para referir-se às mobilizações feministas (Zirbel, 2021).

Nesse texto, sigo a metáfora das ondas, mas destaco que essas ondas não representam períodos fixos e sequenciais. Na realidade, os movimentos feministas se desenvolvem de maneira dinâmica, muitas vezes coexistindo e se influenciando mutuamente (Zirbel, 2021). Também vale ressaltar que, apesar das ações de mulheres brancas e de classe média, especialmente dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, terem tido grande destaque em muitas narrativas sobre as ondas feministas, atualmente se reconhece que milhares de mulheres de diferentes classes sociais, raças, etnias e origens geográficas formaram parte do movimento (Zirbel, 2021).

De qualquer forma, costuma-se marcar cada fase do feminismo por características e reivindicações específicas. A primeira onda teve início na segunda metade do século XIX e se estendeu até o início do século XX, aproximadamente até o início da Primeira Guerra Mundial. O contexto era de grandes mudanças políticas e trabalhistas, trazidas pela modernidade e pela consolidação do sistema capitalista (Zirbel, 2021). Era também um momento de forte afirmação de direitos e princípios universais de igualdade, que, no entanto, não alcançaram toda a população (Fougeyrollas-Schwebel, 2009).

Para muitas mulheres ficou clara a divergência entre a afirmação de direitos supostamente universais, e a realidade desigual entre homens e mulheres (Fougeyrollas-Schwebel, 2009). Assim, nessa fase, as feministas concentraram seus esforços na conquista de igualdade civil e direitos básicos para as mulheres, como o direito à propriedade, à educação, e, sobretudo, o direito ao voto, pelo o qual elas ficaram conhecidas como “sufragistas”. O voto era visto como um instrumento fundamental para que as mulheres pudessem participar da sociedade civil em pé de igualdade com os homens (Zirbel, 2021).

A segunda onda do feminismo, iniciada na década de 1960 e com influência nas décadas seguintes até o final dos anos 1990, também ocorreu em um contexto de intensa transformação social. Nesse período, as mulheres conquistaram maior acesso à educação e ao mercado de trabalho formal, o que gerou a necessidade de conciliar as demandas profissionais com as responsabilidades domésticas, tradicionalmente atribuídas às mulheres (Scavone, 2008).

Dois marcos importantes da segunda onda foram o advento de métodos contraceptivos biomédicos e a publicação da obra “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir (Scavone, 2008). A pílula anticoncepcional e outros métodos contraceptivos eficazes e seguros ofereceram às mulheres a autonomia para decidir sobre sua própria reprodução e planejamento familiar, desafiando o paradigma da maternidade como destino inevitável (Scavone, 2008).

O livro de Beauvoir, publicado originalmente em 1949, apresentou teses inovadoras para a época, como a defesa da liberdade sexual e da liberação do aborto. A obra também plantou a semente do que viria a ser o campo de estudos de gênero ao fazer a afirmação clássica de que não se nasce mulher, mas se torna mulher (Scavone, 2008), ou seja, a autora questionou a ideia de que a identidade feminina é algo inato e biológico, defendendo que ela é construída social e culturalmente.

As pautas da segunda onda feminista foram amplas, abrangendo desde direitos sociais e reprodutivos até a valorização do trabalho doméstico e a luta por igualdade no mercado de trabalho (Zirbel, 2021). Além das pautas em comum, a segunda onda do feminismo também foi marcada pela diversidade de correntes teóricas. As vertentes do feminismo liberal, marxista e radical¹ são tradicionalmente evocadas como principais representantes desse período, mas existiam e existem diversas outras interpretações sobre a opressão das mulheres e os modos de enfrentá-la (Zirbel, 2021). Por isso, é importante destacar que as perspectivas apresentadas a seguir representam tendências gerais e que existem diversas divergências dentro de cada uma dessas vertentes.

As feministas liberais² se identificam com as lutas igualitárias, promovendo valores individuais como a liberdade de escolha, a autonomia e a igualdade de oportunidades entre os homens e mulheres (Fougeyrollas-Schwebel, 2009). As feministas marxistas³, acreditam que o capitalismo é o responsável pela opressão das mulheres. Para elas, esse sistema se aproveita do trabalho não remunerado das mulheres no ambiente familiar e da desigualdade salarial entre os gêneros para gerar e aumentar seus lucros (Zirbel, 2021). Assim, as mulheres seriam vítimas da exploração do trabalho produtivo, que gera lucro, e do trabalho reprodutivo, que

¹ Atualmente, uma parcela do feminismo radical tem sido criticada por adotar posições que excluem as pessoas transexuais das pautas feministas. Essa perspectiva, que pode ser considerada transfóbica, tem gerado controvérsias dentro e fora dos movimentos feministas. Para mais detalhes, ver Silva (2022) e Cyrino (2023).

² Como exemplo, ver as obras de Betty Friedan (1971) e de Naomi Wolf (1992) nas quais as autoras criticam, respectivamente, a imposição de um ideal feminino restrito ao lar e à maternidade, e a imposição de padrões estéticos inalcançáveis utilizados para reforçar a desigualdade de gênero. As ideias de Friedan serão apresentadas na próxima seção.

³ Kollontai (1977) e Hartmann (1981) são duas das principais pensadoras do feminismo marxista. Na próxima seção, o trabalho delas será apresentado de forma mais detalhada.

consiste na reprodução humana e no trabalho doméstico (Zirbel, 2021).

Por sua vez, as feministas radicais⁴ defendem que a opressão das mulheres deve-se ao patriarcado, um sistema que compreende as crenças e a organização da sociedade em que os homens exercem poder e subordinam as mulheres (Zirbel, 2021). Esse sistema, que precede o capitalismo e permeia todos os aspectos da sociedade, se manifesta em diversas formas, como a divisão sexual do trabalho, a violência contra as mulheres, a objetificação do corpo feminino e o controle da sexualidade feminina. As feministas radicais defendem que a superação do patriarcado só será possível por meio de uma transformação radical da sociedade, que envolva a desconstrução das normas e valores patriarcais em todos os âmbitos da vida (Fougeyrollas-Schwebel, 2009).

Paralelamente às lutas das feministas liberais, socialistas e radicais, outros grupos, como as feministas negras, ganharam maior visibilidade na segunda onda do feminismo (Zirbel, 2021). Essas mulheres apontaram para a intersecção das opressões, reconhecendo que diferentes formas de discriminação, como racismo, sexismo e classismo, se entrelaçam e impactam as mulheres de maneira desigual. Essa perspectiva deu origem a novas ferramentas conceituais, como o termo “interseccionalidade”⁵, cunhado pela advogada estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989).

Além da interseccionalidade, outro conceito ganhou destaque nos movimentos feministas durante a década de 1980: o empoderamento (Cornwall, 2018). De acordo com o Dicionário Online de Português (Dicio), a palavra “empoderamento” significa a “ação de se tornar poderoso, de passar a possuir poder, autoridade; domínio sobre a sua própria vida; ser capaz de tomar decisões sobre o que lhe diz respeito”. Para Berth (2019, p. 32), o

empoderamento como teoria está estritamente ligado ao trabalho social de desenvolvimento estratégico e recuperação consciente das potencialidades de indivíduos vitimados pelos sistemas de opressão, e visa principalmente a libertação social de todo um grupo, a partir de um processo amplo e em diversas frentes de atuação, incluindo a emancipação intelectual.

⁴ Podemos citar Shulamith Firestone (1972) e Kate Millet (2000) como nomes conhecidos do feminismo radical. O pensamento delas também será mais explorado na próxima seção.

⁵ O conceito de interseccionalidade tem o objetivo de capturar a complexidade das estruturas que causam a subordinação de certas identidades sociais e suas interações em contextos específicos (CRENSHAW, 1989). Inicialmente, Crenshaw usou a perspectiva interseccional para tratar da intersecção entre gênero e raça nos Estados Unidos, analisando suas implicações na vida das mulheres negras e demonstrando como a discriminação sofrida por elas não poderia ser compreendida apenas a partir de uma única dimensão, como o racismo ou o sexismo isoladamente. Entretanto, ao longo do tempo, outros pesquisadores passaram a usar esse conceito para tratar de opressões vividas por outras categorias sociais, como pessoas LGBTQIA+, migrantes, pessoas com deficiência, entre outras, ampliando o alcance da interseccionalidade como ferramenta analítica.

O empoderamento feminino, por sua vez, tem como objetivo a promoção da equidade de gênero, o acesso das mulheres a direitos e a conquista de sua autonomia (Azevedo; Souza, 2019). Nesse contexto, o empoderamento feminino passou a ocupar um lugar central nas agendas de organizações internacionais e movimentos de mulheres ao redor do mundo (Cornwall, 2018).

Já no final dos anos 1990, teve início a chamada terceira onda feminista. Essa fase é caracterizada por uma maior diversidade de perspectivas dentro do movimento, com a incorporação de lutas e reivindicações de grupos como feministas negras, indígenas, LGBTQIAPN+, dentre outros (Zirbel, 2021).

A atualidade é marcada pela quarta onda feminista, que se destaca pelo intenso uso das redes sociais como ferramenta de mobilização e conscientização (Martinez, 2021). Além disso, essa nova fase representa uma continuidade e aprofundamento de reflexões que já vinham sendo desenvolvidas desde as ondas anteriores, apresentando um forte caráter interseccional e transnacional, além de uma crescente organização em grupos e coletivos (Perez; Ricoldi, 2023).

Entre os conceitos que perpassam essas diferentes ondas, destaca-se também o conceito de gênero. Como dito anteriormente, Simone de Beauvoir na obra “O Segundo Sexo” argumentou que a identidade feminina não é inata, mas contruída socialmente. Na mesma linha, outras autoras, antes e depois de Beauvoir, se propuseram a investigar as raízes da subordinação feminina e a questionar a naturalidade da divisão dos sexos nas sociedades. Mead (2020) em sua obra “Sexo e Temperamento”, publicada pela primeira vez em 1935, demonstrou, através de um estudo antropológico com três tribos da Nova Guiné, que os comportamentos associados a homens e mulheres não se baseiam em diferenças sexuais biológicas, mas são na realidade condicionados culturalmente nas diversas sociedades.

Rubin (2017), a primeira autora a usar o termo “gênero” nas ciências sociais, em texto publicado em 1973 intitulado “O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo”, defendeu que existe um sistema chamado por ela de sistema sexo-gênero, no qual a divisão dos sexos é imposta socialmente e produzida nas relações sociais. Já a historiadora Scott (1995, p. 86) no seu artigo “Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica” argumentou que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e que “o uso de ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade”. Dessa forma,

[...] o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” — a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (Scott, 1995, p. 75).

O sexo, com base nas diferenças anatômicas e fisiológicas, é considerado um atributo biológico (Mathieu, 2009). Já o gênero, por sua vez, é definido como uma construção social, englobando as normas e expectativas que a sociedade atribui a homens e mulheres (Mathieu, 2009). Entretanto, essa dicotomia entre sexo biológico e gênero social nem sempre se apresenta de forma tão rígida. Nossa sociedade, historicamente, tende a supervalorizar as diferenças biológicas, atribuindo papéis e funções distintas aos dois sexos, que, por sua vez, são frequentemente associados a dois gêneros distintos: masculino e feminino (Mathieu, 2009).

No entanto, tanto a categorização binária do sexo quanto a do gênero apresentam limitações (Mathieu, 2009). A existência da intersexualidade, condição em que indivíduos nascem com características sexuais que não se encaixam nas definições tradicionais de “masculino” e “feminino”, demonstra a fluidez do sexo biológico. Da mesma forma, a diversidade de identidades de gênero, que transcende a binaridade homem-mulher, evidencia a complexa relação entre sexo e gênero. Pessoas não binárias, transgênero e gênero fluido desafiam a rigidez das categorias tradicionais, demonstrando a multiplicidade de maneiras pelas quais os indivíduos se identificam e expressam seu gênero.

Nesse sentido, nos anos 1990 surge a “teoria queer”, que tem como uma de seus expoentes a filósofa estadunidense Judith Butler. Essa teoria propõe o conceito de “*transgendering*” como forma de superar as categorias tradicionais e binárias de sexo (homem/mulher) e sexualidade (homo/heterossexual). Para Butler (2018), o gênero não é algo inato ou essencial, mas sim uma performance social. Através da repetição cotidiana de normas e expectativas sociais, os indivíduos “performam” seus gêneros, reforçando, muitas vezes, a heterossexualidade e a rigidez das categorias binárias. No entanto, a teoria queer reconhece a possibilidade de transgredir essas normas, abrindo caminho para distintas identidades e expressões de gênero e sexualidade.

Para além das novas teorias e interpretações sobre o gênero, um outro conceito relevante para os estudos feministas e de gênero é o da divisão sexual do trabalho. Trata-se da distribuição assimétrica das tarefas na sociedade, condicionada pelas relações de poder entre

os sexos (Kergoat, 2009).

Historicamente, os homens foram destinados à esfera pública, ocupando cargos de maior prestígio e remuneração, enquanto as mulheres ficaram confinadas à esfera privada, assumindo atividades consideradas de menor valor social, como o cuidado do lar e dos filhos (Kergoat, 2009). Embora a ideia de que homens e mulheres possuem diferentes funções sociais já tenha sido explorada por sociólogos e antropólogos clássicos como Émile Durkheim e Claude Lévi-Strauss, as feministas redefiniram essa divisão, reconhecendo-a não como uma mera separação de tarefas, mas sim como uma ferramenta de opressão utilizada pelos homens para manter o controle sobre as mulheres (Kergoat, 2009).

Grande parte do trabalho doméstico e de cuidado realizado pelas mulheres é invisibilizado e não-remunerado. Esse trabalho que é realizado não em benefício próprio, mas sim em prol de outrem, era frequentemente justificado por argumentos relacionados à natureza, ao amor e ao dever maternal (Kergoat, 2009). Dessa forma, uma das reivindicações feministas é o reconhecimento do trabalho doméstico como atividade com a mesma relevância do trabalho profissional. A análise teórica em torno da divisão sexual do trabalho vai além da simples constatação das desigualdades e nos leva a refletir sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferença de gênero para hierarquizar essas atividades, mantendo o trabalho feminino desvalorizado e relegando as mulheres a uma posição de subordinação.

Essa discussão permeia o campo dos estudos feministas e de gênero e constitui um pilar da crítica feminista à Sociologia. Como vimos, a produção teórica feminista está intrinsecamente ligada à ascensão dos movimentos sociais feministas (Scavone, 2008). Antes da década de 1960, quando o movimento feminista ressurgiu com maior força, as mulheres estavam relegadas a uma posição marginal na ciência, tanto como produtoras de conhecimento quanto como sujeitos de pesquisa (Bandeira, 2008).

O pensamento feminista impulsionou novas reflexões e questionamentos, como as consequências da exclusão das mulheres da ciência (Bandeira, 2008). As feministas desafiaram a hegemonia do “sujeito social genérico”, que, na prática, representava um tipo específico: o homem branco heterossexual (Bandeira, 2008). Essa ruptura epistemológica deu origem a novas perspectivas teóricas, reconhecendo as múltiplas experiências femininas e a necessidade de superação de visões binárias e essencialistas.

As contribuições das teorias feministas e dos movimentos sociais feministas abriram caminho para uma análise social mais abrangente, que leva em consideração as relações de gênero e poder em diferentes esferas da vida social. Além disso, promoveram a inclusão de

vozes e perspectivas diversas enriquecendo o debate científico.

Um dos temas que se beneficiou significativamente da crítica feminista foi o da maternidade e da família. As autoras feministas desmistificaram a visão tradicional da maternidade como um destino natural e inquestionável das mulheres, revelando as relações de poder e as desigualdades de gênero que permeiam essa esfera. Elas também trouxeram à luz a diversidade das experiências familiares, desafiando a ideia de um modelo único e universal de família. A próxima seção deste capítulo trata disso.

2.2 O PENSAMENTO FEMINISTA SOBRE FAMÍLIA E MATERNIDADE

A visão feminista sobre a família e a maternidade surge como contraponto aos modelos tradicionais que, até o século XX, identificavam a família nuclear ou conjugal como padrão ideal, composta por um casal heterossexual e seus filhos (Durham, 1983). Esse modelo se consolidou a partir do século XVIII, com a ascensão da noção de amor romântico e da ideia de “infância”. Esta última transformou as relações entre pais e filhos, especialmente a dinâmica entre mães e filhos, que nesse período assumiu centralidade, elevando a maternidade à função primordial da mulher (Scavone, 2001).

Badinter (1985) é um dos principais nomes que examina o percurso histórico da ideia de “mãe” e os diferentes atributos que lhe foram atribuídos ao longo do tempo. Segundo a autora, o amor materno não é inato, mas uma construção social e histórica dentro da cultura ocidental (Badinter, 1985). Essa concepção de amor incondicional emerge no século XVIII, quando as crianças passam a ser vistas como sujeitos com necessidades específicas e não apenas como pequenos adultos. Até então, às mães, especialmente as da nobreza, atribuía-se apenas o papel biológico de procriar, sem que houvesse necessariamente a expectativa de que proporcionassem afeto ou se envolvessem na educação dos filhos (Badinter, 1985).

A invenção da ideia de infância resultou na criação da maternidade como uma instituição social e na construção de uma ideologia que exaltava o papel da mulher como mãe (Scavone, 2001). A consolidação das sociedades industriais também contribuiu para esse processo, estabelecendo duas esferas separadas: a esfera pública, onde se realiza o trabalho produtivo, e a esfera privada, onde ocorre o trabalho reprodutivo, ligado às tarefas de manutenção da vida cotidiana. Aos homens, foi atribuída a esfera pública, associada à economia e à política, enquanto às mulheres ficou reservado o âmbito privado, relacionado às tarefas domésticas e à criação dos filhos.

Nesse contexto, os estudos clássicos sobre família dedicaram-se a compreender a

formação da estrutura familiar dominante no século XIX, que era a família burguesa, identificada com a família conjugal/nuclear (Moraes, 1981). Sociólogos clássicos, como Engels e Durkheim, formularam teorias sobre o tema. Engels (2019) propôs que a família monogâmica surgiu atrelada à propriedade privada e à necessidade de transmitir bens através da herança. Essa função econômica justificava a estrutura familiar dominante, a família burguesa, identificada com a família conjugal/nuclear (Moraes, 1981).

Durkheim (1921), por sua vez, comparou as estruturas familiares em diferentes períodos históricos e sociedades, observando a diversidade de formas que a família assumiu desde a origem da humanidade. Ele concluiu que a família passa por um processo evolutivo, culminando na família conjugal, composta por pai, mãe e filhos menores de idade e/ou solteiros. Durkheim também identificou uma tendência à redução da estrutura familiar, migrando de um modelo tribal, marcado pelo coletivismo e comunismo doméstico, para uma organização com maior independência dos grupos de parentesco (Singly, 2007).

Fortemente influenciadas por Durkheim e dominantes por grande parte do século XX, as ideias do sociólogo americano Talcott Parsons defendiam a família nuclear como a estrutura familiar ideal (Hita, 2005). Esse modelo seria resultado do processo de urbanização e industrialização, que nos Estados Unidos teria causado profundas mudanças no funcionamento e na estrutura da família, resultando em uma unidade familiar menor e mais isolada (Parsons; Bales, 1955). Segundo Torres (2010), Parsons considerava esse modelo o ápice da evolução familiar, defendendo que todas as sociedades tenderiam a chegar a ele. Modelos familiares distintos da família nuclear eram vistos como desviantes e moralmente inferiores.

Em obra publicada em conjunto com o psicólogo Robert F. Bales, Parsons conferia à família um papel fundamental no bom funcionamento da sociedade, considerando que suas funções primordiais estão ligadas ao processo de socialização das crianças e estabilização da personalidade dos adultos (Parsons; Bales, 1955). Em sua análise da sociedade moderna, Parsons observou que as famílias se encontravam cada vez mais isoladas das redes de parentesco tradicionais. Para garantir sua sobrevivência nesse novo contexto, as famílias precisavam, segundo ele, fortalecer a solidariedade interna e buscar recursos materiais (Parsons; Bales, 1955).

Nessa perspectiva, Parsons propôs uma divisão sexual de papéis na família, caracterizada por sua complementaridade. À mulher, cabia o papel expressivo, desempenhado na esfera privada do lar, onde ela atuava como mãe e dona de casa, responsável pela socialização dos filhos (Parsons; Bales, 1955). Já ao homem, era destinado o papel

instrumental, desenvolvido na esfera pública, onde ele buscava garantir o sustento da família através do trabalho (Parsons; Bales, 1955).

A justificativa para essa divisão de papéis altamente especializados se baseava nas distintas características biológicas e psicológicas entre os sexos (Torres, 2010). A crença era que a dedicação exclusiva das mulheres aos cuidados com a casa e com os filhos era crucial para a harmonia familiar, pois se as mulheres também trabalhassem fora de casa, poderia haver competição entre os papéis masculinos e femininos, causando um desequilíbrio no sistema familiar (Parsons; Bales, 1955). A divisão sexual do trabalho faz com que maridos e esposas não precisem competir por status no contexto familiar, mantendo assim a solidariedade dentro da família (Parsons; Bales, 1955).

Entretanto, muitas são as críticas às ideias de Parsons. A primeira crítica diz respeito à utilização de um modelo de família ideal e supostamente universal, que desqualifica outros modelos de família que não o hegemônico, tratando-os como rupturas e desvios do modelo padrão (Hita, 2005). O modelo parsoniano representa um tipo particular de família, aquela formada por um casal heterossexual com seus filhos biológicos (Torres, 2010).

Em segundo lugar, a segregação de papéis com base no sexo, que na teoria de Parsons confunde-se com o gênero, também é alvo de críticas, já que ela acaba justificando a desigualdade entre os homens e as mulheres. Além disso, há nessa teoria uma supervalorização do papel de mãe, que deve ter nos anos iniciais uma relação especial e intensa com os filhos, zelando por seu bem-estar físico e emocional (Bruschini, 1989). No entanto, a teoria parsoniana não levou em conta a maior integração das mulheres ao mercado de trabalho, já em andamento na época em que ele desenvolveu suas reflexões, o que impôs novas dinâmicas na vida familiar, como a necessidade de muitas mulheres de conciliar sua vida profissional com o papel materno (Hita, 2005).

Ademais, ao propor um modelo de família, no qual a divisão de papéis ocorre de forma harmoniosa e sem conflitos, Parsons ignora as relações de poder inerentes a essas dinâmicas (Bruschini, 1989). Ao invés de uma unidade homogênea e coesa, a família é, na verdade, um espaço marcado por desigualdades e hierarquias, nas quais os papéis de gênero são atribuídos de forma assimétrica. Como aponta Bruschini (1989), as relações familiares são complexas e envolvem tanto tensões e conflitos quanto solidariedade e afeto.

Embora a concepção parsoniana da família tenha exercido grande influência nas ciências sociais até a década de 1970, não se constituiu como a única perspectiva sobre o tema. Paralelamente, outros autores, especialmente no campo da antropologia, dedicaram-se ao estudo dos modelos familiares. A principal contribuição dos antropólogos para essa área

reside na noção de parentesco, que propiciou a “desnaturalização” e a “desuniversalização” da família (Sarti, 1992).

Nesse contexto, a obra de Lévi-Strauss (1982) se destaca como um marco fundamental. Ao transferir a discussão da família do plano biológico para o cultural, o autor direcionou sua atenção para o sistema de parentesco e introduziu a noção de aliança como elemento central para a compreensão das relações familiares (Sarti, 1992). Sob essa ótica, a concepção de família deixa de representar apenas os laços biológicos entre pai, mãe e filhos.

Com base na teoria da aliança, a formação familiar pressupõe a interação de dois grupos distintos que participam da troca de mulheres, em que um homem de um grupo dá uma mulher a outro homem de um grupo diferente (Lévi-Strauss, 1982). Em outras palavras, os indivíduos se casam com membros de fora de seus grupos de origem, estabelecendo laços de parentesco que vão além da consanguinidade e se fundamentam em relações de aliança e afinidade. Desse modo, a família não se origina exclusivamente da biologia, mas sim da aliança entre grupos.

De forma semelhante, a noção usualmente adotada na atualidade sobre família transcende os laços biológicos de consanguinidade. A família é compreendida sob uma visão relacional, englobando laços de sangue, adoção ou aliança, e reconhecendo como membros da família aqueles que se reconhecem como tal (Durhan, 1983). Essa visão plural da família se contrapõe ao modelo de família nuclear ou conjugal idealizado na sociedade ocidental (Bruschini, 1989), reconhecendo a diversidade de configurações familiares existentes na realidade, como famílias monoparentais, famílias formadas por uniões homoafetivas ou casais sem filhos.

A contestação de um modelo padronizado e imutável da família é um dos pilares da crítica feminista ao tema (Devreux, 2009). Essa contestação se insere em um contexto histórico marcado por transformações sociais significativas, especialmente na segunda metade do século XX. A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho após a Segunda Guerra Mundial e o acesso facilitado a métodos contraceptivos (Brito, 2013) abriram caminho para questionamentos profundos sobre os papéis sociais de gênero e a organização familiar tradicional. Nesse cenário, a segunda onda do feminismo ganhou força, reivindicando direitos reprodutivos, igualdade no mercado de trabalho e o reconhecimento do valor do trabalho doméstico (Zirbel, 2021).

Não há homogeneidade nas concepções feministas sobre a família. Cada vertente tem suas próprias visões. O feminismo liberal, tradicionalmente associado à primeira onda, embora não se restrinja a ela, lutou por mais direitos e oportunidades para as mulheres, e

também realizou críticas ao lugar ocupado por elas na estrutura familiar. Wollstonecraft (2016), autora clássica da primeira onda na Inglaterra, defendia o acesso à educação e ao mercado de trabalho para as mulheres. Acreditava, porém, que a educação as tornaria mais racionais, além de melhores esposas e mães (Wollstonecraft, 2016).

Já Friedan (1971), expoente da segunda onda nos Estados Unidos, denunciava a ideologia chamada por ela de “mística feminina”, a qual relegava as mulheres ao âmbito doméstico, incentivando-as a encontrar sua realização pessoal exclusivamente nos cuidados com o lar e a família. De acordo com Friedan (1971), essa visão limitava as aspirações das mulheres, aprisionando-as em um papel social desvalorizado. Em contraposição, a autora defendia a participação ativa das mulheres na esfera pública, buscando a igualdade de oportunidades em todos os âmbitos da vida (Friedan, 1971).

Em contraste, as autoras marxistas, por sua vez, denunciaram a exploração feminina através do trabalho doméstico, que beneficia os homens e limita o acesso das mulheres ao mercado de trabalho formal (Budig, 2004). Segundo Kollontai (1977), feminista russa, a estrutura familiar tradicional oprime as mulheres e ameaça a solidariedade do coletivo, pois transmite os valores burgueses. Em sua visão, as crianças deveriam ser criadas de forma comunitária, liberando as mães da responsabilidade e da preocupação exclusivas com a criação dos filhos e fortalecendo a responsabilidade da sociedade como um todo.

A americana Hartmann (1981), também com uma perspectiva marxista, oferece uma análise crítica da família que diverge da perspectiva clássica que a vê como um espaço de harmonia e consenso. Para Hartmann, a família é um campo de tensões e conflitos, e um espaço de produção e redistribuição, marcado por desigualdades e lutas. A autora destaca o trabalho não remunerado realizado pelos membros da família, particularmente as mulheres, e argumenta que essa divisão do trabalho doméstico, profundamente marcada por relações de gênero, está intrinsecamente ligada à organização social mais ampla.

Tanto no âmbito familiar quanto na sociedade em geral, a produção é moldada pelas estruturas do capitalismo e do patriarcado (Hartmann, 1981). Essa dualidade, ou seja, a intersecção entre as relações de classe e gênero, gera desigualdades e hierarquias que se reproduzem no interior das famílias. As tensões e os conflitos familiares, segundo Hartmann (1981), são resultado direto das diferentes posições que os membros ocupam nessas relações de poder.

De maneira semelhante, as feministas radicais, apontaram a estrutura patriarcal da família como base da opressão das mulheres. Essa opressão, segundo elas, se sustenta na exploração do trabalho doméstico, no controle da sexualidade feminina e da reprodução

(Budig, 2004). Para elas, é dentro da família que as crianças internalizam papéis de gênero limitadores e aprendem a desvalorizar tudo que está associado às mulheres (Budig, 2004). Para Millet (1970), a família é, inclusive, a principal instituição do patriarcado. Firestone (1970) vai além e afirma que a maternidade, em si, é a base da opressão das mulheres, pois resulta na divisão desigual do trabalho e poder na sociedade.

Outra linha de pensamento é a de vertente interseccional, que amplia essa discussão ao considerar as múltiplas formas de opressão que as mulheres vivenciam, incluindo raça, classe e orientação sexual. Collins (2019), por exemplo, expôs a realidade das famílias negras nos Estados Unidos, nas quais as mulheres sempre trabalharam, inicialmente no regime de escravidão e depois no trabalho livre. A autora também mostrou que para as mulheres negras, a família, muitas vezes, não era uma fonte de opressão, mas um refúgio do racismo e um espaço de resistência.

A obra de Collins desmistifica a visão generalizada da família como um espaço exclusivamente opressor para as mulheres. Ao analisar a experiência das mulheres negras, ela demonstra que a família pode ser um espaço de resistência e empoderamento, especialmente em contextos marcados pela racialização e pela desigualdade social. Essa perspectiva contribui para uma melhor compreensão das relações de gênero e poder dentro das famílias.

Particularmente sobre a maternidade, um crescente corpo de estudos têm explorado a possibilidade de ressignificá-la como uma fonte de resistência ao sexismo, buscando empoderar as mulheres que são mães. Rich (1976) inaugurou uma distinção conceitual entre maternidade como instituição e maternidade como prática. De acordo com a autora, a palavra “maternidade” (*motherhood*, em inglês) denota a relação biológica entre mães e filhos, e os valores patriarcais que tornam a dinâmica materna potencialmente opressora para as mulheres.

A maternidade, segundo Rich, está atrelada às rígidas expectativas sociais criadas pelo patriarcado, e também funciona como um mecanismo para perpetuar esse sistema, através do controle do poder reprodutivo das mulheres. Esse controle, na visão da autora, intensificou-se a partir do século XX, com a medicalização do parto e a imposição de concepções normativas sobre as formas adequadas de criar os filhos (Rich, 1976). A maternidade patriarcal — que para Rich é simplesmente a “maternidade” (*motherhood*) — é prejudicial para as mulheres ao naturalizar o papel materno e sobrecarregar as mulheres com a responsabilidade exclusiva pela criação dos filhos (Rich, 1976).

Por outro lado, a palavra “maternagem” (*mothering*, em inglês) representa as ações e processos, as múltiplas práticas e estratégias desenvolvidas pelas mães para cuidar de seus

filhos. Essas práticas dão à atividade de ser mãe uma característica multifacetada, livre das imposições da maternidade institucionalizada. Desse modo, Rich (1976) argumenta que o caminho para acabar com a opressão das mulheres não é abandonar a maternidade. Ao contrário, ela defende que as mulheres recuperem o seu poder por meio de seu papel de mãe.

Nesse sentido, Rich foi uma das primeiras autoras a perceber que somente uma maternidade emancipadora e empoderadora para as mulheres, ou seja, uma prática de maternagem consciente e crítica, poderia levar a uma educação anti-sexista e feminista que, com o tempo, contribuiria para a dissolução do sistema patriarcal (O'Reilly, 2004). Em *Of Woman Born*, Rich dedica dois capítulos a examinar as relações entre mães e filhos e o modo como elas podem desafiar a socialização de gênero tradicional por meio de uma criação feminista.

Na visão da autora, ao desenvolverem autonomia e independência, as mães mostram aos filhos, especialmente às filhas, que esse caminho é possível (Rich, 1976). Rich reforça o argumento de que as mulheres devem rejeitar o modelo patriarcal da maternidade, pois ele perpetua o sexismo e um padrão de masculinidade opressivo para as mulheres.

Outra autora que busca valorizar o papel materno é Ruddick (1989), que em sua obra discute sobre a prática de maternar e o “pensamento materno”. Para ela, as mães desenvolvem as habilidades necessárias para maternar através do que ela chama de “pensamento materno”, caracterizado pela reflexão constante e pela criação de estratégias para atender às três demandas principais da maternidade: a preservação física da vida, o estímulo emocional e intelectual e o preparo para o convívio social.

A preservação envolve proteger e manter seguros os filhos, atendendo às suas necessidades básicas. O estímulo emocional e intelectual refere-se ao fomento do desenvolvimento emocional e intelectual da criança. Já o preparo para o convívio social envolve o treinamento das crianças para que se tornem membros socialmente aceitáveis de suas comunidades.

A prática materna, segundo Ruddick (1989), é um processo dinâmico que gera e é alimentado pelo pensamento materno. O trabalho materno, longe de ser um instinto natural, é um trabalho intelectual, aprendido e aprimorado no cotidiano. Ruddick desvincula o cuidado maternal da biologia e o considera uma prática socialmente construída. Assim, ela afirma que o maternar não se limita às mães biológicas, mas pode ser realizado por qualquer pessoa que assuma a responsabilidade de cuidar e educar crianças.

Em consonância com Ruddick (1989), O'Reilly também reconhece a importância da maternagem como uma experiência central na vida de muitas mulheres. Ao aprofundar essa

discussão, a autora propõe um novo olhar para o feminismo, centrando-se nas especificidades da experiência materna.

Em sua visão, o fato de ser mãe é um aspecto fundamental da identidade de muitas mulheres e influencia significativamente suas trajetórias de vida, incluindo as dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho (O'Reilly, 2023). A autora adota uma perspectiva interseccional, destacando que as mães vivenciam uma dupla opressão: por serem mulheres e por desempenharem o papel materno (O'Reilly, 2023).

No sistema patriarcal, e especialmente no contexto neoliberal, o trabalho materno é explorado, devido às noções de sacrifício e amor incondicional associadas a maternidade, ao mesmo tempo que faltam políticas sociais que auxiliem efetivamente a criação e educação das crianças (O'Reilly, 2016). A maternidade patriarcal, conforme a definição de Rich (1989), adotada também por O'Reilly, molda padrões maternos idealizados e inatingíveis, gerando culpa e ansiedade nas mulheres que não conseguem se enquadrar nesses moldes (O'Reilly, 2016).

Um dos pilares da maternidade sob o patriarcado é a “Maternagem Intensiva”, conceito criado por Hays (1996) para denunciar a ideologia que naturaliza o trabalho materno como uma tarefa exclusivamente feminina, privada e doméstica. A “Maternagem Intensiva” se refere a um conjunto de ideias sobre a criação dos filhos que, embora nem sempre sejam aplicadas na prática por todas as mães, são amplamente difundidas e consideradas, de forma implícita ou explícita, como o modelo ideal de cuidado parental na sociedade ocidental. Conforme Hays (1996), essa abordagem, apesar de não ser universalmente adotada, serve como um parâmetro para avaliar e julgar as práticas maternas.

A ideologia da Maternidade Intensiva impõe que as mães estejam constantemente disponíveis para seus filhos, dedicando-se integralmente ao cuidado e ao acompanhamento de seu desenvolvimento físico, emocional e intelectual. Nesse contexto, define-se uma boa mãe como aquela que segue rigorosamente as orientações de especialistas em criação infantil e prioriza sua presença constante na vida dos filhos. Essa concepção reforça a ideia de que o papel principal das mulheres deve ser o de maternar, o que, frequentemente, implica colocar aspirações profissionais ou outras realizações pessoais em segundo plano.

Em suma, a criação dos filhos deve ser um empreendimento exaustivo, emocionalmente desgastante, centrado nas necessidades infantis e guiado por especialistas (Hays, 1996). A maternidade é transformada em uma obrigação individual, desconsiderando as complexidades sociais e as limitações individuais.

O feminismo matricêntrico, proposto por O'Reilly, contrapõe a maternidade como

uma instituição patriarcal e coloca as experiências e necessidades das mães no centro das discussões feministas (O'Reilly, 2023). Essa perspectiva busca desenvolver teorias e políticas que reconheçam e valorizem o trabalho materno, visando a emancipação das mulheres (O'Reilly, 2016). O'Reilly argumenta que, historicamente, o feminismo tem tendido a evitar a categoria “mãe”, temendo cair em um essencialismo que reduza as mulheres a suas funções reprodutivas (O'Reilly, 2016).

Ela critica essa tendência, defendendo que reconhecer a maternidade como uma experiência particular não significa negar a complexidade das identidades femininas (O'Reilly, 2016). O'Reilly afirma que é possível reconhecer a importância da maternidade sem reforçar estereótipos de gênero. Para ela, a maternidade é uma experiência socialmente construída e que não define todas as mulheres, mas que, ao mesmo tempo, é uma dimensão significativa para muitas (O'Reilly, 2023). A autora destaca:

Eu concordo que o gênero é construído — sexo não é igual a gênero ou, como Simone de Beauvoir disse, “não se nasce mulher, torna-se uma” — e, assim, as pessoas não podem definir-se ou limitar suas vidas ao que é socialmente construído pelo gênero. No entanto, acredito igualmente que as feministas não devem repudiar a maternidade para facilitar essa desestabilização do gênero. Acredito que é possível argumentar simultaneamente que o gênero é construído e que a maternidade importa e que a maternidade é integral para o senso de identidade da mãe e sua experiência do mundo. Em minha visão, a apreensão em relação à diferença de gênero é o elefante na sala do feminismo acadêmico; ela tem interrompido conversas necessárias e urgentes sobre dimensões importantes — e sim, relacionadas ao gênero — das vidas das mulheres: menstruação, gravidez, parto, amamentação e maternidade⁶ (O'Reilly, 2016, p. 230, tradução nossa).

E ela continua:

No entanto, estudiosas da maternidade não reduzem o senso de identidade das mulheres à maternidade, nem afirmam que é isso que as define como mulheres ou que a maternidade é mais importante do que outras variáveis que constituem o “eu”. Elas dizem apenas que a maternidade importa e que é central e essencial para compreender a vida das mulheres como mães. Assim, as mães precisam de um feminismo, tanto na teoria quanto na prática, que seja voltado para suas identidades e experiências como mães⁷ (O'Reilly, 2016, p. 231, tradução nossa).

⁶ I agree that gender is constructed—sex does not equal gender or as Simone de Beauvoir said “one is not born a woman but made one” and thus people cannot define themselves or limit their lives to that which is socially constructed by gender. However, I likewise believe that feminists should not disavow motherhood to facilitate this destabilizing of gender. I believe it is possible to simultaneously argue that gender is constructed and that motherhood matters and that maternity is integral to a mother’s sense of self and her experience of the world. In my view, the apprehension over gender difference is the elephant in the room of academic feminism; it has shut down necessary and needed conversations about important—and yes gendered—dimensions of women’s lives: menstruation, pregnancy, childbirth, breastfeeding, and mothering.

⁷ But maternal scholars do not reduce women’s sense of self to motherhood, nor do they say that this is what makes her a woman or that motherhood is more important than other variables that constitute self. They say only that motherhood matters and that it is central and integral to understanding the lives of women as mothers. Thus, mothers need a feminism, in both theory and practice, for and about their identities and experiences as mothers.

O feminismo matricêntrico considera a maternagem como um eixo central da organização social, desnaturalizando a ideia de que essa tarefa é exclusiva das mães biológicas ou cisgênero. Em consonância com Ruddick (1989), O'Reilly (2023) utiliza o termo “mães” de forma ampla, abrangendo todas as pessoas que exercem o papel de cuidar e criar (O'Reilly, 2023).

Ao valorizar a diversidade das experiências maternas, o feminismo matricêntrico reconhece que a maternidade e a maternagem são construções sociais moldadas por diferentes culturas e contextos históricos. Nessa perspectiva, as práticas e vivências maternas são plurais, extrapolando as noções engessadas de maternidade.

Nesse contexto, é importante pontuar que, neste trabalho, embora esteja consciente das distinções conceituais propostas por autoras como Rich (1976) e O'Reilly (2023), utilizo o termo “maternidade” sem me referir necessariamente a uma instituição patriarcal e opressora para as mulheres. Reconheço que, para algumas mulheres, essa pode ser uma realidade, mas opto por empregar o termo em seu sentido cotidiano, que remete à condição de ser mãe. Esse também é o termo comumente utilizado pelas mulheres que entrevistei.

Além disso, faço uso do termo “maternagem”, que compreendo como o ato de maternar, ou seja, o exercício da maternidade e as práticas de cuidado a ela associadas. Recorro ainda às expressões “práticas maternas” e “estratégias maternas” para designar as atividades de cuidado – entendido de forma ampla – realizadas pelas mães com o propósito de assegurar o bem-estar de seus filhos. Esse uso busca capturar a diversidade das vivências maternas, respeitando tanto as experiências pessoais quanto os significados atribuídos pelas próprias mulheres.

Um exemplo emblemático dessa diversidade são as experiências das mulheres migrantes. Ao conciliarem os desafios da maternidade com as particularidades da migração, essas mulheres demonstram a flexibilidade das práticas e estratégias maternas. O caso de Júlia, uma das entrevistadas para esta dissertação, ilustra bem essa complexidade. Ela tem três filhos, dois dos quais moram com ela em Curitiba, enquanto a outra filha vive na Itália, com a irmã de Júlia.

Ao praticar a maternagem à distância, Júlia demonstra como as circunstâncias da vida, em especial, a migração, podem moldar de forma significativa as práticas maternas. Essa experiência põe em cheque os modelos tradicionais de maternidade e enfatiza a adaptabilidade das famílias migrantes. Esse tema será aprofundado no próximo capítulo, que discute a dimensão de gênero nas teorias migratórias e as vivências das mulheres-mães migrantes.

3 GÊNERO, MATERNIDADE, FAMÍLIA E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

No capítulo anterior, exploramos como o gênero permeia todos os aspectos da vida, moldando as experiências, oportunidades e desafios, especialmente das mulheres. Essa realidade se torna ainda mais complexa quando interseccionada com outras dimensões, como a condição migratória. As mulheres migrantes, em particular, vivenciam desafios intensificados por suas identidades de gênero e, no caso daquelas que são mães, pela responsabilidade materna.

Neste capítulo, discuto com brevidade as teorias tradicionais sobre migrações e como essas abordagens não deram a devida atenção às perspectivas de gênero. Apresento em seguida as contribuições de autoras feministas, como Mirjana Morokvasic (1984) e Mônica Boyd (1989), que enfatizam a necessidade de considerar as questões de gênero na análise dos processos migratórios. Analiso então a experiência da maternidade em contexto migratório. Abordo a realidade das mães transnacionais, que precisam praticar a maternagem à distância. Finalmente, exploro as situações em que as mães migram juntamente com seus filhos, detalhando alguns estudos que discutem as experiências dessas mulheres.

3.1 GÊNERO E MIGRAÇÕES

As mulheres sempre fizeram parte dos fluxos migratórios internacionais, como indicam os estudos de Phizacklea (1982), Anthias (2000) e Foner (2000). Contudo, até a década de 1980, as principais teorias sobre migrações internacionais priorizavam explicações de ordem econômica, relegando questões de gênero a um plano secundário (Grieco; Boyd, 1998). Com o advento de novas abordagens teóricas, é que se passou a reconhecer a importância de incorporar a dimensão de gênero na análise das migrações, revelando as particularidades da migração feminina (Grieco; Boyd, 1998).

Um exemplo clássico das teorias econômicas é a teoria da atração e repulsão (*push-pull*). Segundo essa teoria, a migração ocorre devido a fatores que impelem as pessoas a saírem de seus locais de origem (*push factors*) e fatores que as atraem para novos locais (*pull factors*). Assim, os indivíduos consideram tanto os aspectos que os levam a deixar seu local de origem, como a falta de oportunidades de trabalho, quanto os atrativos do destino, como a perspectiva de encontrar empregos melhor remunerados (Peixoto, 2004).

Na mesma linha, a teoria neoclássica argumenta que os indivíduos, motivados principalmente por fatores econômicos, realizam uma análise racional dos custos e benefícios

da migração (Assis, 2007). Nessa perspectiva, as diferenças nas taxas salariais entre países são o principal motor da migração, levando as pessoas a deixarem seus países de origem em busca de melhores rendimentos nos países de destino (Assis, 2007).

Já as teorias do sistema-mundo e do mercado de trabalho segmentado ou dual, enfatizam as desigualdades globais que influenciam os fluxos de pessoas, bens e serviços, fazendo com que, muitas vezes, cidadãos de países menos desenvolvidos se tornem mão de obra barata nos países ricos (Boyd, 1989). Ambas as teorias adotam uma perspectiva estrutural, situando os migrantes no contexto mais amplo das relações internacionais e da economia global, em vez de analisá-los apenas como indivíduos que tomam decisões isoladas (Boyd, 1989).

A teoria do sistema-mundo, desenvolvida por Wallerstein (1979), foi adaptada para o estudo das migrações por autores tais como Petras (1981). Petras argumenta que a expansão do capitalismo global gerou um mercado de trabalho mundial, com uma divisão internacional do trabalho que favorece os países desenvolvidos. Essa divisão, caracterizada por grandes disparidades salariais, leva ao deslocamento de trabalhadores dos países em desenvolvimento, com excesso de mão de obra e baixos salários, para os países desenvolvidos, onde há alta demanda por mão de obra e melhores remunerações (Petras, 1981).

Por sua vez, a teoria do mercado de trabalho segmentado ou dual postula que os migrantes são atraídos para os países desenvolvidos para ocupar os postos de trabalho menos qualificados e menos desejáveis, geralmente na economia informal ou em setores secundários (Peixoto, 2004). Os cidadãos dos países desenvolvidos tendem a evitar esses empregos, criando assim um nicho para a mão de obra migrante (Peixoto, 2004).

As análises anteriores sobre a migração apresentam uma característica em comum: a de tratar os migrantes como um grupo homogêneo, desconsiderando as diferenças entre eles. Fatores como origem étnica, gênero e classe social influenciam a forma como os migrantes vivenciam os processos migratórios e se inserem no mercado de trabalho, criando experiências desiguais.

Particularmente no que diz respeito à questão de gênero, as teorias econômicas tradicionais das migrações tendiam a subestimar o papel das mulheres nos processos migratórios. As mulheres eram frequentemente vistas como pouco propensas a migrar ou, quando o faziam, eram consideradas meramente como acompanhantes de seus maridos, sem agência própria (Grieco; Boyd, 1998). As especificidades da migração feminina, como os desafios e as trajetórias diferenciadas em relação aos homens, eram deixadas em segundo plano nessas teorias, que priorizavam análises individuais ou focadas em estruturas

econômicas globais (Grieco; Boyd, 1988).

A partir das décadas de 1980 e 1990, houve um crescente reconhecimento da importância de adotar uma perspectiva mais abrangente na análise das migrações. Abordagens que combinam níveis de análise micro e macro sociológicos ganharam força, incorporando na análise elementos como as relações familiares, as redes sociais e a questão de gênero (Sasaki; Assis, 2000).

A abordagem dos “novos economistas da migração” representou um avanço significativo ao integrar a perspectiva microssociológica, que valoriza a racionalidade e agência individual, com a perspectiva macrosociológica, que foca nos constrangimentos estruturais impostos pela economia e política global (Boyd, 1989). Ao enfatizar o contexto social, esses autores reconheceram que as decisões migratórias podem ser tomadas coletivamente, geralmente no âmbito familiar (Sasaki; Assis, 2000).

Ainda que celebrado por adotar uma visão da migração como produto social, esse modelo teórico também foi alvo de críticas, pela sua tendência a ver a família como uma unidade, na qual todos os membros têm os mesmos desejos e mesmo nível de poder decisório (Phizacklea, 1999). Grasmuck e Pessar (1991) e Hondagneu-Sotelo (1994) demonstraram o contrário em suas pesquisas sobre a migração dominicana e mexicana para os Estados Unidos. Para Grasmuck e Pessar (1991, p. 202, tradução nossa), a família “possui sua própria economia política, na qual o acesso ao poder e a outros recursos valorizados é distribuído ao longo das linhas de gênero e geração”.

Na mesma esteira que os “novos economistas da migração”, as teorias das redes migratórias enfatizam a importância dos laços sociais na experiência migratória. Esses laços se baseiam em vínculos entre familiares, amigos, conhecidos e também agentes promotores da imigração, que fornecem informações e outros auxílios que diminuem o risco e facilitam o processo migratório (Sasaki; Assis, 2000; Peixoto, 2004). Segundo Massey *et al.*, (1998) essas redes se baseiam em expectativas recíprocas e desempenham um papel fundamental na manutenção dos fluxos migratórios.

No entanto, as redes migratórias não são neutras e refletem as desigualdades sociais existentes, incluindo as de gênero. A análise de Hondagneu-Sotelo (1994) sobre a migração mexicana demonstra como as redes sociais podem tanto facilitar quanto restringir a mobilidade feminina. Tradicionalmente, as relações de gênero dentro das redes migratórias favoreciam a migração masculina e limitavam a feminina (Hondagneu-Sotelo, 1994). Contudo, à medida que as mulheres assumem um papel cada vez mais ativo nos processos migratórios, elas renegociam os papéis de gênero e desafiam as normas tradicionais. Embora

as práticas patriarcais persistam, as mulheres estão reinterpretando as regras sociais para ampliar suas oportunidades e autonomia (Phizacklea, 1999).

Nos anos 1980, autoras feministas, tais Morokvasic (1984) e Boyd (1989), criticaram a invisibilidade das experiências femininas nas teorias migratórias predominantes na época. Morokvasic (1984) em seu artigo seminal intitulado “*Birds of passage are also women*”, ou “Pássaros de passagem também são mulheres”, em tradução livre, criticou a não-inclusão da variável gênero nos estudos migratórios, dada a participação crescente das mulheres nos fluxos migratórios globais.

Na mesma linha, Grieco e Boyd (1998) argumentam que as desigualdades de gênero presentes tanto nas sociedades de origem quanto nas de destino atuam como um filtro que influencia as trajetórias migratórias. A subordinação feminina nas esferas familiar, social e cultural influencia as decisões de migrar, as oportunidades de trabalho e as redes de apoio disponíveis para mulheres e homens migrantes (Grieco; Boyd, 1998).

A partir da década de 1990, a migração passou a ser compreendida como um processo de gênero, indo além da simples comparação entre homens e mulheres. Pesquisadoras como Grasmuck e Pessar (1991) e Hondagneu-Sotelo (1994) adotaram uma perspectiva interseccional, analisando como o gênero interage com outras categorias sociais, como classe, raça e etnia, moldando as experiências migratórias. Essa nova abordagem desafiou os binarismos de gênero e revelou a diversidade das experiências migratórias, tanto femininas quanto masculinas (Hondagneu-Sotelo, 2011).

Essa nova abordagem também direcionou a atenção para as transformações nas dinâmicas familiares e sociais provocadas pela migração. Hondagneu-Sotelo e Avila (1997), por exemplo, destacam a relação entre migração feminina, trabalho doméstico remunerado e cuidado familiar. Essa interconexão molda as vidas de muitas mulheres migrantes, inscrevendo-as em uma nova divisão internacional e sexual do trabalho.

O trabalho de cuidado remunerado configura-se como um dos principais destinos profissionais para as mulheres migrantes. Essa área de atuação, conforme definição de Glenn (2010), abrange um amplo espectro de atividades que vão além dos cuidados físicos. Além de prover alimentação, higiene e assistência pessoal, o trabalho de cuidado envolve a manutenção de ambientes, o fortalecimento de vínculos sociais e o oferecimento de apoio emocional (Glenn, 2010).

A migração de mulheres para países do Norte Global, com o objetivo de realizar tarefas domésticas e de cuidado, é um fenômeno cada vez mais comum (Pedone, 2010). Esse fenômeno, conhecido como “cadeias globais de cuidado”, evidencia a profissionalização e a

mercantilização de atividades que, tradicionalmente, eram consideradas parte do âmbito familiar (Hirata, 2016).

Atualmente, as mulheres representam quase metade (48,1%) do total de migrantes internacionais (UN DESA, 2021). Embora globalmente o número de migrantes homens ainda seja ligeiramente superior, em regiões como a América do Norte e a Europa, as mulheres já são maioria entre os migrantes (UN DESA, 2021).

Entre os desafios enfrentados por essas mulheres, a xenofobia se apresenta como uma das principais barreiras. Conforme aponta Albuquerque Júnior (2016, p. 92), a xenofobia está intrinsecamente ligada a uma visão nacionalista, na qual os trabalhadores “tenderam a reagir com desconfiança e até com aberta hostilidade à entrada de imigrantes nos países e sua contratação para ocupar vagas que deveriam ser de exclusivo direito dos trabalhadores locais”.

Para Bauman (2017), a xenofobia pode levar à desumanização das pessoas migrantes, deslocando a questão migratória da esfera ética para aquela das ameaças à segurança pública, à criminalidade e à manutenção da ordem social. Essa visão fomenta narrativas que vinculam os migrantes a riscos sociais e culturais, intensificando sua marginalização e dificultando o acesso a direitos básicos. Como veremos no capítulo 6, a maioria das entrevistadas relatou ter vivenciado situações de xenofobia, especialmente em contextos de inserção no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho é estruturado a partir da divisão sexual do trabalho, no sentido de que às mulheres são reservadas posições específicas, frequentemente marcadas por salários inferiores, atividades relacionadas a habilidades consideradas inatas ao gênero feminino e menor valorização hierárquica (Mamed, 2017). Particularmente no caso de mulheres migrantes e racializadas, observa-se uma concentração em ocupações de baixa qualificação, com jornadas intensas e escasso reconhecimento profissional.

Outra dificuldade frequentemente enfrentada por mulheres migrantes é a violência de gênero (Rosa *et al.*, 2019). O termo “violência de gênero” conforme a perspectiva de Bandeira (2019, p. 279), evidencia que

[...] as ações violentas são produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, com cenários sociais históricos não uniformes. A centralidade das ações violentas incide sobre a mulher, quer sejam estas violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos. Não se trata de adotar uma perspectiva vitimizadora em relação à mulher, mas de destacar que a expressiva concentração desse tipo de violência se impõe historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam o cotidiano das pessoas.

Para Rosa *et al.* (2019), no contexto migratório, as mulheres estão mais expostas a situações de violência, sendo que a própria violência em sua dimensão de gênero atua como um fator propulsor da participação feminina nos deslocamentos internacionais. Muitas dessas mulheres são mães, o que torna o contexto ainda mais complexo, pois elas precisam lidar com medos e desafios relacionados à proteção e ao cuidado dos filhos. Nesse sentido, a seção seguinte aprofunda a discussão sobre as experiências das mulheres migrantes que são mães, evidenciando como a maternidade se entrelaça com as trajetórias migratórias.

3.2 MATERNIDADE, FAMÍLIA E MIGRAÇÕES

O tema da maternidade no contexto das migrações internacionais ganhou crescente atenção nas pesquisas, especialmente nas últimas duas décadas. A maternidade insere-se em um campo de pesquisa mais amplo que une as pesquisas sobre gênero e migrações, e as pesquisas sobre famílias migrantes ou migração familiar.

A incorporação da perspectiva de gênero e da abordagem transnacional contribuiu para a consolidação dos estudos sobre famílias migrantes, ampliando o olhar para as trajetórias específicas das mulheres e para o papel que a maternidade desempenha nesse processo (Varela-Huerta; Pedone, 2024). A adoção da abordagem transnacional, em particular, fez com que a atuação das mulheres dentro das famílias assumisse protagonismo (Ciurlo, 2014).

A ideia central do transnacionalismo é de que a migração não significa um rompimento de vínculos afetivos, econômicos, culturais e políticos entre comunidades nos países de origem e nos países de destino. Pelo contrário, apesar da distância geográfica, tais vínculos são mantidos e reinventados, e, para isso, os migrantes costumam valer-se de estratégias diversas para preservar esses laços (Bryceson; Vuorela, 2002). Assim, surge a noção de “família transnacional” que se refere às famílias nas quais os membros vivem em países distintos, mas compartilham um sentimento de unidade e a preocupação pelo bem estar coletivo (Bryceson; Vuorela, 2002).

A condição de transnacionalidade das famílias e o sentimento de bem estar coletivo e unidade implicam em expectativas e obrigações que abrangem tanto os membros da família que migraram quanto os que ficaram no país de origem. O envio de remessas mensais é de especial relevância, não só por seu valor material, mas principalmente por seu valor simbólico, ou seja, o afeto e amor manifestado pela contribuição econômica (Ciurlo, 2014;

Carpenedo; Nardi, 2017). Além disso, a constante comunicação entre os familiares, por meio da internet ou telefone, é outra das práticas que consolida o vínculo familiar (Ciurlo, 2014; Carpenedo; Nardi, 2017).

De acordo com Kofman (2004), muitos dos pesquisadores engajados com o transnacionalismo concentraram seus estudos em movimentos migratórios específicos, como os da região da Ásia-Pacífico e as migrações do México e América Central para os Estados Unidos. Esses estudos deram especial atenção para os aspectos de gênero desses movimentos migratórios, concentrando-se nas migrações femininas e nos desafios da maternidade à distância.

Hondagneu-Sotelo e Avila (1997) são pioneiras no uso do termo “maternidade transnacional”, realizando estudo sobre mulheres-mães latinas que migram para trabalho doméstico em Los Angeles, Estados Unidos. As autoras analisam como os significados da maternidade se reorganizam para acomodar a separação física entre mães e filhos. Elas destacam que as mães transnacionais precisam de apoio familiar, geralmente de outras mulheres, para o cuidado dos filhos no país de origem, ou mesmo da contratação de trabalhadoras para realizar essa tarefa. Além disso, relatam os sentimentos de alienação e ansiedade causados pela distância.

Outro trabalho importante é de Parrenãs (2001), no qual a autora também inovou ao usar a expressão “maternagem à distância” para tratar dos desafios emocionais trazidos pela migração das mulheres-mães no contexto filipino. A autora foca nos sentimentos de mães e filhos em relação à separação, e questiona como esses sentimentos são influenciados por ideologias de gênero sobre a maternidade. Ela argumenta que “[...] normas de gênero socializadas na família agravam as tensões emocionais de mães e crianças em famílias transnacionais [...]”⁸ (Parrenãs, 2001, p. 362, tradução nossa).

Já na literatura em língua espanhola, destaca-se Pedone (2007) como uma das principais autoras a abordar a temática da maternidade transnacional. Pedone (2007) analisa a participação das mulheres equatorianas nos fluxos migratórios para a Espanha. Ela demonstra que, no contexto equatoriano, as mulheres são o primeiro elo da cadeia migratória, abrindo caminho para que suas famílias as sigam posteriormente. Esse fenômeno resultou no rearranjo das relações de gênero e entre gerações das famílias, gerando também conflitos entre familiares tanto no país de origem quanto no de destino (Pedone, 2007).

Muitas das pesquisas sobre a maternidade transnacional buscam romper estereótipos

⁸ [...] socialized gender norms in the family aggravate the emotional strains of mothers and children in transnational families [...]

de gênero que culpabilizam as mulheres que migram. Esses estereótipos supervalorizam o vínculo materno, com base na suposição de que

[...] para os filhos e as filhas a mãe é a pessoa principal, única e insubstituível, sem a qual a vida das crianças é destruída e, conseqüentemente, a sociedade. Portanto, uma equação é feita: mãe = amor e felicidade únicos; emigração da mãe = necessariamente destruição; em contrapartida uma boa mãe = presença direta e absoluta; mãe transnacional = mãe ruim⁹ (Wagner, 2008, p. 327, tradução nossa).

Esses estereótipos reforçam a ideia de que o vínculo materno é absoluto e inegociável, colocando a mãe em um pedestal e a criança em uma posição de dependência total (Wagner, 2008). No entanto, a visão simplista de que a emigração materna equivale à destruição familiar é frequentemente desconstruída por estudos como os de Parreñas (2001; 2002), Pedone (2007) e Wagner (2008). Essas autoras argumentam que tal perspectiva, além de moralizante, ignora as dinâmicas socioeconômicas que impulsionam muitas mulheres a buscarem melhores condições de vida para si e para suas famílias através da migração.

Parreñas (2002), por exemplo, denuncia a vilificação das mães migrantes como um julgamento moral que não apenas as estigmatiza como “más mães”, mas também patologiza seus filhos e ignora as dificuldades de conciliar a maternidade com a necessidade de prover o sustento familiar à distância. A autora destaca que essa visão estereotipada, que romantiza a família nuclear tradicional como o único modelo capaz de garantir o bem-estar infantil, desconsidera a agência das crianças e a capacidade de adaptação familiar em contextos de migração (Parreñas, 2002).

Além disso, essa perspectiva negligencia as importantes contribuições econômicas das mulheres migrantes para seus lares (Parreñas, 2002). A autora defende, portanto, a necessidade de desestabilizar as noções tradicionais de gênero e de repensar os papéis de homens e mulheres na família, buscando uma maior igualdade de gênero na criação dos filhos.

Nesse contexto, a intensificação da participação feminina nos movimentos migratórios globais colocou as famílias migrantes, especialmente as mães, no centro de disputas socioculturais e políticas (Varela-Huerta; Pedone, 2024). Nos países do Norte Global, a presença de famílias migrantes gerou um conjunto de preocupações e desafios para os Estados nacionais. Por um lado, houve uma intensificação das políticas de controle

⁹ [...] para hijos e hijas la madre es la persona principal, única e irremplazable, sin la cual se destruye la vida de los niños y, en consecuencia, la sociedad. Se hace, por lo tanto, ecuaciones: madre = amor único y felicidad; emigración de la madre = destrucción necesaria; con su contraparte de: buena madre = presencia directa y absoluta; madre transnacional = mala madre.

migratório, com restrições cada vez maiores à reunificação familiar (Kofman; Buhr; Fonseca, 2022). Por outro, observou-se um interesse em promover a integração dessas famílias nas sociedades de acolhimento (Kofman; Buhr; Fonseca, 2022). Assim, as mulheres migrantes foram frequentemente responsabilizadas pela adaptação familiar e pela manutenção da coesão social dos grupos migratórios (Varela-Huerta; Pedone, 2024).

Em particular, as experiências das mães migrantes que residem com seus filhos nos países de destino têm sido alvo de estudos aprofundados. Gedalof (2009) reflete sobre como mães migrantes constroem um senso de pertencimento para si e para suas famílias. A autora destaca o papel fundamental do trabalho reprodutivo dessas mulheres na formação de uma identidade coletiva e na manutenção de laços culturais em um novo país.

Gedalof (2009) argumenta que as decisões cotidianas sobre a maternidade – como cuidar dos filhos, qual língua falar em casa ou que alimentos preparar – são, na verdade, negociações constantes entre a adaptação à nova realidade e a preservação das tradições de origem. Ao mesmo tempo em que se adaptam às exigências do país de acolhida, as mães migrantes buscam transmitir aos seus filhos valores e costumes culturais, criando assim um espaço de pertencimento que transcende as fronteiras geográficas (Gedalof, 2009).

No entanto, essa construção de um espaço de pertencimento não é livre de desafios. Muitas vezes, essas mulheres se deparam com a necessidade de fazer escolhas difíceis, como aceitar empregos que não correspondem à sua qualificação ou deixar seus filhos sob os cuidados de outras pessoas (Gedalof, 2009). Essas decisões são frequentemente tomadas em nome da estabilidade econômica e do futuro de suas famílias. Gedalof (2009) enfatiza que, apesar das dificuldades, as mães migrantes demonstram uma grande resiliência e capacidade de adaptação, negociando constantemente entre as demandas da vida cotidiana e a preservação de suas identidades culturais.

As reflexões sobre pertencimento e cidadania também permeiam o trabalho de Erel (2011), no qual a autora destaca a centralidade das práticas maternas das mulheres migrantes na construção da cidadania para seus filhos e, por extensão, para suas famílias. Erel demonstra como a visão social sobre famílias migrantes é frequentemente marcada por estereótipos negativos, sendo estas vistas como um fardo para os recursos públicos e como tendo dificuldades de adaptação (Erel, 2011).

Nesse sentido, Erel propõe que as mulheres-mães migrantes são figuras ambivalentes dentro das sociedades de acolhimento. Por um lado, elas podem ser percebidas como um fator que desafia a coesão cultural tradicional; por outro, têm o potencial de revitalizar e enriquecer essas comunidades ao introduzir novas formas de pertencimento e cidadania (Erel, 2011). Ao

fazê-lo, essas mães contribuem para a construção de sociedades que valorizam a diversidade e adotam valores multiétnicos, o que, segundo a autora, é essencial para a formação de uma cidadania mais inclusiva (Erel, 2011). Esse enfoque reflete uma visão que desafia as narrativas negativas em torno das famílias migrantes e sublinha a importância de reconhecer o papel ativo das mulheres-mães migrantes na transformação social e cultural das sociedades contemporâneas.

Por outro lado, Gilmartin e Migge (2016) adotam uma visão mais crítica sobre a realidade das mulheres-mães migrantes. Com base em pesquisa empírica, elas argumentam que para as migrantes, as amizades e a inserção no mercado de trabalho são fundamentais para seu bem-estar e senso de pertencimento. Entretanto, as responsabilidades de cuidado atribuídas a elas no âmbito doméstico dificultam que elas se sintam integradas às sociedades de acolhimento e criam um senso de isolamento.

Esses sentimentos de solidão e não-pertencimento são exacerbados no caso das mulheres que têm crianças pequenas (Gilmartin; Migge, 2016). No estudo de Gilmartin e Migge (2016), as migrantes expressam tristeza por estarem longe de suas famílias, particularmente de suas mães, as quais, em muitas culturas, costumam dar apoio emocional e prático para o cuidado de seus netos.

A falta de creches acessíveis e de políticas públicas que ofereçam suporte às famílias migrantes com crianças pequenas dificulta ainda mais a conciliação entre a vida familiar e profissional (Gilmartin e Migge, 2016). Para as mulheres que não contam com redes de apoio, a alternativa é dedicar-se integralmente ao cuidado dos filhos, o que reforça seu isolamento e pode criar um ônus para as finanças familiares (Gilmartin e Migge, 2016).

Já com base no estudo de Dyck (2018), o trabalho de cuidado desempenhado por mulheres migrantes se configura como um mecanismo de transformação social. Ao investirem seu capital emocional – um conceito introduzido por autoras feministas como Reay (2004) para designar o amor, afeto e tempo dedicados ao cuidado – essas mulheres buscam, sobretudo, garantir o futuro de seus filhos. Essa perspectiva, fundamentada na teoria do capital de Pierre Bourdieu, demonstra como os diferentes tipos de capital – econômico, social, cultural e emocional – se entrelaçam e se transformam mutuamente.

Para Bourdieu, esses capitais são recursos que os indivíduos acumulam ao longo da vida e que influenciam suas trajetórias sociais. Ao dedicar tempo e energia ao cuidado dos filhos, as mulheres migrantes estão, na verdade, transformando seu capital emocional em um investimento para o futuro (Dyck, 2018). A esperança é que esse investimento resulte em um acúmulo de capital cultural e econômico para a próxima geração, facilitando a integração dos

filhos na sociedade de acolhida. O sucesso dessas mães, portanto, está intrinsecamente ligado ao bem-estar e às oportunidades oferecidas aos seus filhos (Dyck, 2018).

A título de exemplo, o sucesso acadêmico emerge como um objetivo central para as mães migrantes, dado que o veem como um passaporte para que seus filhos alcancem melhores oportunidades no mercado de trabalho (Bergnehr, 2016; Dyck, 2018). A crença de que o mau comportamento pode direcionar os filhos para a criminalidade, reprovação escolar ou dependência de serviços sociais impulsiona essas mães a adotarem práticas disciplinares rigorosas (Bergnehr, 2016).

De acordo com Bergnehr (2016), para essas mães, as práticas disciplinares estão ligadas “[...] ao sucesso futuro das crianças — sendo o sucesso descrito como tornar-se um indivíduo empregável e autossuficiente, com um emprego bem remunerado que proporciona um padrão material elevado e status social” (Bergnehr, 2016, p. 34, tradução nossa). Nesse sentido, Borrego (2010) afirma:

Em quase todas as famílias, migrantes ou não, pais e mães pensam no futuro de seus filhos, fazem previsões e tomam decisões estratégicas voltadas para garantir que eles adquiram qualificações (formais ou informais) que lhes permitam ter recursos e desfrutar de boas condições de vida quando forem adultos. Em termos sociológicos, chamamos isso de “reprodução social intergeracional das famílias”, porque o que está em jogo é que a geração seguinte mantenha ou melhore o status social que a anterior tinha em momentos de maior prosperidade e estabilidade socioeconômica. A partir de seus próprios “habitus” e dos discursos dominantes sobre a educação em seu meio social, os pais realizam práticas educativas e uma série de apostas na reprodução familiar. O objetivo dessas práticas é incutir em seus filhos determinados “habitus”, ou seja, disposições e esquemas subjetivos que lhes permitam gerar percepções, avaliações e práticas ajustadas, em cada situação, à sua posição social e, dessa forma, acessar recursos que lhes permitam desfrutar de boas condições de vida e reproduzir o status familiar¹⁰ (Borrego, 2010, p. 74, tradução nossa).

A preocupação com o futuro dos filhos é uma constante na vida das mães migrantes (Bergnehr, 2016; Dyck, 2018), que vivenciam uma complexidade emocional única, marcada pela adaptação a um novo país e pela busca por oferecer o melhor para seus filhos (Herrero-Arias *et al.*, 2021). As emoções ligadas à experiência materna em contextos migratórios foram

¹⁰ En casi todas las familias, migrantes o no, los padres y las madres piensan en el futuro de sus hijos, hacen previsiones y toman decisiones estratégicas orientadas a conseguir que adquieran cualificaciones (formales o informales) que les permitan disponer de recursos y disfrutar de unas buenas condiciones de vida cuando sean mayores. En términos sociológicos llamamos a esto “reproducción social intergeneracional de las familias”, porque lo que está en juego es que la siguiente generación mantenga o mejore el estatus social que tenía la anterior en momento de mayor prosperidad y estabilidad socio-económica. A partir de sus propios “habitus” y de los discursos dominantes sobre la educación en su medio social, los padres llevan a cabo unas prácticas educativas y una serie de apuestas por la reproducción familiar. El objetivo de esas prácticas es inculcar a sus hijos unos determinados “habitus”, es decir, unas disposiciones y esquemas subjetivos que les permitan generar percepciones, valoraciones y prácticas ajustadas en cada situación a su posición social, y de esta manera, acceder a unos recursos que les permitan disfrutar de buenas condiciones de vida, y reproducir el estatus familiar.

exploradas em um estudo realizado por Herrero-Arias e colaboradores (2021).

As autoras destacam a tensão vivenciada pelas mulheres migrantes ao tentarem conciliar as expectativas sobre a maternidade presentes em suas culturas de origem e de destino. Esse conflito cultural, agravado pela adesão a um modelo de maternagem intensiva cada vez mais exigente, gera uma gama de emoções negativas, como culpa, ansiedade e estresse.

Herrero-Arias *et al.* (2021) observaram que as mães migrantes internalizam os padrões idealizados de cuidado infantil, frequentemente inalcançáveis em suas novas realidades. A escassez de recursos, tanto financeiros quanto sociais, somada às demandas da adaptação à vida em um novo país, impede que muitas delas atendam às expectativas da maternagem intensiva (Herrero-Arias *et al.*, 2021). No entanto, o próprio status de migrante, ao ser percebido como um obstáculo à realização desses ideais, funciona como uma espécie de “absolvição”, aliviando a culpa que muitas mães sentiriam em outras circunstâncias (Herrero-Arias *et al.*, 2021).

As autoras ressaltam que as emoções das mães migrantes não são experiências isoladas, mas sim construídas em interação com o ambiente social e cultural. Elas defendem que o reconhecimento das dificuldades inerentes à migração pode auxiliar as mulheres a encontrarem formas de lidar com as emoções negativas e a construir práticas de maternagem mais adaptáveis à sua realidade (Herrero-Arias *et al.*, 2021).

No que diz respeito às crianças em famílias migrantes, há uma ampla produção acadêmica dedicada à análise da experiência escolar dessas crianças (Kohatsu; Saito, 2022; Almeida *et al.*, 2023; Magalhães *et al.*, 2024). Kohatsu e Saito (2022) apontam a ocorrência de práticas xenofóbicas em escolas de São Paulo, revelando que a maioria dos alunos migrantes relatou ter sido alvo de insultos verbais e/ou agressões físicas no ambiente escolar.

Já Almeida *et al.* (2023) investigaram o impacto das microagressões direcionadas por crianças nativas a crianças migrantes, constatando que essas formas sutis de violência podem comprometer o desenvolvimento social e acadêmico dessas crianças. Magalhães *et al.* (2024), por sua vez, também identificou a ocorrência de *bullying* contra crianças migrantes em escolas brasileiras, reforçando a necessidade de políticas escolares inclusivas.

Para as mães migrantes, essas situações de *bullying* representam desafios, pois, segundo Fandrem e Stoen (2022), há uma incompatibilidade entre os referenciais dos professores que, sendo em sua maioria nativos, representam a cultura dominante, e os dos pais migrantes, que têm experiências educacionais distintas e expectativas diferentes quanto ao envolvimento parental na escola. A falta de familiaridade com o sistema escolar do país de

acolhida e a questão linguística também são fatores que aumentam as dificuldades (Fandrem; Stoen (2022).

Tanto em estudos que se concentram nas mães que migram e deixam seus filhos em seus países de origem, quanto naqueles que analisam as experiências de mães que migram acompanhadas de seus filhos, observa-se uma complexificação das práticas maternas em contextos migratórios. Nesses estudos, as mulheres migrantes, tradicionalmente vistas como personagens secundárias nas narrativas migratórias, passam a ocupar um lugar central, e suas experiências relativas à maternidade são reconhecidas como elementos cruciais na compreensão dos processos migratórios familiares.

No capítulo que dedico às práticas maternas de mulheres venezuelanas residentes em Curitiba e Região Metropolitana, tomo como ponto de partida a literatura já existente sobre o tema e aprofundo a discussão, analisando especificamente as experiências das minhas entrevistadas. Porém, antes de apresentar as experiências das mulheres venezuelanas que participaram da pesquisa, precisamos compreender o contexto mais amplo da migração venezuelana. Assim, o próximo capítulo dedica-se a traçar um panorama geral desse movimento migratório da Venezuela para o Brasil e, particularmente, para a Cidade de Curitiba.

4 A MIGRAÇÃO VENEZUELANA

A crise humanitária na Venezuela desencadeou uma das mais significativas crises migratórias da América Latina nas últimas décadas. Neste capítulo, apresento um panorama da crise política, econômica e social que a Venezuela enfrenta e analiso a política migratória brasileira em relação a essa situação, investigando como o Brasil acolheu os migrantes venezuelanos. Além disso, exploro o perfil sociodemográfico dos venezuelanos que buscaram refúgio no Brasil e, mais especificamente, analiso a presença venezuelana em Curitiba.

4.1 CRISE E MIGRAÇÃO

A Venezuela, por muito tempo um dos países mais prósperos da América Latina, viu seu cenário mudar drasticamente nas últimas décadas. Desde meados do século XX o país é um grande produtor de petróleo, tendo passado por distintas épocas de bonança econômica graças a essa *commodity* (Pardo, 2019). A estabilidade relativa e a modernização impulsionada pela indústria do petróleo tornaram o país um destino atrativo durante grande parte do século passado, especialmente para europeus fugindo da guerra e latino-americanos fugindo de regimes autoritários (De la Vega, 2005).

A expansão da indústria petroleira foi responsável pelo período de baixa inflação e baixo desemprego entre os anos 1950 e 1990, e pela realização de grandes obras públicas, como a modernização de Caracas (Maringoni, 2009). Até os anos 1970, essa indústria era controlada por empresas estrangeiras mas, em 1974, Carlos Andrés Pérez foi eleito presidente e seu governo nacionalizou a exploração de petróleo.

O cenário de estabilidade social e econômica mudou em 1983, com uma crise econômica que resultou no *Viernes Negro*, quando o bolívar, a moeda nacional venezuelana, desvalorizou-se drasticamente em relação ao dólar, abrindo um período de recessão econômica. Esse foi um momento chave que começou a mudar o padrão migratório venezuelano, que passou de um país receptor a um país emissor de população na década de 1980 (De la Vega, 2005).

Grande parte dos que saíram da Venezuela naquele momento foram os migrantes que lá haviam se estabelecido nas décadas anteriores, que retornaram para seus países de origem. Além dos migrantes retornados, também emigraram venezuelanos de classe média e/ou alta qualificação, que temendo o empobrecimento devido à crise, dirigiram-se em sua maioria para os Estados Unidos (Alvarez *et al.*, 2021). A insatisfação popular com as medidas

governamentais eclodiu, em 1989, no *Caracazo*¹¹, grandes manifestações contra o governo, que reprimiu violentamente a revolta popular (Santiago, 2024).

Três anos após os protestos do *Caracazo*, Hugo Chávez, então tenente-coronel do Exército, liderou uma tentativa de golpe de Estado, buscando derrubar o governo (Maringoni, 2009). Embora fracassada, a sublevação projetou Chávez para o cenário político nacional, tornando-o uma figura carismática e popular entre setores da população insatisfeitos com o *status quo* (Maringoni, 2009).

Em 1998, Hugo Chávez foi eleito presidente para um mandato de cinco anos, porém tendo êxito em sucessivas eleições ele acabou governando o país durante 14 anos. Esse período, chamado de Revolução Bolivariana, foi marcado por mudanças sociais e políticas. No entanto, no plano econômico, a Venezuela continuou fortemente dependente da exploração de petróleo e de sua valorização no cenário internacional (Schuster, 2018).

O *boom* das *commodities*, vivenciado pela Venezuela na década de 2000, proporcionou ao governo de Hugo Chávez a oportunidade de investir em políticas sociais, como educação e assistência às classes menos favorecidas, o que contribuiu para a redução da desigualdade social (Ribas, 2018). No entanto, o aumento do controle estatal sobre setores estratégicos, em especial o petróleo, e as medidas autoritárias implementadas pelo governo geraram um forte descontentamento entre parte da população e setores da oposição (Ribas, 2018).

Chávez sofreu uma tentativa de golpe de Estado em 2002 e também enfrentou uma grande greve petroleira, que resultou na demissão de milhares de trabalhadores da estatal PDVSA, empresa base da economia do país (Ribas, 2018). Diante desse cenário, milhares de venezuelanos, sobretudo profissionais altamente qualificados, optaram por deixar o país em busca de melhores condições de vida e segurança. Essa foi uma migração que se baseou na percepção de risco de parcelas da população que se opunham ao governo Chávez, e discordavam de medidas econômicas e políticas, como as estatizações e expropriações de empresas (Alvarez *et al.*, 2021).

Em decorrência de um câncer, após vencer as eleições em 2012, o presidente Chávez ficou de licença médica, e o vice-presidente, Nicolás Maduro, assumiu a presidência interinamente. Com a morte de Chávez em março de 2013, Maduro continuou como

¹¹ O *Caracazo* foi uma série de grandes manifestações contra o governo de Carlos Andrés Pérez, que implementou medidas de liberalização econômica em acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O FMI concedeu um empréstimo de US\$ 4,5 bilhões à Venezuela e, em troca, o governo Pérez precisou promover a desvalorização da moeda venezuelana, a redução do gasto público e um reajuste que duplicou o preço da gasolina no país. Insatisfeita com essas medidas, a população saiu às ruas, sendo violentamente reprimida pelas forças de segurança (Santiago, 2024).

presidente interino até que foram realizadas novas eleições, nas quais ele teve uma vantagem de pouco mais de 1% em relação à oposição (G1, 2013).

Maduro desde o início do mandato foi visto com desconfiança por algumas alas do chavismo e como ilegítimo pela oposição, que contestou o resultado das urnas. Ainda sim, o principal fator de agravamento das tensões na sociedade foi, mais uma vez, a desvalorização do preço do petróleo, a partir do ano de 2014 (Meza, 2014). A economia entrou em recessão e a inflação aumentou, consumando o cenário de crise econômica e instabilidade política.

No início de seu mandato, Nicolás Maduro enfrentou uma série de manifestações populares contra seu governo e uma grave crise econômica (Leite; Castro, 2022). O governo venezuelano também foi alvo de sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos. Essas sanções, que incluíram o bloqueio de contas bancárias, a proibição de investimentos e a restrição à venda de petróleo venezuelano, tiveram um impacto devastador sobre a população civil (Leite; Castro, 2022).

Ao impedir que o governo venezuelano acessasse recursos internacionais, as sanções agravaram a crise humanitária no país (Leite; Castro, 2022). A falta de divisas dificultou a importação de alimentos, medicamentos e outros produtos essenciais, provocando um desabastecimento generalizado e um aumento drástico dos preços (Leite; Castro, 2022). Consequentemente, a população venezuelana vivenciou uma profunda deterioração de suas condições de vida.

Esse cenário de crise humanitária, marcado pela precarização das condições de vida e pela insegurança, impulsionou um êxodo em massa da população venezuelana. Inicialmente, a migração era concentrada entre as classes média e alta, com perfil mais qualificado e redes sociais mais robustas nos países de destino (Alvarez et al., 2021). No entanto, com o aprofundamento da crise, o movimento migratório se intensificou e se diversificou, atingindo todas as classes sociais e grupos populacionais (Alvarez et al., 2021).

Atualmente, há mais de 7,7 milhões de migrantes e refugiados venezuelanos espalhados pelo mundo, segundo dados da Plataforma R4V de 2024. Desse total, 6,5 milhões estão concentrados na América Latina e no Caribe. Os países vizinhos à Venezuela se tornaram os principais destinos dos venezuelanos em busca de melhores condições de vida, devido à proximidade geográfica e cultural.

A Colômbia se destaca como o principal país de acolhida, abrigando cerca de 2,9 milhões de venezuelanos. Em seguida, o Peru e o Brasil também emergem como grandes destinos, com aproximadamente 1,5 milhão e 568,1 mil refugiados venezuelanos, respectivamente (Plataforma R4V, 2024).

Inicialmente, esses países adotaram políticas de acolhimento mais flexíveis, garantindo acesso a serviços básicos como saúde, educação e trabalho (Freitez, 2023). No entanto, com o aumento exponencial do fluxo migratório, a percepção desses países em relação à crise venezuelana mudou, passando a caracterizá-la como um problema de grandes proporções e uma “crise migratória” (Freitez, 2023).

A inserção de migrantes venezuelanos no Brasil tem sido marcada por diversos desafios, que se intensificam no caso das mulheres. Na próxima seção, apresentaremos um panorama sobre a migração venezuelana para o Brasil, com um olhar especial para as especificidades de gênero. Além disso, analisaremos a realidade migratória da Cidade de Curitiba e sua Região Metropolitana.

4.2 FAMÍLIAS VENEZUELANAS NO BRASIL

Historicamente, o fluxo migratório entre Brasil e Venezuela era caracterizado por um maior número de brasileiros residindo em território venezuelano (Jarochinski Silva; Abrahão, 2019). Especialmente nas cidades fronteiriças de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena do Uairén (Venezuela) o fluxo migratório sempre foi intenso, com muitos brasileiros residindo e trabalhando no lado venezuelano (Jarochinski Silva; Abrahão, 2019). No entanto, a partir da eleição de Nicolás Maduro em 2013, essa dinâmica se inverteu.

A primeira onda migratória da Venezuela para o Brasil compreende o período entre 2000 e 2015, no qual a entrada de 8.670 venezuelanos foi registrada (Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2022). Esse fluxo foi composto por migrantes altamente qualificados, como médicos, dentistas, engenheiros, professores e estudantes de nível superior, caracterizando uma “fuga de cérebros” da Venezuela (Ribas, 2018; Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2022).

Em 2016, com o acirramento da crise, houve uma virada no perfil socioeconômico da população que saiu do país (Ribas, 2018). A escassez de alimentos e a hiperinflação desencadearam uma migração de massa marcada pela saída de pessoas de todas as classes sociais, em busca de sobrevivência.(Vasconcelos; Santos, 2021).

O intenso fluxo migratório venezuelano para o Brasil gerou desafios humanitários e logísticos para o país, sobretudo no estado de Roraima, onde a fronteira terrestre com a Venezuela concentra a maior parte das travessias (Oliveira, 2019). A demanda por alimentos, abrigo e assistência médica sobrecarregou os sistemas de saúde e assistência social de Roraima (Oliveira, 2019).

Diante desse cenário, o Governo Federal, em parceria com organismos internacionais e governos estaduais e municipais, lançou a Operação Acolhida (Leite; Castro, 2022). Essa iniciativa tem como objetivo garantir o atendimento humanitário aos migrantes venezuelanos, por meio da alocação em abrigos, da regularização documental e da promoção da interiorização para outros estados brasileiros.

No entanto, a Operação Acolhida e as respostas governamentais sobre a migração venezuelana são alvos de críticas por sua abordagem. De acordo com Leite e Castro (2022), a estratégia governamental está ligada ao entendimento da migração como uma “crise”, reforçando uma visão negativa e securitizada do fenômeno migratório. Essa perspectiva é corroborada pela militarização da fronteira, com as Forças Armadas desempenhando um papel central na recepção dos migrantes (Leite; Castro, 2022).

Ademais, destaca-se que a entrada de venezuelanos no Brasil ocorreu em um momento crucial de reformulação da política migratória nacional. Em 2017 foi aprovada a Lei de Migração, que substituiu o Estatuto do Estrangeiro, remanescente da Ditadura Militar. Entretanto, a chegada dos venezuelanos ao país antecedeu a plena vigência da nova lei.

A ausência de um acordo de residência entre Brasil e Venezuela, somada à complexidade da situação humanitária no país vizinho, gerou um dilema jurídico. Muitos venezuelanos, sem amparo legal para regularizar sua situação como migrantes, buscaram o reconhecimento da condição de refugiado (Oliveira, 2019).

O processo de reconhecimento do status de refugiado no Brasil é regido pela Lei nº 9.474/97, que se baseia nas convenções¹² internacionais sobre o tema. Contudo, a análise individual dos pedidos de refúgio dos venezuelanos revelou um desafio: embora fugissem de uma grave crise humanitária, a maioria não se enquadrava nos critérios de perseguição previstos na lei, como raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política (Jubilut; Jarochinski, 2020). Diante desse impasse, o governo brasileiro adotou medidas provisórias, como a concessão de residência temporária. Posteriormente, alinhado com a Declaração de Cartagena, o Brasil ampliou o conceito de refugiado para incluir os indivíduos que fogem de seus países devido a um cenário de grave violação de direitos humanos, o que beneficiou aos venezuelanos (Jubilut; Jarochinski, 2020).

Dessa forma, ao chegarem ao Brasil, os venezuelanos contam com duas principais vias para regularizar sua situação migratória: a solicitação de autorização de residência ou o

¹² A Convenção (1951) e o Protocolo (1967) Relativo ao Estatuto do Refugiado definem como refugiado qualquer pessoa que encontra-se fora do seu país de nacionalidade e não pode ou não quer receber a proteção desse país devido a fundados temores de perseguição por “motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas”.

reconhecimento do status de refugiado (Jubilut; Jarochinski, 2020). A autorização de residência, inicialmente concedida por dois anos, oferece uma maior flexibilidade de movimento, permitindo que o indivíduo circule livremente pelo território nacional. Após esse período, a autorização pode ser renovada indefinidamente, conferindo uma situação migratória mais estável.

Por outro lado, o reconhecimento do status de refugiado garante proteção internacional ao indivíduo, desde que persistam as razões que o levaram a deixar seu país de origem. No entanto, essa condição impõe algumas restrições à liberdade de movimento, uma vez que o refugiado necessita de autorização do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) para sair do país. Diante dessas diferenças, muitos venezuelanos optam pela autorização de residência, que, apesar de não conferir o mesmo nível de proteção internacional¹³, oferece maior flexibilidade para construir seus projetos de vida no Brasil.

O Brasil já recebeu 568.058 venezuelanos (Plataforma R4V), tornando-se a principal nacionalidade de migrantes no território brasileiro. Um dos primeiros estudos aprofundados sobre o perfil desses migrantes foi realizado por Simões e equipe em 2017, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, em Roraima.

A pesquisa revelou um perfil predominantemente masculino, jovem e solteiro, com, no mínimo, o ensino médio completo (Simões *et al.*, 2017). Os principais motivos da migração eram a crise econômica e política na Venezuela (Simões *et al.*, 2017). Já a partir de 2018, observou-se no fluxo migratório venezuelano a presença significativa de mulheres, crianças e adolescentes, que contribui para um processo de feminização e rejuvenescimento da população migrante no Brasil (Oliveira e Tonhati, 2022).

Com relação à composição familiar dos migrantes venezuelanos, um estudo realizado pelo ACNUR em 2021 em centros de acolhimento de Boa Vista revelou dados importantes. A pesquisa constatou que uma parcela significativa dos migrantes chegou ao Brasil acompanhada por seus familiares. Mais especificamente, 35,8% dos entrevistados migraram como parte de um arranjo familiar biparental, enquanto 26,5% faziam parte de famílias monoparentais (ACNUR, 2021).

O ACNUR constatou que os arranjos familiares abrigados apresentavam, em média, 3,31 membros. Ao analisar os diferentes tipos de arranjos, observou-se que as famílias

¹³ De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), há muitos venezuelanos que, apesar de se encaixarem na definição de refugiado, não estão buscando o reconhecimento do status de refugiado, optando por formas mais rápidas e simples de regularização migratória nos países anfitriões. No entanto, privilegiar outros status migratórios que não o refúgio é também um esforço estatal, para abster-se das responsabilidades de proteção e concessão de direitos que derivam do reconhecimento de status de refugiado (Jarochinski Silva; Baeninger, 2021).

biparentais possuíam, em média, 4,8 integrantes, enquanto as monoparentais apresentavam uma média de 3,92 pessoas.

A média de filhos por família era de 2,48 para ambos os tipos de arranjos familiares. No entanto, nos arranjos monoparentais, houve uma maior incidência de famílias com apenas um filho. Em 93,2% dos casos, as famílias monoparentais eram chefiadas por mulheres.

Esses dados indicam que a migração venezuelana para o Brasil tem sido, em grande medida, um fenômeno familiar. Corroboram os dados sobre a migração familiar os resultados da pesquisa do programa MOVERSE - Empoderamento Econômico de Mulheres Refugiadas e Migrantes no Brasil, uma iniciativa conjunta do ACNUR, da ONU Mulheres e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Segundo a pesquisa,

[...] a maior parte da população interiorizada reside com cônjuge ou companheiro(a) no mesmo domicílio (66,94%) e possui filhos(as) (79,26%). Entre a população abrigada, verificou-se uma proporção similar de pessoas residindo com cônjuge (67,38%) e uma proporção maior de pessoas que têm filhos(as) (90,39%). Nota-se que a grande maioria das mulheres venezuelanas têm filhos(as), sendo 94,51% entre as mulheres abrigadas em Roraima e 86,51% entre as mulheres interiorizadas (MOVERSE, 2021, p. 21).

Sobre a quantidade de filhos, a pesquisa MOVERSE aponta que

A população venezuelana interiorizada tinha, em média, 2,04 filhos/as. A média geral de filhos/as corresidentes (morando com pai e/ou mãe no Brasil) era de 1,57 entre pessoas interiorizadas, enquanto entre as pessoas abrigadas esse número era ligeiramente superior (de 1,75 filhos/as). Mulheres interiorizadas têm número médio de filhos/as corresidentes (1,82) significativamente superior aos homens interiorizados (1,3) e particularmente inferior se comparada à média geral para as mulheres abrigadas em Roraima 1,97 (MOVERSE, 2021, p. 23).

Um estudo mais recente realizado em 2023 pela Plataforma R4V envolveu 3.311 migrantes venezuelanos em todo o Brasil. A pesquisa constatou uma distribuição quase equitativa entre homens (51,9%) e mulheres (48,9%), com uma presença significativa de crianças e adolescentes, que correspondiam a 39% dos participantes.

A faixa etária predominante concentrava-se entre 18 e 45 anos, com destaque para os grupos de 18 a 30 anos (27%) e 31 a 45 anos (22%). Em média, cada domicílio abrigava 5,3 pessoas, sendo que, na maioria dos casos (54,9%), um homem ocupava o papel de chefe de família. A presença de crianças e adolescentes era marcante, estando presentes em 71% dos domicílios entrevistados. Em termos de distribuição geográfica dos participantes do estudo, Roraima e Amazonas concentraram a maior proporção de venezuelanos (41,75%), seguidos por Santa Catarina (14%), Paraná (12%), São Paulo (9%) e Rio Grande do Sul (7%).

Entre os estados brasileiros, o Paraná ocupa a quarta posição em número de

venezuelanos registrados (SISMIGRA, 2024). Em 2023, dos 13.793 venezuelanos registrados no estado, a maioria estava concentrada em Curitiba e na Região Metropolitana (RMC), conforme dados da Polícia Federal (SISMIGRA, 2024). Somente na capital paranaense, foram registrados 4.698 venezuelanos, o que colocaria Curitiba como a terceira cidade do país com a maior população dessa comunidade, superada apenas por Boa Vista e Manaus, ambas localizadas na região Norte, principal porta de entrada de venezuelanos por via terrestre (SISMIGRA, 2024).

O Paraná, historicamente, tem se destacado como um polo de atração para migrantes devido à sua dinâmica econômica e qualidade de vida (Fernandes, 2017). Curitiba, em particular, é reconhecida nacionalmente por suas políticas urbanas e por ser frequentemente citada como uma cidade modelo. A capital paranaense e sua região metropolitana concentram uma parcela significativa das atividades econômicas do estado, o que a torna um pólo de atração para migrantes tanto internos quanto internacionais (Deschamps, 2014).

Outro elemento importante é que no Estado do Paraná, desde 2015, o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas atua como um órgão consultivo e fiscalizador, garantindo que as políticas públicas sejam implementadas de forma eficaz. Além das iniciativas governamentais, diversas organizações da sociedade civil, como a Cáritas Brasileira Regional do Paraná, oferecem suporte aos migrantes, auxiliando-os na adaptação ao novo contexto.

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) também desempenha um papel importante na integração dos migrantes. Por meio da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, a universidade promove atividades acadêmicas e projetos comunitários em parceria com os migrantes, além de oferecer cursos gratuitos de língua portuguesa para estrangeiros, facilitando a comunicação e o acesso a outros serviços. A UFPR também realiza o processo de revalidação de diplomas estrangeiros, permitindo que os profissionais migrantes exerçam suas atividades no Brasil.

Especificamente quanto a situação dos venezuelanos na cidade de Curitiba e na Região Metropolitana, ainda são poucos os dados sobre o tema, porém há dois estudos que nos fornecem insumos interessantes. O primeiro trata-se de uma pesquisa realizada por García (2019), na qual 73 venezuelanos participaram. Destes, 56,2% eram jovens adultos entre 25 e 37 anos, e 38 eram homens e 34 mulheres.

Quanto ao estado civil e à composição familiar, García (2019) identificou que a maioria dos entrevistados era solteira (60,27%) e que um número expressivo (41,12%) vivia com três ou mais pessoas em um mesmo domicílio, o que pode indicar a característica

familiar da migração. No que se refere à escolaridade, o estudo de García (2019) indica um alto nível educacional, com mais da metade dos participantes possuindo ensino superior completo. Entretanto, apenas 20% conseguiram revalidar seus diplomas no Brasil.

No que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, verificou-se que 72,6% dos migrantes venezuelanos encontravam-se empregados no momento da pesquisa. No entanto, apenas 36% exerciam funções que estavam alinhadas com sua experiência profissional adquirida na Venezuela.

Em relação à distribuição geográfica na cidade, os venezuelanos entrevistados por García (2019) concentram-se nas regiões leste e sudeste de Curitiba, onde o custo de vida é mais acessível. A maioria mora em casas e apartamentos alugados. Por fim, sobre os motivos para escolher Curitiba como local de residência, os respondentes citaram as oportunidades da cidade e a qualidade de vida como principais atrativos.

Outra pesquisa foi feita por Oliveira (2021), com o objetivo de avaliar os impactos da pandemia de COVID-19 sobre a população venezuelana residente em Curitiba e Goioerê, ambas cidades paranaenses. Em Curitiba, a amostra foi composta por 70 participantes, com predomínio do gênero feminino (43 mulheres e 27 homens). A faixa etária dos respondentes variou entre 19 e 61 anos, concentrando-se principalmente na faixa dos 20 aos 40 anos.

O perfil socioeconômico dos participantes do estudo de Oliveira (2021) revela uma população majoritariamente solteira, com filhos e vivendo em moradias alugadas. A autodeclaração racial concentrou-se nas categorias pardo e negro. Quanto à situação migratória, a maioria dos participantes possuía visto de residência (permanente ou provisório), enquanto outros eram refugiados ou solicitantes de refúgio. No momento da pesquisa, apenas 18% dos participantes estavam formalmente empregados, um dado que pode ser reflexo tanto do momento de pandemia no qual a pesquisa foi realizada quanto das dificuldades de inserção no mercado de trabalho enfrentadas pelos migrantes.

Considerando a escassez de estudos sobre a realidade das famílias venezuelanas em Curitiba, aliada à significativa presença desses migrantes na cidade, o próximo capítulo terá foco nas experiências das mulheres-mães venezuelanas residentes na capital paranaense e na região metropolitana.

5 MULHERES-MÃES MIGRANTES: SEGUNDO ELAS MESMAS

Neste capítulo, dedico-me a detalhar o processo de pesquisa de campo, expondo as escolhas metodológicas que nortearam a coleta e a análise dos dados. Em seguida, apresento um perfil das participantes da pesquisa, traçando um panorama de suas trajetórias migratórias desde a Venezuela até o Brasil.

5.1 A PESQUISA DE CAMPO E A ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Para a pesquisa de campo, escolhi realizar entrevistas individuais com mulheres venezuelanas que são mães e residem na Grande Curitiba. A opção pelas entrevistas individuais e semiestruturadas nessa pesquisa se justifica por diversos motivos. A migração é um fenômeno singular para cada indivíduo, que envolve experiências subjetivas e contextos culturais, sociais e econômicos únicos. Como salienta Duarte (2004), as entrevistas permitem um mergulho profundo na realidade dos sujeitos, revelando suas percepções, significados e a lógica que rege suas relações.

Ao investigar os desafios enfrentados por mães migrantes e suas estratégias de adaptação, é fundamental compreender suas visões sobre a migração e a maternidade. As entrevistas individuais proporcionam um espaço personalizado para que as participantes compartilhem suas experiências de forma detalhada. Conforme Fraser e Gondim (2004, p. 140),

a entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante.

As entrevistas foram estruturadas em torno de quatro eixos principais: projeto migratório, processos integrativos, práticas maternas e dinâmicas familiares, e perspectivas futuras. O eixo de dados pessoais inclui informações básicas como idade, estado civil, nível de escolaridade, ocupação e composição familiar, oferecendo um contexto sobre o perfil das participantes. No eixo do projeto migratório, são exploradas as motivações para a migração e o processo migratório em si.

Já o eixo de processos integrativos investiga as experiências de interação com a comunidade local, o acesso a serviços públicos, e experiências de discriminação. O eixo de

práticas maternas e dinâmicas familiares identifica os desafios enfrentados pelas mães migrantes e as estratégias de cuidado e educação dos filhos. Finalmente, o eixo de perspectivas futuras aborda as aspirações e planos das mulheres-mães para o futuro, tanto a nível pessoal quanto familiar, incluindo a possibilidade de permanência no Brasil ou de retorno à Venezuela.

Para a seleção das participantes da pesquisa, contei com a colaboração de uma colega pesquisadora que possui vínculos com diversos coletivos de migrantes em Curitiba. Através dela, obtive alguns contatos de mulheres migrantes.

Entrei em contato com Júlia¹⁴, a primeira participante da pesquisa, via *Whatsapp*, apresentando-me e explicando como havia obtido seu número de telefone. Em seguida, descrevi brevemente os objetivos do estudo. Júlia demonstrou interesse e prontamente concordou em ser entrevistada. Sendo assim, para o primeiro contato com Júlia e para a realização das entrevistas seguintes, empreguei a técnica da “bola de neve”, que se desenvolve da seguinte maneira:

[...] para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral [...]. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (Vinuto, 2014, p. 203).

Nessa lógica, Júlia indicou duas possíveis participantes: Maria e Sofia. O contato inicial com ambas seguiu o mesmo protocolo utilizado anteriormente, resultando na aceitação de ambas em participar da pesquisa. Além de Maria e Sofia, Júlia também indicou Flávia e Eliza, com quem também conversei.

As demais entrevistadas, por outro lado, não foram recrutadas através da rede de contatos estabelecida anteriormente. Na verdade, o contato com Beatriz, por exemplo, ocorreu devido a um evento sobre migrações em Curitiba, realizado em 2023. Na ocasião, conheci sua mãe, Ana, migrante venezuelana que vive há 15 anos no Brasil, com quem mantive contato durante o ano.

Ao iniciar a coleta de dados para a pesquisa, pedi a Ana que indicasse outras mulheres que se encaixassem no perfil do estudo. Ela, por sua vez, indicou sua própria filha, Beatriz. Já Beatriz, me indicou Isabela, que foi sua colega em um curso realizado com apoio

¹⁴ Para preservar a identidade das entrevistadas e demais pessoas envolvidas em suas histórias, todos os nomes utilizados são fictícios.

governamental. Por fim, entrei em contato com Amanda, que reside no mesmo bairro que eu, e me foi indicada por uma vizinha.

Dentre as oito participantes entrevistadas, cinco delas se conhecem e fazem parte de um mesmo Grupo de Empoderamento para mulheres migrantes. As outras participantes não possuem vínculo com esse grupo, diversificando um pouco a amostra.

Essa característica da amostragem em bola de neve merece atenção. Conforme aponta Vinuto (2014), um dos desafios desse tipo de amostragem é a possibilidade de obter dados com pouca variabilidade, já que os participantes tendem a indicar pessoas de seu círculo social, limitando assim o acesso a diferentes perspectivas. No entanto, é possível minimizar essa limitação ao selecionar “sementes” iniciais em redes distintas, aumentando a chance de alcançar participantes com experiências e opiniões mais diversificadas (Vinuto, 2014). Nesse sentido, a inclusão de Beatriz, Isabela e Amanda, que não fazem parte do Grupo de Empoderamento, já contribui para ampliar a gama de narrativas presentes na pesquisa.

Inicialmente, a intenção era conduzir todas as entrevistas de forma presencial. No entanto, ao agendar os encontros, algumas das participantes solicitaram que as entrevistas fossem realizadas *online*, o que, inicialmente, causou uma certa hesitação de minha parte. Entretanto, conforme defendem Santhiago e Magalhães (2020, p.11)

[...] as novas tecnologias não podem ser ignoradas, sobretudo em situações nas quais consistem na única forma de viabilização da pesquisa. O recurso virtual deve ser entendido como mais uma ferramenta a aproximar entrevistador e entrevistado, um recurso de coligação útil, um caminho para o entendimento das complexas interações e dos pontos de vista sobre a história que não estariam disponíveis de outra forma.

A compreensão da realidade das entrevistadas como mulheres com múltiplas responsabilidades (esposas, mães, trabalhadoras) contribuiu para que eu aceitasse a modalidade virtual. A flexibilidade proporcionada pelas entrevistas virtuais revelou-se como um fator facilitador para a participação dessas mulheres na pesquisa. Portanto, das oito entrevistas realizadas, a maior parte foi realizada virtualmente.

Quanto às três entrevistas presenciais, a primeira foi realizada na casa da entrevistada, a segunda aconteceu em um espaço de *coworking*, onde a participante realiza suas atividades profissionais, e a terceira aconteceu no escritório do Grupo de Empoderamento feminino do qual seis das entrevistadas fazem parte. Já as entrevistas virtuais foram conduzidas por meio da plataforma *Teams*, com a câmera ativada tanto por mim quanto pelas participantes durante toda a interação, o que possibilitou a observação de expressões

faciais e outros elementos não verbais relevantes para a análise.

A duração das entrevistas variou entre 50 minutos e uma hora e meia, dependendo da disponibilidade e do engajamento das participantes ao longo da conversa. As entrevistadas demonstraram grande entusiasmo em colaborar com a pesquisa, o que resultou em conversas ricas e produtivas. Todas elas, aliás, agradeceram a oportunidade de compartilhar suas experiências e reflexões.

Para a interpretação das entrevistas foi adotada a análise temática (AT) proposta por Braun e Clarke (2006). Essa abordagem é um tipo de análise de conteúdo que permite a identificação, análise e interpretação de temas recorrentes nos dados coletados. A análise temática é composta de seis fases, conforme o quadro abaixo.

QUADRO 1 – AS FASES DA ANÁLISE TEMÁTICA

Fase	Descrição
1) Familiarização com dados	Transcrever os dados e revisá-los; ler e reler o banco; anotar ideias iniciais durante o processo.
2) Gerando códigos iniciais	Codificar aspectos interessantes dos dados de modo sistemático em todo o banco; reunir extratos relevantes a cada código.
3) Buscando temas	Reunir os códigos em temas potenciais; unir todos os dados pertinentes a cada tema em potencial.
4) Revisando os temas	Checar se os temas funcionam em relação aos extratos e ao banco de dados como um todo; gerar mapa temático da análise.
5) Definindo e nomeando os temas	Refinar os detalhes de cada tema e a história que a análise conta; gerar definições e nomes claros a cada tema.
6) Produzindo o relatório	Fornecer exemplos vívidos; última análise dos extratos escolhidos na relação com pergunta de pesquisa e literatura; relato científico da análise.

FONTE: Souza, 2019

Ao adotar a análise temática de Braun e Clarke, iniciei o processo de codificação e geração de temas ainda durante a transcrição das entrevistas. Nessa etapa inicial, já identifiquei alguns assuntos recorrentes em cada uma delas. Após a conclusão das transcrições, procedi a uma leitura integral do material, imprimindo as entrevistas para facilitar a identificação de padrões e a marcação de trechos relevantes.

Nesse momento, destaquei as respostas em comum entre as participantes e selecionei fragmentos que considero representativos de cada tópico. Em seguida, realizei uma revisão dos temas inicialmente identificados, promovendo ajustes e, em alguns casos, a exclusão de categorias que não se mostraram consistentes. Para facilitar a visualização das relações entre os temas e a compreensão do conjunto de dados, elaborei um mapa mental que permitiu uma organização mais clara das informações.

A próxima seção dedica-se a caracterizar as participantes da pesquisa, oferecendo um perfil das mulheres venezuelanas que foram entrevistadas. Em seguida, apresento os resultados encontrados.

5.2 AS ENTREVISTADAS

Segundo os depoimentos colhidos, todas as participantes da pesquisa são mulheres que migraram para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Elas têm entre 26 e 53 anos, e a maioria possui ensino superior completo e uma trajetória profissional antes da migração. Todas têm ao menos um filho, com idades que variam de 3 a 34 anos, sendo que as participantes migraram para o Brasil em diferentes momentos, entre 2016 e 2022. No Brasil, atualmente várias das participantes se dedicam ao empreendedorismo, o que demonstra uma forte iniciativa para buscar alternativas de sustento no país. O quadro a seguir resume os perfis das entrevistadas e, em seguida, eu as apresento mais detalhadamente.

QUADRO 2 – PERFIL DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Nome	Idade	Escolaridade	Profissão atual	Ano de chegada	Nº de filhos e idades	Faixa de renda familiar¹⁵
Júlia	40 anos	Ensino Superior Completo	Empreendedor a na área de impacto social	2019	3; 12, 14 e 18 anos	2 a 3 salários mínimos
Maria	35 anos	Ensino Superior Completo	Empreendedor a na área de impacto social	2022	1; 12 anos	2 salários mínimos
Sofia	49 anos	Ensino Superior Completo	Empreendedor a na área de culinária	2016	6; 15, 22, 22, 24, 26, 28 anos	3 a 4 salários mínimos
Flávia	34 anos	Ensino Superior Completo	Hipnoterapeuta	2022	2; 5; 15 anos	2 a 3 salários mínimos
Eliza	53 anos	Ensino Superior Completo	Vendedora	2018	2; 24, 34 anos	3 a 4 salários mínimos
	26 anos	Ensino Médio	Fotógrafa			2 a 3 salários

¹⁵ Em 2024 o salário mínimo é de R\$ 1.412,00.

Beatriz		Completo		2016	1; 3 anos	mínimos
Isabela	32 anos	Ensino Superior Completo	Dia rista	2019	1; 1 ano e cinco meses	1 salário mínimo
Amanda	34 anos	Ensino Superior Completo	Atendente de cobrança	2021	1; 16 anos	2 a 3 salários mínimos

FONTE: autoria própria

5.2.1 Júlia

A primeira entrevistada foi Júlia, uma mulher venezuelana de 40 anos, residente em Curitiba, onde vive com o marido e dois de seus três filhos. Os filhos mais novos têm 12 e 14 anos, enquanto a filha mais velha, de 18, reside na Itália, sob os cuidados da tia, irmã de Júlia. Ela conheceu seu atual companheiro, Paulo, já no Brasil, onde ele vivia há cerca de oito anos. Embora não seja o pai biológico das crianças, ele assumiu o papel de pai de criação, participando ativamente da vida familiar.

Antes de chegar ao Brasil, ela fez uma breve tentativa de se estabelecer na Colômbia, mas não se adaptou e retornou à Venezuela. A decisão de migrar foi motivada, em grande parte, pela crise humanitária na Venezuela, que afetou a saúde de seus dois filhos mais novos: um deles tem asma e o outro tem uma doença imunológica. A falta de acesso a medicamentos e a deterioração da qualidade de vida no país tornaram a mudança para o Brasil uma questão de sobrevivência.

Júlia é muçulmana e sua fé islâmica foi fundamental nesse processo. Ao ativar sua rede de contatos na Mesquita que frequentava em seu país, Júlia recebeu apoio e orientação para dar início à sua jornada migratória. Ela chegou ao Brasil com seus dois filhos pequenos pela fronteira de Pacaraima, onde foi recebida pela Operação Acolhida e iniciou o processo de regularização de seus documentos. Um *Sheikh* brasileiro, com quem já havia sido conectada na Venezuela, a auxiliou em toda a jornada, acolhendo-a em sua própria casa quando ela chegou a Curitiba.

Formada em Administração, com especialização em Gerência, Júlia enfrentou dificuldades para revalidar seu diploma no Brasil. Como alternativa, ingressou no curso de Secretariado no Instituto Federal do Paraná (IFPR), que está prestes a concluir. Paralelamente à sua formação acadêmica, ela é uma das fundadoras de um empreendimento social dedicado ao empoderamento de mulheres migrantes. No entanto, antes de se tornar empreendedora, trabalhou em diversos empregos, como vendedora de loja de shopping e faz-tudo em restaurantes.

Na Venezuela, Júlia ainda possui uma casa, que está alugada, e seus pais, aposentados, também vivem lá, sustentando-se com a renda de duas lojas da família, igualmente alugadas. O aluguel da casa permite que ela invista em seu empreendimento, embora ela admita que o negócio ainda não é lucrativo. Atualmente, é o marido, técnico em prótese dentária, quem arca com as despesas da casa, e, caso necessário, a família pode contar com a ajuda financeira das irmãs que moram na Itália.

Júlia tem uma rotina agitada, dividida entre as atividades domésticas, os cuidados com os filhos, os estudos e a gestão do seu empreendimento. No entanto, ela enfrenta problemas de saúde relacionados ao hipotireoidismo, o que, em alguns dias, a impede de realizar suas atividades cotidianas. Nesses momentos, é o marido quem assume as tarefas domésticas.

Com os filhos já na adolescência e a vida familiar bem estabelecida no Brasil, Júlia sente que, agora, finalmente, pode dedicar mais tempo a si mesma e a seus próprios projetos. Porém, devido aos seus problemas de saúde, a família pensa em se mudar para a Itália, reunindo-se com a filha mais velha e os outros familiares que lá vivem, que podem ajudá-la nos cuidados com a saúde, a casa e os filhos.

5.2.2 Maria

A segunda participante da pesquisa é Maria, uma venezuelana de 35 anos que chegou ao Brasil há um ano e oito meses com seu filho de 12 anos. Nos encontramos em um espaço de *coworking*, próximo a um shopping em Curitiba, onde Maria vai uma vez por semana para realizar reuniões e atividades relacionadas ao empreendimento social do qual é sócia, juntamente com Júlia.

Pedagoga e também intérprete da língua de sinais venezuelana, Maria atuava na sua área de formação na Venezuela, inicialmente em uma escola pública e, posteriormente, em uma grande universidade. Lá, ela trabalhava como assessora de diversidade e inclusão, além de ministrar aulas para outros docentes e atuar como intérprete para alunos surdos. No entanto, com o agravamento da crise econômica no país, Maria pediu demissão, pois seu salário não era suficiente para cobrir as despesas.

Seu pai, aposentado, tinha dinheiro guardado e o emprestou para a filha e seus irmãos, com o qual eles abriram uma escola de culinária. O negócio prosperou por um tempo, mas, com o passar dos anos, começaram a enfrentar dificuldades financeiras.

Nesse cenário de crise, foi seu marido, militar da aviação venezuelana, quem

primeiro tomou a decisão de tentar a vida no Brasil. Descontente com o governo, ele decidiu sair da Venezuela e, em 2019, foi sozinho para Manaus, onde passou nove meses vendendo bolos de pote para se sustentar e juntar dinheiro para trazer Maria e o filho.

Contudo, Maria não se sentia confortável com o relacionamento à distância e, além disso, não desejava deixar seu país. Ela exigiu que o marido retornasse, chegando até a ameaçar o divórcio caso ele não voltasse. Ele retornou, mas logo ficou claro que a situação na Venezuela era insustentável. Em comum acordo, decidiram que ele voltaria ao Brasil assim que as fronteiras fossem reabertas, pois estavam fechadas devido à pandemia de Covid-19. Ele retornou ao Brasil em 2021, desta vez diretamente para Curitiba, e no final de 2022 enviou as passagens para Maria e o filho.

No Brasil, Maria chegou a trabalhar em sua área de formação, como professora, em uma escola de educação infantil em Curitiba, mas, após ser dispensada, decidiu se dedicar integralmente à criação do filho e à gestão do seu empreendimento social. Já adaptada à sua nova realidade, Maria demonstra grande otimismo em relação ao futuro. Além de se dedicar aos seus projetos atuais, ela também planeja aumentar a família sendo mãe novamente.

5.2.3 Sofia

Sofia, uma professora de educação infantil de 49 anos, foi a terceira entrevistada. A pedido dela, a conversa ocorreu de forma *online*. Com uma abertura e carisma que me impressionaram, ela compartilhou sua jornada migratória para o Brasil, iniciada há oito anos.

Na Venezuela, Sofia dedicou 20 anos à mesma escola, mas a crescente crise econômica a forçou a repensar sua vida. Ela criou os dois filhos sozinha desde bebês, após o abandono do ex-marido, mas viu seu salário se desvalorizar rapidamente, tornando-se insuficiente para suprir as necessidades básicas da família.

Pouco antes de tomar a decisão de deixar seu país, Sofia conheceu o seu atual marido, Joaquim. Impulsionados pela busca por melhores condições de vida, o casal decidiu se mudar para o Brasil, inicialmente se estabelecendo em Manaus. Lá, viveram por um ano, vendendo pães. Em seguida, o marido, formado em gastronomia, conseguiu um emprego como auxiliar de chapa em uma pizzaria, o que lhes proporcionou um pouco mais de estabilidade financeira.

Com a situação econômica mais confortável, o casal iniciou o processo para trazer os filhos da Venezuela. Ao todo, Sofia tem dois filhos biológicos e o marido, quatro, sendo que três deles já estão no Brasil e são acolhidos por Sofia como seus. Na época da chegada ao

Brasil, os dois filhos mais novos tinham 14 anos, outro filho tinha 16, uma filha tinha 18, e o mais velho, 20 anos.

Em Curitiba, a família se estabeleceu inicialmente no bairro Boqueirão, mas logo se mudou para o Centro em busca de empregos. Apesar das dificuldades iniciais e dos empregos em áreas como garçone, caixa de supermercado e repositor de mercadorias, com salários mínimos, a família perseverou. Com o tempo, a situação financeira melhorou significativamente. Os filhos concluíram o ensino médio e conseguiram seus próprios empregos, enquanto Sofia e o marido realizaram o sonho da casa própria através do programa Minha Casa, Minha Vida.

Atualmente, o casal reside em apartamento próprio em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, onde mantém um negócio de cestas de café da manhã e da tarde com culinária brasileira e venezuelana, além de arranjos de flores. Essa atividade, combinada com o Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹⁶ dos pais de Sofia, que vivem com eles, garante a renda familiar. Os filhos, agora adultos e independentes, estão estabelecidos em diversas regiões da Grande Curitiba, em suas próprias casas e com bons empregos. Alguns já constituíram suas próprias famílias no Brasil.

Sentindo-se realizada e orgulhosa pelas conquistas de seus filhos, Sofia agora dedica seu tempo livre aos netos e à participação em um Grupo de Empoderamento feminino. Com a família estruturada e o negócio prosperando, ela sonha em adquirir uma casa, onde possa abrir um pequeno espaço para atender aos clientes que quiserem tomar um café ou experimentar uma empanada venezuelana.

5.2.4 Flávia

Entrevistei Flávia pessoalmente no novo escritório que abriga o Grupo de Empoderamento feminino do qual Júlia, Maria e Sofia também fazem parte. Flávia tem 34 anos e chegou ao Brasil sozinha em 2022. Ela é psicóloga de formação e possui, ainda, uma certificação em Educação Integral, que, na Venezuela, lhe permitia atuar como professora.

Ao chegar ao país, ficou por um tempo hospedada na casa de uma amiga que já residia em Curitiba e que lhe ofereceu abrigo em troca de ajuda com os cuidados de seus

¹⁶ O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e garante o pagamento de um salário mínimo por mês a pessoas idosas, com 65 anos ou mais, e a pessoas com deficiência, independentemente da idade. O BPC pode ser acessado por qualquer pessoa que resida legalmente no Brasil, desde que se encaixe nos critérios de concessão do benefício, que incluem ter uma renda familiar per capita igual ou menor a um quarto do salário mínimo vigente.

filhos. Posteriormente, Flávia começou a trabalhar como confeitadeira em uma padaria no sistema de “taxas” (no qual não há vínculo empregatício, apenas um valor fixo pago por dia) e também atuou como faxineira diarista.

Apesar da rotina exaustiva, ela conseguiu economizar dinheiro suficiente para trazer sua mãe e seus dois filhos da Venezuela para o Brasil. O filho mais velho, hoje, tem 15 anos, e o mais novo, cinco. Mãe solo, Flávia se divorciou do pai do filho mais novo pouco antes de deixar a Venezuela. A decisão de emigrar foi motivada pelo aumento do custo de vida em seu país e pela falta de acesso a serviços básicos, sobretudo os de saúde.

Atualmente, Flávia mora no bairro Sítio Cercado com sua mãe e seu filho mais velho. O filho caçula voltou temporariamente para a Venezuela para visitar o pai, mas este obteve a guarda da criança e não permitiu seu retorno ao Brasil, o que deixou Flávia profundamente abalada.

Ela agora trabalha como hipnoterapeuta e está se preparando para tentar revalidar seu diploma de psicologia. Com isso, espera ampliar suas oportunidades profissionais. No futuro, Flávia sonha em abrir uma cafeteria, onde possa unir seu talento culinário ao desejo de empreender.

5.2.5 Eliza

Conversei com Eliza, de 53 anos, de forma online, a seu pedido. Ela é formada em Educação Integral e trabalhou como professora por 20 anos na Venezuela, até se aposentar. Ela tem dois filhos, um rapaz de 24 anos, que atualmente mora com ela em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, e uma mulher de 34 anos, que está finalizando a graduação em Medicina na Venezuela,

Ela chegou ao Brasil há seis anos para morar com o filho, que, à época, tinha 18 anos e havia decidido tentar construir uma nova vida no país. Movida pela preocupação com ele, Eliza veio contra a vontade do marido e da filha, com a intenção inicial de permanecer por apenas alguns meses. Contudo, acabou gostando do país e decidiu se estabelecer definitivamente, o que também levou seu marido a vir para o Brasil após algum tempo.

Ao chegar, Eliza precisou se reinventar profissionalmente. Seu primeiro trabalho foi vendendo doces nas ruas do Centro de Curitiba, mas logo conseguiu um emprego como empregada doméstica e babá para uma família de advogados. Posteriormente, trabalhou como faxineira em uma locadora de carros e, por fim, encontrou seu atual emprego como consultora de beleza em uma multinacional de cosméticos. Atualmente, ela está na empresa há dois anos

e já alcançou o cargo de gerente. Com determinação, Eliza planeja continuar ascendendo na hierarquia da empresa e sonha em conquistar a casa própria no futuro.

5.2.6 Beatriz

A entrevista com Beatriz ocorreu em sua residência: uma pequena casa alugada com sala, cozinha e quartos conjugados. Fotógrafa autônoma, durante toda a entrevista ela precisou dividir sua atenção entre responder às minhas perguntas, atender às dúvidas dos clientes pelo *Whatsapp*, e entreter a filha de três anos, que brincava ao nosso entorno. A necessidade de atender aos clientes e distrair a criança tornou o encontro mais dinâmico e, por vezes, interrompido. Apesar dessas circunstâncias, ela compartilhou de forma sincera, ainda que sucinta, sua experiência como refugiada venezuelana e mãe.

Atualmente com 26 anos, ela chegou ao Brasil com 18 anos para se reunir com sua mãe, Ana, que já mora no país há 15 anos. A decisão de migrar ocorreu em meio à profunda crise venezuelana, quando estava prestes a iniciar o curso de Engenharia Ambiental. Após uma longa jornada que a levou de Caracas ao Panamá, São Paulo e, finalmente, Curitiba, ela iniciou sua vida no Brasil trabalhando como atendente em uma rede de restaurantes.

A maternidade, em 2021, marcou uma nova etapa. Após deixar o emprego para cuidar da filha, Beatriz e o marido, que ela conheceu aqui, passaram um período morando com os sogros dela, até se mudarem para a casa atual. Em busca de independência financeira e flexibilidade para conciliar trabalho e família, decidiu se dedicar à fotografia, uma habilidade que desenvolveu de forma autodidata.

Paralelamente, ela participa do projeto Cuida Paraná¹⁷, que oferece cursos gratuitos para migrantes e refugiados, buscando aprimorar sua formação profissional e cidadã. Para o futuro, Beatriz pretende investir ainda mais em seu negócio de fotografia e realizar uma graduação em uma universidade pública.

5.2.7 Isabela

Entrevistei Isabela graças à indicação de Beatriz, sua colega no curso oferecido pelo projeto Cuida Paraná. Isabela é mãe solo, vivendo apenas com a filha de um ano e cinco meses em Curitiba. Ela tem 32 anos e veio ao Brasil em 2019, quando uma amiga, que já morava em Curitiba, sugeriu que aqui ela teria melhores oportunidades. Diante da situação de

¹⁷ O projeto Cuida Paraná é uma iniciativa da Secretaria da Justiça e Cidadania (Seju) voltada à qualificação profissional de pessoas migrantes e pessoas em situação de rua. O programa oferece cursos em diversas áreas e concede uma bolsa-auxílio aos participantes durante o período de formação.

crise em seu país, ela fez as malas e veio morar temporariamente com a amiga que a acolheu. No entanto, logo tratou de conseguir um emprego em uma padaria e buscou um espaço próprio para viver, passando a morar sozinha.

Isabela não tem nenhum familiar no Brasil e enfrentou longos períodos de depressão sem apoio próximo. A gravidez foi inesperada, pois ela não tinha um relacionamento sério com o pai da criança, que também é venezuelano. Apesar do susto inicial, ela acredita que a filha chegou em um momento oportuno e se tornou sua principal motivação para seguir em frente.

Antes de sair da Venezuela, Isabela concluiu uma graduação em Educação Agrária e pretendia atuar como professora. No Brasil, trabalhou em duas padarias, exercendo diversas funções, mas atualmente está desempregada. Para se sustentar, realiza diárias de faxina e, até recentemente, contava também com o auxílio financeiro oferecido pelo projeto Cuida Paraná, do governo estadual. No momento, Isabela planeja encontrar um novo emprego e, no futuro, realizar uma segunda graduação, buscando melhores perspectivas para ela e sua filha.

5.2.8 Amanda

A entrevista com Amanda ocorreu de forma online, após alguns adiamentos devido à sua rotina de trabalho. Amanda tem 34 anos, é formada em Direito na Venezuela, mas, no Brasil, trabalha como atendente de call center em um escritório de cobrança e também dá aulas de espanhol em uma escola de idiomas.

Ela veio para o Brasil em 2021, acompanhada do marido e da filha, que hoje tem 16 anos. Antes de se estabelecerem no país, a família morou no Peru por três anos. O casal decidiu deixar a Venezuela devido à crise econômica e à deterioração das condições de vida. No início, a filha permaneceu com a avó na Venezuela enquanto os pais buscavam se estabilizar no Peru. Somente depois de conquistarem uma situação mais segura, ela foi morar com eles.

Os três anos no Peru foram positivos para a família, pois conseguiram alugar uma casa confortável e abrir o próprio negócio: uma empresa de venda de materiais para acampamento. No entanto, segundo Amanda, eles não se sentiam bem-vindos no país, já que enfrentavam bastante preconceito contra venezuelanos. Além disso, a conjuntura política peruana também lhes causava preocupação. Durante o período em que estiveram lá, ocorreu uma eleição presidencial que resultou na vitória de um candidato considerado de esquerda pelo casal, o que os deixou alarmados e inseguros em relação ao futuro.

Eles escolheram o Brasil por conta da facilidade de circulação no Mercosul, especialmente porque a filha não possuía passaporte, apenas sua cédula de identidade venezuelana. No Brasil, sentiram-se acolhidos desde o início e conseguiram se inserir rapidamente no mercado de trabalho. A filha também foi matriculada sem grandes dificuldades em uma escola brasileira e se adaptou bem ao novo sistema educacional. Atualmente, o casal reside em Colombo, na região metropolitana de Curitiba, e está se organizando financeiramente para realizar o sonho da casa própria.

6 DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA MATERNAGEM MIGRANTE

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada entre os meses de setembro e dezembro do ano de 2024 com mulheres-mães venezuelanas residentes em Curitiba e na Região Metropolitana. Nessa etapa da investigação, tive a oportunidade de ouvir de forma aprofundada as histórias de vida e as perspectivas dessas mulheres, buscando compreender os desafios e as estratégias de enfrentamento vivenciados por elas em um novo contexto cultural e social.

6.1 AS PERCEPÇÕES SOBRE A MATERNAGEM

O modo como as migrantes entrevistadas compreendem a maternidade é um aspecto central das entrevistas. Embora o roteiro de entrevista tenha dedicado uma seção específica ao tema, as reflexões sobre o papel materno permearam todas as outras questões. Em todas as respostas, as mulheres expressaram suas perspectivas sobre ser mãe e maternar. No entanto, também fiz perguntas específicas para aprofundar como elas articulavam essa visão.

Nesta subseção, apresento as respostas delas a respeito do que significa ser mãe, suas preocupações em relação aos filhos no Brasil, e o que elas veem de positivo nessa experiência. Essas respostas ajudam a compreender como elas exercem a maternidade, e também as estratégias que adotam como mães migrantes.

Uma observação importante é que, como mencionado anteriormente, a maioria das mulheres entrevistadas faz parte de um grupo voltado ao “empoderamento feminino”, como elas mesmas definem. Esse grupo é composto majoritariamente por mulheres migrantes, que promovem e participam de diversos eventos, como palestras, mesas-redondas e rodas de conversa sobre temas variados, incluindo feminismo, saúde mental das mulheres, autoestima e, sobretudo, o empreendedorismo feminino.

Minha aproximação com as mulheres desse grupo não foi planejada deliberadamente, ocorrendo de forma espontânea no início do trabalho de campo, quando pedi a uma amiga indicações de mulheres que poderiam estar dispostas a me conceder uma entrevista. Essa contextualização é essencial, pois, como foi observado, muitas das entrevistadas apresentam falas e concepções que correspondem a uma visão de mundo que pode ser considerada feminista (independentemente da vertente).

Elas falam de forma direta sobre a maternidade e os desafios que enfrentam por serem mulheres, migrantes e mães. A noção de “empoderamento”, em particular, é central

para muitas delas, com destaque para o empoderamento financeiro. Na visão delas, esse empoderamento é possível por meio do empreendedorismo, que não só proporciona remuneração, mas também permite aumentar os cuidados com a família e oferece maior flexibilidade de tempo para se dedicar aos filhos.

Feitos estes esclarecimentos, passamos agora às perspectivas das entrevistadas, que trazem à tona suas experiências enquanto mulheres, migrantes e mães. As respostas sobre o que significa ser mãe apresentaram uma diversidade de perspectivas, mas convergem em alguns pontos comuns. A maioria das participantes compartilhou relatos detalhados, com exemplos e reflexões pessoais, abordando a complexidade da experiência materna. A seguir, analisaremos cada uma das perspectivas das entrevistadas.

Júlia: É a melhor experiência. Ser mãe é me multiplicar, entende? Porque eu olho nos meus filhos... é uma coisa que eu falo sempre com o meu marido, que é tipo você olhar uma réplica de você muito melhorada. No meu caso muito, muito melhorada. Meus filhos são bem inteligentes, os três... Então para mim a maternidade é isso. Ver que o que eu estou fazendo é o melhor para outras pessoas. Eu espero que muitas das coisas que eu faço tenham um significado real na vida de cada um deles, sobretudo para a minha filha, que ela é mulher e ela é bem do meu jeito. Eu sou bem assim, como você me olha, uma pessoa bem forte, com caráter bem definido. Não vou ficar calada e nunca falei para eles ficarem calados. Se você acha que isso não está bem, incomode quem tem que incomodar [...]. Eu sou uma mãe que não esconde. **Eu não vou ficar “ah, eu sou uma mãe perfeita”.** Tenho muita coisa que eu errei na minha vida e quero que conheçam meus erros para não cometer a mesma questão, sabe? Não sou de esconder as coisas. Eu falo para os meus filhos. Tem essa coisa de psicólogo “ah, não fale para seus filhos que você sofreu violência doméstica”. Não, eu falo, porque é a realidade de muitas mulheres, e eu tenho dois meninos que amanhã vão ser o marido de alguém, e eu sofri muito por isso. Ainda bem que agora meu marido é de outro mundo. É um homem muito paciente, gosta de cuidar da pessoas, é totalmente oposto ao meu marido anterior. Falo para meus filhos “a pessoa que você quer ser no futuro é igual a ele”. Um homem maravilhoso, com tranquilidade, com respeito.

[e você já deixou de fazer alguma coisa por ser mãe?, perguntei]

Júlia: Muitas vezes. Lá na Venezuela era bem difícil, porque eu já estava fazendo uma outra formação, até agora é meu sonho, que é uma formação pedagógica em Letras. Eu já fazia Letras, lá é bem focado em literatura da América Latina. É uma coisa que eu amo, mas eu tive que deixar, abandonar o curso que estava pela metade, para cuidar melhor dos meus filhos. **Priorizo muito as questões deles primeiro.** Imagina, falar que minha filha mora na Itália, eu tive que me privar da minha filha para ela ter um futuro melhor. **Então é muita coisa que eu como mãe tive que me desprender para providenciar para eles o melhor.** Imagina, eu tinha uma profissão lá, eu tinha tudo, um caminho andado, minha casa, meus pais, minha vida. Eu tive que deixar para trás para providenciar para eles o melhor e até agora eu sinto que foi a melhor decisão que eu tomei na minha vida. Deixar minha filha ir morar lá na Itália também. Ela era bem pequeninha, tinha 13 anos. Bem novinha mesmo, então é muita coisa que a gente perde, sabe? Momentos especiais, coisas significativas do dia a dia que a gente não vai ver mais. Mas eu sei que essa experiência é muito importante para ela se desenvolver e ser uma mulher forte, ela vai poder falar “eu estou morando sem minha família desde os 13 anos. Sou migrante e fiz isso, isso e isso”. É muita coisa, sabe. Ela é muito independente, muito eu [...].

Júlia tem uma visão ambivalente da maternidade, ao mesmo tempo romântica e crítica. Ela a considera uma experiência positiva, que lhe permite “se multiplicar” e ver a si mesma refletida nos filhos. Para ela, a educação dos filhos é uma extensão de seus valores feministas, especialmente em relação à filha, a quem atribui e valoriza qualidades como força e autonomia. Nesse sentido, como sugere Rich (1976), ao rejeitar o modelo tradicional de maternidade e adotar uma abordagem mais crítica e consciente, as mães podem se empoderar e contribuir para uma transformação social mais justa.

Júlia desafia a socialização de gênero tradicional, ensinando aos filhos homens sobre os desafios enfrentados pelas mulheres, como a violência doméstica, da qual ela foi vítima em seu casamento anterior. Essa postura também se alinha com seus princípios feministas, evidenciando o desejo de criar filhos comprometidos com a equidade de gênero.

A entrevistada reconhece que não é uma mãe perfeita e tenta se distanciar das expectativas irreais normalmente atribuídas às mães, humanizando a experiência da maternidade. No entanto, como é comum para muitas mães, para ela, a maternidade também está ligada a uma noção de auto-sacrifício. Ela reflete sobre como, na Venezuela, já tinha uma vida estável, com casa própria e uma profissão. Contudo, abriu mão de tudo isso, acreditando que, através da migração, poderia proporcionar uma vida melhor para os filhos.

Particularmente no caso da filha, que mora com a tia na Itália, Júlia expressa um profundo sentimento de perda e tristeza, perceptível em sua voz embargada durante a nossa conversa, ao lembrar dos muitos momentos especiais que não puderam viver fisicamente juntas. A maternagem à distância representa, para Júlia, um desafio adicional, mas, como é comum no caso de mães transnacionais, sua família faz uso intensivo das tecnologias para manter os vínculos afetivos.

Mesmo à distância, Júlia mantém a proximidade emocional e exerce sua autoridade sobre a filha por meio de comunicação frequente, tanto com a adolescente quanto com sua irmã, que é responsável pela supervisão e pelos cuidados mais diretos. Dessa forma, a tecnologia serve como ponte, permitindo que ela participe ativamente da vida da filha, apesar da separação geográfica.

Júlia: A gente se fala muito, mas minha filha tem uma vida bem corrida. Ela faz a escola dela, que é um ensino médio técnico, mas ele é integral. Então ela está desde às 8:00 da manhã até às 17:00 na escola. E tem a diferença de horário. Muitas vezes eu mando uma mensagem, ou se a gente está fazendo alguma coisa, mando um vídeo e a gente se conecta. E eu falo com a minha irmã, falo muito com a minha irmã mais velha, com quem ela mora, para saber o que ela está fazendo, o que ela gosta. Mas para as decisões muito fundamentais da vida dela, ela me liga. É uma

ligação de quatro, cinco horas, eu vou tomar banho, vou comer, fazer alguma coisa da faculdade, e ela está me falando aqui do lado no telefone. Então a gente sempre tem essa comunicação. Meus filhos também ligam para ela. Às vezes ela está saindo da escola e eu estou indo para a faculdade, ela está chegando em casa e eu estou indo para a faculdade. Tem o fuso horário, **é uma doideira total, mas a gente dá um jeito, no sábado, no domingo, que a gente fala “vamos nos atualizar” e fica três horas falando no telefone e em videochamada.** E ela manda foto das viagens, e agora ela tem um namorado também que é italiano. E a gente vai vivendo, e tenta acompanhar e dar liberdade. Mas eu falo “eu confio muito em você”.

Júlia manifesta orgulho pelas conquistas da filha e não se arrepende de suas decisões, demonstrando que, em sua perspectiva, os sacrifícios que fez valeram e ainda valem a pena. A noção de sacrifício também é central na fala de Eliza, que resumiu: “eu, como mãe, prefiro tirar o pão da minha boca para dar para eles, mesmo com a idade que eles têm. Eu prefiro que eles estejam bem”.

Para Eliza, ser mãe significa ser a pessoa que “cuida de seu filho, coloca na escola para que aprenda, ensina bons valores, proporciona uma boa alimentação, ama os filhos, castiga quando precisa e ensina coisas boas e as coisas ruins.” Sua definição reflete uma visão dedicada da maternidade, marcada pelo compromisso com o bem-estar e a formação dos filhos, mesmo que isso exija grandes renúncias pessoais.

Ao refletir sobre sua relação com a enteada, Eliza também revelou os limites que acompanham o exercício da maternidade. Ainda que tenha se empenhado em transmitir valores de independência e responsabilidade, reconhece que a jovem seguiu um caminho distinto daquele que ela desejava:

Eliza: Meu marido tem uma filha que eu ajudei a criar e ela começou a ter filhos muito nova, com 14 anos, e agora passa dificuldade com os filhos e **eu falo que essa foi a vida que ela escolheu, não a que eu ensinei. Eu queria que ela estudasse, fosse bem sucedida, mas ela escolheu o caminho dela** e agora que está conseguindo se encaminhar... Mas eu quis ensinar para ela e ela não aceitou... E agora ela está vendo como mãe tudo que eu sofri mesmo não sendo a mãe dela. **Eu sofri porque eu queria dar o melhor para ela. Então não é o que a gente ensina, é o que eles escolhem fazer da vida.**

Com filhos já adultos, a perspectiva de Eliza mostra o entendimento de que a partir de um certo momento, as mães deixam de ter influência direta sobre as decisões dos filhos. Na mesma linha, Sofia, cujos filhos também são jovens adultos, descreveu uma evolução em sua percepção sobre a maternidade ao longo dos anos.

Inicialmente, ela a associava sobretudo ao cuidado físico dos filhos e à garantia de seu bem-estar cotidiano. Com o passar do tempo e a chegada da vida adulta dos filhos, seu papel passou a se concentrar mais no aconselhamento e no apoio emocional, com uma postura menos interventiva. Embora tenha relatado as diversas transformações por que passou como

mãe, um dos aspectos que permaneceu constante foi a valorização de seu papel como educadora.

Sofia: agora com 49 anos, com filhos já adultos, meu conceito mudou. No início, quando eu não tinha ajuda do pai deles, era proteção, uma proteção de mãe leoa. Eu protegia eles da situação. Por exemplo, minha filha dizia “mãe, o pai não gosta da gente, porque ele não visita” e eu dizia “ele gosta sim, só que ele trabalha, está ocupado”. Era esse tipo de proteção. E um dia, quando ela já era grande, ela falou “mãe, você mentiu, você não me falou a verdade” e eu falei para ela “filha, como eu ia te falar que teu pai é um sem vergonha?” [risadas]. Eu não posso, porque eu não conseguia machucar o coração de uma criança. Então esse foi meu primeiro conceito. Hoje em dia, aqui no Brasil, tive que amadurecer muito esse conceito de só proteção, porque tive que ser mãe de filhos que não são meus filhos biológicos, que eu tinha que proteger porque eles estavam aqui sem mãe. **E, apesar deles terem mãe, eles nunca tiveram uma mãe que cuidasse de sua comida, de sua roupa, de sua saúde mental, de nada. Os filhos do meu marido não tiveram isso. Eles tiveram uma mãe que maltratava, que machucava. E é o contrário do que eu fiz, que é o normal, o que tem que ser.** Então não foi fácil para mim ser mãe dos filhos do meu marido. Imagina, um dos filhos dele comia e colocava todos os dedos na boca, pegava o osso do frango e passava na boca. E eu falei “filho, você na mesa não pode comer assim, porque se um dia você vai para o trabalho e precisa comer com o pessoal do escritório, você não vai conseguir comer. Você tem que aprender a comer com os talheres”. E sabe o que aconteceu? No primeiro dia dele em uma empresa, que ele já vai completar quatro anos nessa empresa, ele levou frango, e quando ele abriu a marmita ele lembrou do que eu falei e pensou “não posso comer frango com a mão no escritório”. Ele teve que pegar garfo e faca e comer como uma pessoa normal [risadas]. Ele lembrou. E assim foi com cada um. Então, **para mim, ser mãe é educar**, e eu tenho isso no meu sangue, na minha essência, e eu gosto de ajudar. E também tive que mudar como mãe porque com meus filhos crianças eu falava “é assim” e era assim. Mas aqui, quando cheguei com eles adolescentes, tive que entender que eles têm um pensamento, eles têm uma ideia, e eu não posso ser invasiva, ainda que eu não goste de suas decisões. Sobretudo com a minha filha, ela quer tudo o contrário do que eu quero [risadas]. Então tive que aprender. Então o que é para mim ser mãe? **A verdade é que como mãe a gente tem que evoluir a cada etapa, quando é criança, quando é adolescente e quando é adulto. A mãe tem que mudar, se a mãe não muda, se é a mesma desde o início, ela vai sofrer. Não vai sofrer o filho, no fim ele vai fazer o que ele quer.**

Sofia enfatiza a importância da flexibilidade no relacionamento com os filhos, reconhecendo a necessidade de acompanhar o crescimento e a individualidade de cada um. Além disso, a fala dela também apresenta um ideal de maternidade que valoriza o cuidado integral dos filhos, abrangendo práticas de maternagem ligadas à alimentação, à higiene e à saúde mental.

Já Amanda destacou os desafios da maternidade, que, em sua visão, estão diretamente relacionados à insegurança quanto a estar fazendo as escolhas certas e às limitações financeiras enfrentadas pela família.

Amanda: Você sempre, sempre, **sempre como mãe você se julga**. Sempre se julga, pensando “será que eu estou fazendo a coisa certa com a minha filha?”, “será que eu sou muito estrita ou muito permissiva?”, “o que eu devo fazer?”, “será que eu

procuro ajuda?”. **E economicamente às vezes você sente que você não está alcançando o mínimo para eles.** Então é um desafio enorme, porque você quer dar a melhor educação, os melhores valores. E mesmo você tentando, tem algum momento que quebra isso, sabe? Tem um momento que isso quebra.

Para Bergnehr (2016), a classe social e a situação socioeconômica exercem um papel fundamental nas experiências de mães migrantes. É comum que mulheres de classe média, ao migrarem, vivenciem uma mobilidade social descendente, o que as coloca em uma nova realidade, com desafios maternos antes desconhecidos (Bergnehr, 2016). As participantes desta pesquisa, especialmente Amanda, Maria, Sofia e Júlia, demonstram bem essa situação. Ao migrarem, deixaram para trás carreiras profissionais consolidadas em seus países de origem e, nos países de destino, encontraram empregos de tempo integral, mal remunerados, que dificultam a conciliação entre a vida profissional e a maternidade.

Amanda também aborda a dificuldade de equilibrar as intenções maternas com a percepção dos filhos: “por isso que eu acho que é um desafio, porque algumas vezes para eles você é uma mãe má. Você está querendo o melhor para eles, mas para eles você é má, você não acredita, você não deixa... Em algum momento eles pensam isso.” Apesar das dificuldades, ela ressalta a importância de demonstrar amor e cuidado:

Amanda: eu tento sempre que minha filha saiba que eu amo ela acima de tudo. Então, para mim, o maior desafio é poder dar para ela tudo que ela precisa, não o que ela quiser, o que ela necessitar, cobrir as necessidades básicas dela.

A fala dela evidencia o peso emocional e as dificuldades práticas que muitas mães enfrentam ao buscar equilibrar amor, disciplina e condições materiais, enquanto se esforçam para garantir o bem-estar de seus filhos. Ao descrever as necessidades básicas de sua filha, Amanda enumerou: “um teto, alimentação, segurança, estabilidade emocional, que é bem importante. Estabilidade econômica, educação e valores. Eu acho que são essas as necessidades básicas.”

Flávia, por sua vez, quando questionada sobre o significado de ser mãe, iniciou contando que engravidou sem planejamento aos 18 anos e enfrentou os desafios de ser mãe solo. Ela relembra: “eu tive uma gravidez de alto risco e lembro que, quando vi meu filho, pensei: ‘puta que pariu’ [risadas]. Eu odiava ele. Mas minha mãe me ajudava”. Ela prosseguiu, descrevendo os sacrifícios que enfrentou:

Flávia: [...] foram muitas situações de sacrifício... Eu nunca deixei meu filho com ninguém. Eu estudava, levava meu filho junto, amamentava na sala [...]. E minha mãe me passou esses valores, que você tem que ter uma profissão, se não por você, pelo seu filho, para você não depender de ninguém.

Chama a atenção, em sua fala, a sinceridade ao descrever sua reação inicial ao nascimento do filho. Ao contrário de expressar um amor incondicional, frequentemente esperado socialmente das mulheres, Flávia transmite sentimentos que parecem refletir insegurança, medo e até rejeição diante do novo papel de mãe. No entanto, à medida que sua narrativa avança, percebe-se o peso dos sacrifícios envolvidos, e também que ela apresenta uma forte noção de independência.

Já Maria destaca o aprendizado contínuo e a ausência de um manual que oriente suas ações. A maternidade, para Maria, parece ser uma jornada de descobertas e de busca constante por fazer o melhor para seus filhos.

Maria: Ser mãe é um crescimento constante, não só para mim como mãe, mas até para meu filho, é um crescimento mútuo, constante. Eu sei que eu não venho com um manual me falando bonitinho como ser mãe, mas no processo a gente dá o melhor, mesmo sendo difícil. **A gente fica julgando o que a gente faz como mãe, mas não é assim, porque a gente não vem com manual, a gente tem que procurar o caminho certo.** É dolorido, mas tem muita coisa que a gente também desfruta como mãe. Dolorido porque tem coisas que a gente não está acostumado a passar, mas também tem coisas maravilhosas que a gente aprende sendo mãe. Então para mim essa caminhada tem sido linda e eu tenho vontade de ser mãe de novo. As condições não estavam certas para a gente ter um filho lá na Venezuela, mas eu estou me planejando para ter um filho aqui, mais um filho, porque acho que preciso de mais uma oportunidade, e meu filho precisa de mais alguém. **A gente não pode ser egoísta, a gente tem que pensar nos filhos e na gente mesmo.**

A fala de Maria indica que, além da satisfação pessoal, ela considera a maternidade uma responsabilidade que vai além de si mesma. Essa perspectiva, centrada no bem-estar dos filhos e da família, é característica do modelo de maternagem intensiva, que exige dedicação integral da mãe.

Beatriz, quando perguntei sobre o que é ser mãe, deu a resposta mais direta: “é uma responsabilidade muito grande, porque é uma pequena criatura que depende de você”. Essa afirmação, embora simples, encapsula a magnitude da tarefa de ser mãe. Ela se dedica quase integralmente à filha, tendo deixado o emprego após a gestação como estratégia para cuidar dela em tempo integral. Para continuar contribuindo com a renda familiar, decidiu aprender fotografia, atividade que hoje exerce profissionalmente.

Beatriz valoriza profundamente sua autonomia como mãe e seu desejo é criar um ambiente familiar que esteja em sintonia com suas crenças e valores pessoais. No entanto, sente-se constantemente pressionada a se conformar às expectativas da família de seu marido. A pressão para se adaptar às expectativas locais e a dificuldade de preservar suas raízes culturais criam um dilema que permeia diversas esferas da sua vida familiar.

Com base nas entrevistas, podemos verificar que as práticas maternas das

participantes estão associadas a uma concepção de maternidade empoderada ou empoderadora, nos termos de Adrienne Rich (1976) e Andrea O'Reilly (2004). Como discutido no segundo capítulo, essa perspectiva compreende a maternagem não como um lugar de opressão, mas como um espaço de resistência e transformação social. Desafiando normas tradicionais, essas mães constroem práticas de cuidado que visam a proteção e a formação ética e cidadã de seus filhos.

Júlia exemplifica bem essa dimensão política da maternagem ao relatar os esforços para educar seus filhos com base no respeito às mulheres, uma preocupação diretamente relacionada à sua trajetória como sobrevivente de violência doméstica. De forma semelhante, Flávia destaca o valor da empatia e da aceitação das diferenças como pilares da educação que oferece ao filho: “eu sempre falo para o meu filho sobre respeitar as pessoas, independente de sua cor da pele, sua orientação sexual, eu sempre falei para ele, ele sabe”.

Educando seus filhos para respeitar as diferenças e questionar normas opressivas, essas mães exercem um papel ativo na construção de uma sociedade mais igualitária. A maternidade empoderadora, nesse sentido, não se restringe apenas à experiência individual de cada mulher, mas se expande para a forma como elas influenciam o futuro por meio da criação de seus filhos. Isso reforça a ideia de que a maternidade, longe de ser apenas um fardo ou uma imposição social, pode também ser um instrumento de empoderamento, desde que as mulheres tenham autonomia para vivê-la de maneira crítica e consciente.

As mulheres entrevistadas apresentam visões diversas sobre ser mãe, mas todas compartilham a crítica a um modelo idealizado e inalcançável de maternidade, além de adotarem perspectivas empoderadoras. Essas perspectivas, apesar das diferenças individuais, refletem a busca por uma maternidade mais realista, consciente das limitações e das condições de vida de cada mulher, e mais alinhada com suas próprias experiências e necessidades.

O modo como elas encaram a maternidade foi determinante para sua decisão de migrar para o Brasil. A seguir, exploro como elas narram a decisão de migrar, destacando os significados atribuídos a essa escolha e o papel central da maternidade como motivação.

6.2 A DECISÃO DE MIGRAR: A IMPORTÂNCIA DOS FILHOS E DINÂMICAS DE GÊNERO

A jornada migratória das participantes da pesquisa começou na Venezuela, muito antes de elas cruzarem as fronteiras, quando elas tomaram a decisão de sair de seu país. Todas elas vivenciaram esse processo como uma migração forçada, motivada pela crise política,

econômica e humanitária que se intensificou no país a partir de 2013, tornando a permanência no território venezuelano insustentável.

Como essa pesquisa tem foco na experiência da maternidade, ao escutar os relatos dessas mulheres sobre suas razões para migrar, ficou evidente a importância dos filhos como motivação para a migração. A dor de não poder proporcionar aos filhos uma vida confortável, com acesso a serviços essenciais e oportunidades, foi a principal motivação para muitas delas.

Júlia: E lá minha vida era difícil também, sabe, porque eu posso ter comida dentro da minha casa, a geladeira cheia, mas não tinha como dar conta da eletricidade, porque lá, se foi embora, foi embora. Vai embora um dia, dois, três dias. Entende? Então eu não consigo providenciar eletricidade para os meus filhos. Se você não tem eletricidade, também não tem água, não tem Internet. E tem duas crianças dentro de casa! Chegou um momento em que eles estavam ficando emocionalmente bem fragilizados [...]. **Meu filho mais novo tem asma, e meu filho mais velho tem uma doença imunológica e, pela doença que ele tem, eu ficava com muito medo.** Veio o tempo de fazer as vacinas e eu falei para a pediatra do meu filho que eu não ia colocar, e ela falou “mas por que?”. Eu falei “porque aqui tem tanto problema de eletricidade que eu fico com medo da vacina ter danificado”. Então, imagina, eu não tinha segurança de dar uma vacina para o meu filho. Ainda mais que ele já tem uma saúde bem difícil, então imagina colocar uma vacina estragada. Eu não sei o que acontece com uma vacina estragada, mas não vai ser nada bom. Aí eu falei “não, gente, preciso sair!”. Porque **as coisas mais básicas deles não estavam sendo atendidas.** Tipo assim, a minha infância foi muito feliz, não tive carência nenhuma. Então você olhar que seus filhos não tem nem a metade do que você teve é bem dolorido. Para mim era muito difícil, sabe? [...]. A educação estava uma bagunça, a saúde também. E, tipo assim, para asma o Felipe precisava de medicação e eu tinha que comprar e fazer um estoque na minha casa. Ele precisava de três medicamentos para sair da crise de asma e eu tinha que ter na minha casa, e era muito caro. Então, imagina! Chegou um momento em que o Felipe ficou bem doente de asma, e ele já tinha usado tudo o que eu tinha no estoque, e eu não estava achando. Não estava achando em lugar nenhum. Aí eu saí um dia porque ele estava bem ruim e até no hospital estava difícil. Aí eu saí, fui na farmácia e ainda bem que tinha a medicação! A gente deu a medicação para ele e ele saiu da crise de asma. Mas foi o chega para mim. **Eu pensei “se não tiver, meu filho morre”.** Ele era uma criança de sete anos. Ele não tem culpa da situação do país. A gente tem o controle das coisas dentro da nossa casa, mas tem variáveis externas que não tem como a gente controlar, entende?

Júlia, por exemplo, descreveu como a falta de infraestrutura e a dificuldade em encontrar medicamentos básicos a levaram a um estado de profunda angústia. A lembrança de sua própria infância, marcada pela estabilidade e conforto, contrastava fortemente com a realidade que seus filhos vivenciavam. Diante da necessidade de garantir a saúde e o bem-estar dos filhos, a migração se tornou a única alternativa. Flávia também descreveu como as dificuldades com o sistema de saúde venezuelano foram decisivas para motivá-la a deixar seu país.

Flávia: Um dos motivos foi que ele [um dos filhos] teve uma lesão, uma fratura e na Venezuela era difícil tratar [...]. Eu estava sozinha com os dois lá, e eu lembro que

em dois dias eu visitei cinco hospitais e não me atenderam, não havia sequer um medicamento para dor. Tive que vender minha moto e meu celular para cobrir o tratamento da lesão. Então eu pensei, eu tenho dois meninos, um deles tinha três anos e eu pensei “isso aconteceu com o Gabriel, que é mais velho, consegue aguentar mais dor, e já era ruim, imagina se fosse com o meu filho pequeno”. Então eu me sentia de mãos atadas.

Sofia, por sua vez, relatou o choque de se deparar com a impossibilidade de suprir as necessidades mais básicas de seu filho, como a compra de um simples par de sapatos. Essa experiência a fez perceber a necessidade de buscar um futuro melhor para a família.

Sofia: Um dia, no mês de maio, meu filho precisava de sapatos, e eu recebi meu salário, nessa época era 20.000 bolívares, e fui para o shopping e caminhei, caminhei e quando vi os valores nas sapatarias, o mais em conta era 36.000, e meu salário era 20.000. E antes com um salário a gente podia comprar as coisas no mercado. Então isso para mim foi um choque, porque como mãe... É assim, eu estive casada com o pai dos meus dois filhos e ele foi embora quando a minha filha tinha quatro anos e meu filho um ano, e **eu sempre fiquei responsável por tudo deles, eu dava tudo para eles. Então quando eu vi que eu não consegui comprar um sapato, eu comecei a pensar o que fazer da minha vida.**

A decisão de deixar a Venezuela foi uma aposta no futuro para as participantes deste estudo. Elas enxergavam na migração uma oportunidade de proporcionar ascensão social aos filhos, oferecendo-lhes mais chances de um futuro com melhores oportunidades e qualidade de vida. Amanda sintetizou esse sentimento ao descrever sua experiência:

Amanda: A verdade é que meu primeiro impulso foi que eu tenho uma filha. E eu olhava mais para frente e pensava **“o que eu posso oferecer para ela estando aqui?”**. Quando eu saí da Venezuela eu pesava 45 kg, e estava muito difícil a situação lá. As pessoas não tinham dinheiro para comprar comida. Você podia ter um pouco de dinheiro, mas não tinha comida. Não dava para ficar lá. Inclusive, quando eu saí da Venezuela, eu saí sem minha filha. Eu saí sem ela, porque eu ia para um país que eu não conhecia. Eu falava “não posso ir com ela, chegar sem nada, sem conhecer, sem trabalhar, não posso correr o risco com ela”.

Até mesmo Beatriz, que saiu da Venezuela aos 18 anos, sem filhos, foi levada pela crise do país a refletir sobre a maternidade. Ela considerava inviável ser mãe na Venezuela, mas, ao chegar ao Brasil, essa perspectiva mudou.

Beatriz: Eu na Venezuela não pretendia ter filho. Eu saí com a mentalidade de que eu não ia ter filho. Pelo país, pelos hospitais. Como você vai ter qualidade de vida? Como você vai trazer para o mundo uma criança para sofrer? Não tinha condições. Depois vim para cá e mudei a mentalidade, porque aqui é diferente, as oportunidades, tudo.

A mudança de Beatriz para o Brasil alterou sua visão sobre a maternidade, uma vez

que ela percebeu um ambiente mais favorável para criar um filho. Sua resistência anterior não era em relação à maternidade em si, mas às condições adversas que a cercavam. O mesmo pode ser dito sobre Isabela, que, enquanto vivia na Venezuela, também não planejava ter filhos devido às dificuldades enfrentadas por sua irmã ao criar seu sobrinho. Ela relata: “[...] eu olhava ele e, tipo, ele não conhecia uma maçã, porque lá é muito difícil conseguir comer, é absurdo de caro. Então, eu pensava que eu não queria uma vida assim para meu filho”.

Essa relação entre contexto e desejo de ser mãe também é evidente no relato de Maria. Ao expressar seu desejo de ter mais um filho no Brasil, ela destaca a diferença em relação ao seu país: “as condições não estavam certas para a gente ter um filho lá na Venezuela, mas eu estou me planejando para ter um filho aqui, mais um filho, porque acho que preciso de mais uma oportunidade”. A fala de Maria corrobora a ideia de que a maternidade e as visões sobre ela se moldam às circunstâncias, sendo influenciada por fatores sociais, econômicos e culturais.

Além disso, o caso de Maria também nos mostra que a decisão de migrar, embora tomada em prol da família, nem sempre é um processo livre de conflitos. Como discutido nos capítulos dois e três, a família é um espaço de negociação e divergências, e os interesses individuais podem ser distintos (Hartmann, 1981; Bruschini, 1989; Hondagneu-Sotelo, 1994).

Hondagneu-Sotelo (1994), em sua pesquisa sobre a migração mexicana, destaca que a decisão de migrar, muitas vezes, é tomada de forma unilateral pelo homem chefe da família, com pouca consideração pelas opiniões dos demais membros da família, especialmente as esposas e filhos. Essa dinâmica evidencia a desigualdade de poder nas relações familiares e a subordinação das mulheres nas decisões sobre a migração. No caso de Maria, a decisão de migrar para o Brasil foi tomada inicialmente pelo marido, surpreendendo a esposa, que expressou sua insatisfação.

Maria: Ele é militar da aviação e ele foi embora mesmo por causa do sistema político, que ele não estava de acordo, e a situação estava bem difícil para ele porque se ele não faz parte então é pior. E por isso foi que ele pediu para ir embora. Na hora que ele pediu demorou, mas, quando liberaram ele, no mês seguinte ele veio morar aqui no Brasil. Foi muito rápido, e não deu tempo de eu poder tomar uma decisão.

A ausência de um diálogo prévio e a perspectiva de deixar para trás sua vida na Venezuela geraram um conflito no casal.

Maria: Meu marido já tinha vindo a Manaus, morou em Manaus nove meses, eu pedi para ele voltar. Na verdade, não pedi para ele voltar, pedi o divórcio. Eu falei “eu não quero ir lá, eu tenho minha loja aqui, a gente está trabalhando por um sonho junto e eu quero continuar lutando”. Eu queria continuar lutando lá [na

Venezuela]. Foram nove meses bem difíceis. Ele voltou porque ele não queria deixar a família, queria melhorar as coisas. Mas eu falei “se você ficar lá [em Manaus] você vai pegar alguém. Se eu ficar aqui sozinha também vou pegar alguém, então a gente tem que tomar uma decisão, porque eu não quero ir para lá”.

A separação física e a deterioração das condições de vida na Venezuela levaram Maria a reconsiderar sua posição. Diante da crescente instabilidade e da necessidade de garantir o bem-estar de seu filho, ela acabou concordando em migrar. No entanto, dessa vez, a decisão de se reunir com o marido no Brasil foi tomada em conjunto.

Maria: E quando ele voltou [para a Venezuela] chegou a pandemia, então não dava para ele voltar [para o Brasil]. Mas nesse tempo deu para refletir, foi piorando a situação, eu trabalhei igualmente mas não dava, eu estava magrinha, magrinha. A gente comia uma vez só no dia. Comia junto todo o pessoal da rua, os vizinhos. Um tinha um frango, outra pessoa tinha arroz, outra pessoa tinha outra coisa, e então a gente juntava as comidas para poder ter uma refeição completa, porque, se não, não dava para comer. Então, era complicado. Então eu falei para ele “você vai embora de novo. Você tem que arrumar a situação, e na hora que liberar a entrada no Brasil de novo, acabar a pandemia, você entra de novo, vê como que vai ficar a situação lá, e se está tudo bem a gente vai”. “Certeza? Você não vai deixar eu ir e depois ter que voltar de novo?”. Eu falei para ele “não, fique tranquilo que **eu tomei minha decisão. É difícil, é complicado, mas eu vou**”. E então ele veio.

O relato de Maria revela uma dinâmica comum em muitas famílias, onde as decisões de grande impacto, como a migração, costumam ser centralizadas na figura masculina, tradicionalmente vista como chefe da família. Apesar da decisão inicial do marido ter sido imposta, Maria não se conformou passivamente com a situação. Ao expressar sua insatisfação de maneira contundente e ao resistir à mudança ela demonstrou sua capacidade de agência e sua autonomia.

A decisão final de migrar, fruto de uma negociação, sinaliza a capacidade de Maria de influenciar o rumo dos acontecimentos familiares. A migração, nesse contexto, não se configura como uma mera submissão à vontade masculina, mas sim como resultado de uma complexa negociação entre os desejos individuais, as necessidades familiares e as exigências do contexto social.

O caso de Eliza também exemplifica os conflitos familiares que podem surgir no contexto da migração. Seu filho, então com 18 anos, decidiu migrar sozinho para o Brasil em busca de melhores oportunidades. Preocupada com o bem-estar do rapaz, Eliza tomou a decisão de segui-lo, mesmo contrariando a vontade de seu marido e de sua filha. Ela justifica sua escolha dizendo: “eu escutei meu coração e vim contra todo mundo, e eu falava que ia ao resgate do meu filho, porque eu escutava tanta coisa do Brasil, sobre drogas e outras coisas, e eu ficava com muito medo”.

Ao final, as participantes da pesquisa migraram para o Brasil, cada uma a seu tempo e com suas próprias motivações. Seja por meio de um processo mais hesitante ou de uma decisão mais assertiva, todas buscaram construir uma nova vida em terras brasileiras. No entanto, essa jornada, repleta de expectativas e sonhos, também é marcada por inúmeros desafios que permeiam o dia a dia dessas mulheres. A seguir, apresento esses obstáculos.

6.3 OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO BRASIL E AS ESTRATÉGIAS MATERNAS

A barreira linguística foi um dos primeiros desafios enfrentados pelas venezuelanas ao chegarem ao Brasil. O fato de o Brasil ser um dos poucos países da América do Sul que não tem o espanhol como língua oficial, e a pequena parcela da população brasileira que fala outro idioma que não o português, representou um obstáculo para as migrantes recém-chegadas, que também só falavam sua língua nativa. Apesar das dificuldades, as mulheres encararam o aprendizado do português como um desafio a ser superado. Júlia, por exemplo, descreve sua experiência de forma positiva:

Júlia: Bom, a língua era uma questão que foi difícil, mas eu sou uma pessoa que eu gosto de estudar muito. Então, estava no ônibus, no caminho do meu trabalho, e eu ia treinando português. Sentava uma pessoa perto de mim aí era uma oportunidade de treinar meu português. Foi um desafio, mas foi bem tranquilo.

A dificuldade no domínio da língua portuguesa representa um obstáculo significativo para a plena integração social de migrantes no Brasil. Conforme apontam estudos do IPEA (2015), essa barreira linguística limita o acesso a serviços públicos essenciais, comprometendo o exercício dos direitos fundamentais dessas pessoas.

Segundo Petry e Souza (2020), a língua exerce um papel central como mediadora das relações sociais. Para as autoras, o domínio do idioma local é fundamental para a inserção e integração do migrante na nova sociedade. Amanda, por exemplo, contou sobre a dificuldade de achar emprego pela falta de conhecimento da língua:

Amanda: O idioma é bem difícil, sabe? Eu demorei dois meses para achar um emprego. E nossa, eu chorava esses dois meses, porque eu pensava “nossa, nunca vou entender, não vou aprender”. Eu falava para meu esposo “acho que foi um erro vir para cá”. Por causa disso, sabe? Eu achava que nunca ia aprender. É o mais difícil, foi sim o mais difícil, porque você pode achar um emprego, mas dificulta muito se você não sabe falar. Dificulta.

Quanto maior a distância linguística entre o migrante e a comunidade de acolhimento, mais acentuadas tendem a ser as dificuldades enfrentadas no dia a dia (Petry;

Souza, 2020). No entanto, no caso das migrantes, observa-se que, ao mesmo tempo em que compreendem a importância de aprender a língua local, mantêm o desejo de preservar a língua materna no cotidiano familiar e de transmiti-la aos filhos.

O desejo de transmitir a língua de origem foi mencionado por todas as entrevistadas, mas foi Beatriz quem expressou maior frustração por ainda não ter conseguido ensinar espanhol à filha, devido à resistência do marido e da família dele, que consideram que a criança ainda é muito nova para aprender outro idioma. Júlia, por sua vez, demonstrou orgulho ao afirmar que os filhos são bilíngues, sendo que o mais novo “até sotaque brasileiro tem”. No entanto, ela também valoriza sua língua materna, estabelecendo regras claras dentro de casa: “é uma questão que a gente colocou, que dentro de casa não pode falar português, nem misturar o espanhol com português. A gente não faz isso [falar português dentro de casa], porque a gente quer conservar a língua nativa para as crianças”.

A língua materna exerce um papel fundamental na manutenção dos laços familiares e culturais no contexto migratório (Caneva; Pozzi, 2014). Ela permite a comunicação com membros da família que permaneceram no país de origem, facilitando a continuidade das relações transnacionais.

Maria relatou que seu filho mantém contato frequente, em espanhol, com os primos que vivem na Venezuela, o que ela considera extremamente positivo. Segundo Caneva e Pozzi (2014), a língua materna representa o veículo por meio do qual são transmitidos valores, regras e tradições de geração em geração, sendo central no processo de socialização realizado pelas famílias. Esse processo contribui para que os imigrantes mantenham viva a sua cultura de origem e fortaleçam o sentimento de pertencimento a um grupo. Nesse sentido, a música aparece como um instrumento importante de reconexão cultural. Maria compartilhou:

Maria: Às vezes eu ligo as músicas [venezuelanas] para escutar, mas ele [o filho] também tem grupos daqui que ele gosta, ele escuta música brasileira mesmo por decisão dele. Agora ele está se relacionando com um grupo de música venezuelana, e eu acho que isso pode ajudar ele a manter essa cultura de lá, porque ele estava com 10 anos e teve pandemia, teve tudo, então eu não tinha compartilhado muita cultura de lá.

Além da língua, a inserção no mercado de trabalho formal representou um dos maiores desafios enfrentados pelas mulheres migrantes entrevistadas. Sofia descreveu a intensa busca por emprego tanto em Manaus quanto em Curitiba. Após meses de procura, a frustração levou a um momento de desespero: “a gente chegou em agosto e passou agosto,

setembro, outubro, novembro e a gente sentou um dia e chorou porque não tinha trabalho”. Diante da dificuldade de encontrar oportunidades formais em Curitiba, Sofia acabou trabalhando como babá para crianças venezuelanas.

A experiência de Sofia não é um caso isolado. Mulheres migrantes enfrentam maiores dificuldades para acessar empregos formais e tendem a concentrar-se em atividades com remuneração e condições de trabalho mais precárias (Dutra, 2013). Apesar das dificuldades, um estudo de Tonhati e Macedo (2020) aponta para um aumento na inserção de mulheres migrantes no mercado de trabalho formal entre 2011 e 2019.

No entanto, a pandemia de Covid-19 interrompeu essa trajetória ascendente, impactando setores como o comércio varejista, onde muitas mulheres migrantes estavam empregadas (Tonhati; Macedo, 2021). A experiência de Júlia, que trabalhava como vendedora em um shopping, revela as jornadas exaustivas e as condições precárias a que essas trabalhadoras são submetidas.

Júlia: Imagina, eu trabalhei oito anos em *shopping*, lá no meu país. Eu nunca falei para um dos meus funcionários “você tem que ficar em pé o dia todo”. Desnecessário. Errado. É uma coisa que eu não consegui me adaptar, porque acho que a pessoa que vem trabalhar contigo, você tem que cuidar. Então para mim é uma coisa que não faz sentido. Eu tive muita questão com a gerente da minha loja, porque ela não tinha esse cuidado, o cuidado que ela tinha com as pessoas era pior do que com um cachorro, entende?

Dutra (2013, p. 192) argumenta que “a migração feminina internacional reforça o fenômeno da segregação no mercado de trabalho, pois restringe as migrantes a determinadas tarefas que poucos/as estariam dispostos/as a assumir” (Dutra, 2013, p. 192). Já Hirata (2010, p. 3) aponta para a feminização do trabalho precário, ou seja, as mulheres são as mais afetadas por essa forma de trabalho.

As mulheres migrantes, em especial, são confinadas a determinadas tarefas e a empregos de baixa remuneração e com poucas garantias. A condição materna adiciona uma camada extra de responsabilidade e vulnerabilidade, pois muitas vezes elas precisam garantir não apenas seu próprio sustento, mas também o dos filhos.

As migrantes que entrevistei relataram também a necessidade de aceitar empregos que não correspondiam à sua formação profissional. Tanto Júlia quanto Maria expressaram frustração por ter de desempenhar funções que não estavam alinhadas com suas qualificações.

Júlia: Tipo assim, eu sou gerente, então eu nunca trabalhei em outra coisa que não fosse administração ou gerência, sempre trabalhei nisso na Venezuela, então eu sou muito especialista no que eu faço, então para mim é muito difícil. Lá eu trabalhei em

shopping um monte de tempo, mas eu era gerente da loja, entende? Não é a mesma coisa você chegar e ser vendedora e você ter que seguir uma pessoa que não tem o estudo que você tem e a pessoa te falar um negócio que você sabe que não vai dar certo.

Maria: [...] Não é que eu não goste de ser empregada, porque a gente tem muito o que aprender como empregado, eu já fui empregada, mas o conhecimento que eu tenho já é de dona do negócio, mas eu vim aqui até para fazer faxina.

A desvalorização das habilidades dessas mulheres ocorre de forma tanto sutil quanto explícita. Um exemplo é o caso de Maria, que é pedagoga e enfrentou barreiras em sua busca por ascensão profissional no Brasil devido à sua origem estrangeira. Ela relatou ter sido alvo de xenofobia por parte de colegas de trabalho em uma escola de educação infantil em Curitiba.

Devido às suas qualificações e experiência, ela era cotada para uma posição de liderança na instituição. Contudo, segundo Maria, o fato de ser migrante gerou ressentimentos entre algumas colegas, que questionavam suas capacidades. A pedagoga relatou ter ouvido comentários como: “como que ela vai coordenar uma instituição educativa se ela fala espanhol, não fala português perfeito? O que as crianças vão aprender dela?”.

A discriminação sofrida por Maria se manifestou de forma clara nos questionamentos sobre sua capacidade de liderar uma instituição educativa devido à sua nacionalidade e ao domínio da língua portuguesa. Outro caso é o de Flávia, que também vivenciou situações de discriminação enquanto trabalhava como confeitadeira em uma padaria.

Flávia relatou que recebia uma remuneração três vezes inferior ao das colegas brasileiras, mesmo desempenhando as mesmas funções. Ela explicou: “o dono da loja me falou ‘você fala português? Você sabe como é o sistema de trabalho aqui?’ e eu falava que não e ele dizia ‘então por que você reclama, se você não sabe?’ E foi assim”.

Isabela também fez um relato semelhante sobre as situações vivenciadas com sua chefe em um emprego anterior. Segundo ela, foi designada para o caixa, embora fosse nova no trabalho e não tivesse pleno conhecimento das funções. “[...] nessas padarias de bairro, quem fica no caixa tem que pegar os pedidos, conferir o estoque... E tinha muitas coisas que eu ainda não sabia”, contou Isabela.

A chefe, no entanto, utilizava palavras ofensivas, questionando sua capacidade de compreender o idioma: “às vezes, ela falava: ‘você entende ou não entende português?’”, relatou. Isabela destacou que, embora sua chefe tivesse uma postura rude com todos, as palavras dirigidas a ela tinham um tom discriminatório e estavam claramente relacionadas ao fato dela não ser brasileira: “ela era chata, ela brigava com todo mundo, mas comigo as

palavras que ela usava era porque eu sou estrangeira, sabe?”. Esse tipo de discriminação presente nos relatos pode atrapalhar o pleno desenvolvimento profissional das mulheres migrantes, além de refletir uma visão limitada e preconceituosa sobre a diversidade cultural.

Outro aspecto particularmente grave nos relatos das mulheres entrevistadas foi a experiência da violência de gênero. Júlia e Beatriz vivenciaram formas distintas dessa violência. Júlia foi vítima de assédio sexual no restaurante onde trabalhava. Com grande honestidade e indignação, ela compartilhou sua experiência comigo.

Júlia: Eu sofri de assédio sexual dentro do meu trabalho. Então imagina que meu chefe falou que a gente podia ter um relacionamento e eu falei não. “Mas você é minha empregada”. “Não”, eu falei. Gente, eu tenho faculdade, eu tenho minha casa, eu tenho uma família, eu não vou trocar dinheiro por sexo. Eu não sou uma prostituta, sabe? Eu não sou uma garota de programa. Eu não faço isso. Eu não fui para a faculdade me especializar um monte de tempo no que eu faço para trocar dinheiro por sexo. Aí ele não gostou da minha resposta, porque eu sou assim, bem incomoda mesmo, eu não sou de enfeitar as coisas porque ele é meu chefe. No dia seguinte eu voltei para meu trabalho e ele me demitiu. Ele falou “você está demitida”. E eu falei “tudo bem, vá a merda! Eu não preciso desse trabalho, eu tenho uma família, eu fiz faculdade, eu não mereço o que você está fazendo comigo” [...]. Esse dia que ele me demitiu a gente teve uma briga horrível dentro do restaurante porque eu não fiquei calada. Se você não é meu marido, eu não vou ter um relacionamento com você, porque eu não sou uma pessoa assim. Se você está acostumado a isso, eu não sou essa pessoa. Ele me demitiu. Imagina! Foi bem difícil. Depois chegou a pandemia, o *lockdown*, uma bagunça, né? Voltei a trabalhar com um outro cara, que foi outra experiência difícil também, porque **muitas vezes a gente como mulher tem que lidar, porque o homem é machista.** O homem é machista. E eles acham que porque a gente tem uma voz a gente é feminista. Então eu falo sim, eu sou feminista mesmo. Mas não vou ficar calada, não. Eu peguei outro emprego que tinha que trabalhar carregando comida para o restaurante, lavando louça, atendendo clientes. Eu fazia tudo dentro do restaurante, até que um dia eu falei “chega!”. Ficaram raivosos. “Você é muito fraca”. Um dia meu chefe falou “vira macho!”. Como ele vai falar para mim virar macho? “Vira você mulher e tenha um filho! Vira você mulher e sente no teu corpo o que a mulher sente. Você que tem que virar mulher para você entender o que a gente passa”.

A condição de migrante e mãe acentuou a vulnerabilidade de Júlia frente ao assédio e à exploração no ambiente de trabalho. Ser mulher em um setor informal e precarizado já a colocava em posição de fragilidade, mas sua identidade migrante e a responsabilidade de sustentar os filhos aumentavam sua dependência daquele emprego, tornando ainda mais difícil romper com situações de violência.

De acordo com Rosa *et al.* (2019), a vivência das mulheres migrantes é condicionada por uma dupla exclusão, devido à sobreposição das categorias “mulher” e “migrante”. Isso resulta em um cenário de vulnerabilidade, pois elas “são vítimas das mesmas desigualdades e discriminações que incidem sobre as mulheres locais, somadas às opressões por ocupar a condição de sujeito migrante” (Rosa *et al.*, 2019, p. 143). A violência de gênero é uma das

maiores manifestações dessas desigualdades e discriminações das quais as mulheres são vítimas (Rosa *et al.*, 2019). Nesse cenário, o assédio sexual se configura como uma forma de violência de gênero que designa

[...] todas as condutas de natureza sexual, quer sejam de expressão física, verbal ou não verbal, propostas ou impostas a pessoas contra a sua vontade, principalmente em seu local de trabalho, e que acarretam um ataque à sua dignidade. A maior parte desses comportamentos é dirigida contra as mulheres e constitui uma expressão do poder dos homens sobre elas (Alemany, 2009, p. 26).

A experiência vivida por Júlia, embora particular, se insere em um cenário mais amplo de violências normalizadas no cotidiano de mulheres migrantes. A sobrecarga da maternidade, a solidão provocada pela migração e o receio de perder a renda muitas vezes levam ao silêncio diante de situações de abuso, o que não foi o caso de Júlia, que, apesar das consequências, escolheu romper o silêncio.

O tema da violência de gênero e da xenofobia também foram narrados por Beatriz, porém em um contexto distinto do das demais participantes. No caso dela, essas questões se manifestaram no âmbito familiar. Diferentemente das outras participantes da pesquisa, ela é casada com um brasileiro, uma particularidade que gera conflitos, especialmente com seus sogros, e influencia a forma como ela exerce a maternidade. Ela relata:

Beatriz: Eu estava morando com os pais dele e não consegui aguentar a família dele, eles são muito autoritários, sabe? São ótimas pessoas, mas eles querem se apropriar da sua vida, e não é assim. A gente tem uma vida e **a gente cuida da criança como a gente entende**. Não é porque é sogra ou irmã dele que tem direito de opinar na nossa vida. **E por causa da gente ser estrangeiro eles acham que a gente está errado, que a cultura da gente não serve**. O pai dele era um pouco xenófobo... **Tanto que nesses três anos eu não consegui ensinar o espanhol para minha filha, porque eles sempre falavam que não era hora de ensinar dois idiomas, que ela é muito pequena, que meu idioma não ia servir muito para ela**. E meu esposo é tão fechado que até hoje ele não quis aprender a falar espanhol. Eu tento fazer falar só espanhol em casa, mas ele não se anima [...]. Assim, pode ser que na Venezuela fosse a mesma coisa, com a família do meu esposo. Às vezes eu fico pensando, mas não vou falar que é porque eles são brasileiros e eu sou da Venezuela e é por isso que me tratam assim. Podia acontecer a mesma coisa na Venezuela, de achar uma sogra que...[risadas]. **Porque eu tenho outra cultura, eu tenho minhas crenças, tem as coisas que eu acho certo e acho errado, tem muitas coisas que para eles é diferente, né?**... É complicado falar, porque às vezes não é porque são brasileiros... Eles são assim porque foram criados assim... Eu não posso colocar em um pacote todo mundo. São pessoas boas... Às vezes eu estou falando espanhol e eles falam que eu estou falando guarani. A gente fica reflexiva, né, com esse tipo de comportamento. Não é justo. Não é porque você é de fora que precisa ser tratado assim...

A experiência de Beatriz, por um lado, inclui situações que poderiam ocorrer mesmo que ela não fosse uma mãe migrante, como desentendimentos com os sogros e intromissões

indesejadas sobre a melhor maneira de criar sua filha. Por outro lado, é impossível dissociar sua condição de migrante desses conflitos, pois ela mesma sente que os desentendimentos com a família do marido são amplificados pela xenofobia e preconceitos em relação à cultura de seu país natal. Para Beatriz, sua condição de migrante, afeta como sua maternidade e suas práticas de cuidado são percebidas e legitimadas.

Beatriz mencionou, ainda, outro desafio, revelado apenas ao final da entrevista, quando foi questionada se havia algo que não havia sido abordado, mas que ela gostaria de compartilhar. Ela respondeu:

Beatriz: sim, que muitas vezes a mulher migrante com filho tem medo de se separar, porque não sabe como vai ficar a filha, como vai se manter. Às vezes não está feliz, às vezes até sofre maus tratos mas tem que ficar por causa da necessidade. **Quando eu tive problema com meu esposo, ele falou para mim que ia tirar minha filha, que ele ia ficar com ela, e eu fiquei com medo, porque eu não sei a lei do Brasil.** Eu tenho advogado, ele falou para mim “não, não precisa ficar com medo, a lei do Brasil protege a mãe, a filha tem que ficar com a mãe”. Só que, no fundo, **a gente tem medo, a gente morre de medo, porque a gente não é daqui, e eles se aproveitam disso.** É triste. Quando eu vim morar para cá, faz três meses que eu saí da casa da minha sogra porque tenho problema com meu sogro, ele é muito xenófobo, ele queria me bater porque a menina estava chorando e eu estava falando no telefone com a minha mãe. Então eu saí dali e fui morar com a minha mãe. Minha sogra me falou “você está fudida”, só porque meu irmão, que é migrante também e mora com a minha mãe, ele é esquizofrênico, e ela [a sogra] me falou que eu estava fudida, que ela ia tirar a Luna de mim por causa do meu irmão que tem essa condição.

Embora ela não tenha usado o termo explicitamente, podemos entender por seu relato que foi vítima de violência de gênero no contexto familiar, sofrendo ameaças tanto de seu marido quanto de seus sogros. Sua condição de mulher migrante foi determinante nessa violência, pois o desconhecimento das leis brasileiras e dos seus direitos como mãe aumentam sua vulnerabilidade.

Além disso, a combinação entre a dependência emocional e financeira, o medo constante de perder a guarda da filha e a insegurança quanto aos seus direitos como mãe migrante produz um estado de alerta permanente, que a impede de agir com a mesma autonomia que ela possivelmente teria em seu país de origem. A condição de vulnerabilidade é ainda mais acentuada pela ausência da família extensa no Brasil, o que restringe significativamente as possibilidades de apoio e acolhimento familiar. Sobre isso, ela disse:

Beatriz: E ser mãe aqui é bem diferente, porque **eu não conto com tanta ajuda da família, só minha mãe. E eu gostaria das minhas tias terem conhecido ela [a filha] e minha avó...** E infelizmente isso não aconteceu, não sei se vai acontecer. **São coisas que doem bastante, sinto saudade, é um pequeno vazio que a gente leva.** E as pessoas acham que você não precisa sentir isso. “Ah, você veio aqui

migrar e agora é igual todo mundo”. Não! A gente passou por uma guerra, a gente passou por muitas situações tristes e até traumáticas, e eles acham que a gente não precisa se sentir mal. Como você não vai ficar para baixo se sua avó está lá há milhares de quilômetros e você não tem nem o passaporte para ir visitar ela? Não tem nem a possibilidade. Ela pode morrer. Uma das minhas avós morreu e eu não consegui me despedir dela. A gente não pode normalizar isso. Não é normal. Eu tento não sofrer e ir para frente, mas se eu tiver 20 anos aqui, ainda vou ser migrante, não adianta falar que não. Eu saí da Venezuela com 18 anos, 19 anos, não lembro, mas se eu tiver 30 anos aqui, vou ser mais brasileira que venezuelana?

A filha de Beatriz nasceu no Brasil e, atualmente, tem apenas três anos. O luto pela morte de sua avó, somado ao fato de que outros familiares próximos ainda não tiveram a oportunidade de conhecer sua filha, intensifica a dificuldade de lidar com a tristeza e os sofrimentos que acompanham tanto a experiência da maternidade quanto da migração.

De acordo com Rocha, Magalhães e Matos (2023), a migração pode ser uma fonte de estresse, depressão e traumas, afetando de forma significativa a saúde mental, tanto de mulheres como de crianças. As rupturas com a família, amigos e cultura de origem, somadas aos desafios de se adaptar a um novo país, podem gerar sentimentos de isolamento e solidão.

Conforme destacado por Guilherme, Theis e Oliveira (2022, p. 200), “migrar implica em perdas e/ou distanciamentos seja de entes queridos, seja ainda de paisagens e referências culturais (culinárias, musicais, etc.)”. Durante as entrevistas, a intensidade dos sentimentos de perda se tornou evidente, especialmente quando as participantes falavam sobre a distância da família. Isabela, por exemplo, me contou sobre as dificuldades que enfrentou ao descobrir-se grávida, sem o apoio do pai da criança e em um país estrangeiro, no qual não tinha nenhum familiar para ampará-la.

[Isabela: Eu nunca imaginei que eu ia ter um filho assim, sem ser dentro de um casamento. E nos primeiros meses foi difícil processar que eu estava grávida, eu não tinha aquele sentimento de amor, não tinha aquela emoção. Eu comecei a sentir mais carinho quando o neném começou a mexer na barriga, mas era muita coisa na minha cabeça. **E a minha família longe, eu não sabia o que eu ia fazer, se eu ia voltar para a Venezuela, se eu ia ficar aqui, era muita coisa...** Mas no final eu já estava feliz com a bebê. E agora eu penso que ela chegou justo no momento que eu mais precisava, porque eu estava muito mal, eu tinha uma depressão muito grande, e ela que me deu forças para continuar. Então, para mim, ser mãe é uma alegria, mas dá muito trabalho, **é muito difícil para mim que sou mãe solteira, sem família aqui.** Nos primeiros meses foi terrível, eu achava que ia morrer, mas olhar minha filha todos os dias era o que me dava força para continuar.

A transição para a maternidade é um período cheio de desafios, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social, como migrantes. O apoio social é um dos principais fatores que contribuem para a manutenção da saúde mental materna (Rocha; Magalhães; Matos, 2023).

Para Rocha, Magalhães e Matos (2023, p. 347) “o fato de saber que existem pessoas com quem se pode contar é importante para a vivência da maternidade”. Esse apoio se torna ainda mais essencial durante a gestação, o puerpério e o retorno ao mercado de trabalho, momentos críticos na vida da mãe. Ele ajuda a enfrentar as dificuldades emocionais, físicas e sociais relacionadas à gestação e à adaptação à nova rotina. No caso de mães solo e migrantes, como Isabela, a ausência dessa rede de apoio amplia os desafios, medos e inseguranças atreladas à maternidade.

Sem o suporte familiar, as migrantes acabam buscando alternativas que lhes permitam cuidar dos filhos de acordo com o que consideram ser o ideal. Para Isabela, assim como para Beatriz, quando ainda estava grávida, a solução encontrada foi abrir mão do emprego formal para poder dedicar mais tempo aos cuidados maternos. No caso específico de Isabela, a conciliação entre a rotina profissional e a maternagem mostrou-se especialmente difícil devido à inflexibilidade dos horários de trabalho e à necessidade de buscar a filha na creche em horários fixos.

Isabela: Agora não estou trabalhando, mas eu trabalhava de atendente em uma padaria e faz uns três meses que saí, então, por enquanto, não estou trabalhando. Na verdade, **eu tive alguns problemas para cuidar da neném, porque eu sou mãe solteira, daí ficou bem na correria levar a neném para creche e ir trabalhar.** Estava chegando atrasada, aí na hora de voltar para pegar a neném também estava chegando atrasada para pegar ela. Daí não consegui. Tipo, estava ficando difícil. Estava gastando também dinheiro a mais do que estava ganhando no Uber para conseguir pegar a neném. Daí eu decidi sair, mas eu fiquei quatro anos trabalhando lá. Agora estou procurando um serviço, mas **é difícil conseguir um trabalho que seja em um horário que dê certo.** É bem complicado, porque geralmente você começa a trabalhar às 9:00 até às 18:00, mas aí não tenho como pegar a neném. Se for de 8:00 às 17:00 para mim daria, mas é difícil achar esse horário. Mas estou procurando... E também tem a opção de pagar alguém que busque a neném e fique com ela até eu voltar, mas, assim, o salário agora só dá pra comer, pagar aluguel, essas coisas, aí eu vou ter que pagar mais uma pessoa? É difícil, porque eu vou ficar na mesma [...]. **Por isso saí do serviço, porque eu achava que não tinha tempo para me dedicar, para compartilhar com ela.** Eu não tinha tempo, eu só dormia com ela, levava na creche e dava comida. Aí **eu não achava que estava certo, tinha que ter um tempo para cuidar dela.**

O tema da falta de rede de apoio foi muito discutido nas narrativas de todas as entrevistadas. Júlia também falou sobre isso ao compartilhar o diagnóstico recente de hipotireoidismo, que gerou uma incerteza sobre quem cuidaria de seus filhos caso algo acontecesse com ela. Em sua visão, a solução é se mudar novamente, dessa vez para a Itália, mais próxima de outros membros da família.

Júlia: [...] eu ficar doente foi cortar tudo que eu tinha planejado, e eu falei “não, eu tenho que ir embora, **se eu ficar desse jeito, quem vai dar conta dos meus**

filhos?”, porque, tudo bem, meu marido pode ajudar, mas para ele é difícil também, ele tem um trabalho, ele cuida de mim, ele não tem família aqui além da gente, entende, e eu não tenho família além dele, então para a gente ficar doente é muito difícil. E isso fez eu considerar a possibilidade de ir embora para a Itália com eles e meu marido ir depois, porque para mim ficaria muito melhor eu ir embora, porque, **se eu ficar doente, eu sei que minhas irmãs iam dar conta de dar o apoio que eu preciso que meus filhos tenham**, sabe? Porque nesses dois meses que eu tenho desenvolvido a doença, eu não dou conta nem de cuidar da minha casa. Imagina, eles são adolescentes, eles precisam da gente perto deles [...]. Então meu planejamento era ir lá ver minha família, ficar quatro meses com eles depois de eu me formar na faculdade. Mas a questão da saúde, ela mexeu muito, mas agora eu estou revendo, porque **a gente sempre coloca os filhos primeiro**, e precisa ter alguém por perto quando você precisar, e aqui a gente não tem.

Maria, por sua vez, afirmou que, no Brasil, sente-se mais isolada, pois aqui não tem ninguém com quem possa contar: “é complicado, a saudade, a necessidade de ter uma rede de apoio, com quem falar, tem dias que a gente precisa falar, preciso falar com outra pessoa que não seja meu marido”. Para ela, esse é um dos principais desafios na criação do filho, uma vez que, ao mesmo tempo em que deseja dedicar-se integralmente a ele, também precisa gerar renda para sustentar a família. Nesse cenário, o empreendedorismo surge como uma estratégia que combina autonomia financeira e conciliação entre vida profissional e familiar, aspectos que são prioritários para as entrevistadas.

[E o que você vê de negativo em relação a criar seu filho aqui? Perguntei]

Maria: a situação laboral que enfrentam as mães para poder sustentar as casas e para poder desfrutar de ficar com seu filho. Acho que **é difícil encontrar tempo**. Como eu vou como palhaço no hospital, vou no hospital psiquiátrico de Piraquara, e eles têm crianças por consumo e adicção de drogas, e tem crianças com problemas psicológicos, e **a falta das mães com os filhos é causa maior para eles ficarem doentes e peguem drogas. Ficam muito tempo sozinhos em casa porque a mãe não está em casa**. Trabalha em dois lados diferentes, ou trabalha o tempo todo e só tem um dia de folga, e o filho fica de rua, fica com saudade da mãe [...]. E lá [na Venezuela] tinha mais tempo para compartilhar com a família, tinha mais rede de apoio, aqui é correria, **não dá para criar um filho da forma certa, a menos que você tenha dinheiro para ocupar o tempo deles**. Se você tem dinheiro, hoje é inglês, amanhã é futebol, outro dia é tal coisa e assim vai. Ficam ocupados o tempo todo [...]. **Por isso foi que eu não peguei emprego**, tinha oportunidade de me empregar e assinar a carteira, mas eu não quis por causa dele [o filho], **eu prefiro empreender e tirar um tempo para ficar com ele**. Se acontece alguma coisa na escola, eu pego um uber e chego lá, mas se eu estou em uma empresa, uma carteira assinada, não vai ser do mesmo jeito, tenho que ligar para alguém, mas alguém quem? Não tem ninguém. **Então foi o que eu preferi para cuidar dele**.

Os depoimentos mostram o dilema entre a necessidade de trabalhar para sustentar a família e o desejo de participar ativamente da vida dos filhos. No grupo de empoderamento do qual participam cinco das oito entrevistadas da pesquisa, esse é um tópico recorrente, sendo frequentemente discutido nas palestras e rodas de conversa promovidas.

Outro tema recorrente entre as participantes, especialmente aquelas com filhos

adolescentes, foi a adaptação dos filhos ao novo país. Embora algumas mães relatem experiências positivas de integração, os relatos também revelam situações de exclusão, discriminação e sofrimento emocional enfrentados pelas crianças e adolescentes migrantes no ambiente escolar.

Júlia, por exemplo, mostrou-se satisfeita com o processo de adaptação dos filhos de maneira geral, destacando que ambos praticam capoeira e se encantaram por essa expressão cultural afro-brasileira. No entanto, a trajetória de integração não foi isenta de dificuldades. Seu filho mais velho sofreu *bullying* na escola devido à sua aparência física e origem estrangeira. “Ele tem o cabelo comprido, e ele é gordinho e ele é migrante”, disse ela, contando os diversos fatores que, em sua visão, contribuíram para a experiência de exclusão do menino.

O episódio de agressão foi tão grave que envolveu até a polícia. Júlia contou que procurou imediatamente a direção da escola e, ao perceber que os responsáveis pelo agressor tentavam desviar o foco para questões religiosas e migratórias, posicionou-se com firmeza:

Júlia: O menino bateu o joelho do meu filho, e ele ficou roxo, ele deixou de ir para a capoeira por duas semanas, um transtorno bem grande. Aí cheguei na escola e os avós do menino queriam falar um papo de religião, de migrações, e aí eu falei “gente, não vou falar de migrações aqui, não vou entrar nessa conversa de religião, porque **eu conheço meus direitos aqui, eu sou uma pessoa que paga impostos, a gente faz a vida aqui, então a gente também está contribuindo com o Brasil, eu não sou turista**”. Eles mexeram com a pessoa errada. “Se você achava que você ia incomodar o filho da migrante, porque ela não conhecia os direitos, você pegou uma migrante errada”. Eu falei com o diretor, ele ligou para a polícia militar e eles fizeram um BO dentro da escola.

Essa experiência de Júlia ecoa os relatos de Maria e Flávia, que também mencionaram as dificuldades de adaptação de seus filhos no Brasil, demonstrando que o *bullying* e a discriminação são desafios comuns enfrentados por crianças e adolescentes migrantes, o que é corroborado por pesquisas sobre o assunto (Kohatsu; Saito, 2022; Almeida *et al.*, 2023; Magalhães *et al.*, 2024). Para essas mães, é extremamente doloroso perceber que seus filhos não têm amigos ou são vítimas de violência e rejeição nas escolas.

Todas as entrevistadas interpretaram o *bullying* como diretamente relacionado à origem nacional, aparência física, forma de falar ou expressões culturais de suas famílias. A dor de ver os filhos enfrentarem rejeição por serem diferentes é uma constante.

Maria: Na verdade, **o processo mais difícil para mim tem sido meu filho**, porque ele não tem se adaptado, a gente vai completar dois anos, e ele ainda não se adaptou, não tem feito amizade. Ele chega em casa chorando que não tem amiguinhos, que **as pessoas fazem bullying pelo jeito dele falar**, que ele não gosta das crianças daqui

que são muito mal educadas, porque ele é um menino bem carinhoso, bem educado. Então, tem sido bem complicada a situação de adaptação dele na escola. **E isso é o mais forte para mim, porque eu estou já adaptada**, estou trabalhando, estou fazendo as coisas que eu gosto e tal. Não é fácil, porque tem dias que ele desliga totalmente e chora, com saudade, querendo ter o cheiro de lá...

Para lidar com as dificuldades do filho, Maria tem buscado reforçar o cuidado com a saúde mental dele, intensificando sua presença e apoio, com a consciência de que o processo migratório acentua a vulnerabilidade emocional, especialmente para as crianças. Segundo ela, “a gente é bem vulnerável pelo fato de mudar de um lado para o outro”.

Flávia, por sua vez, narrou um episódio de violência física sofrido pelo filho em razão de seu destaque no futebol. O menino, que joga desde os quatro anos, começou a se sobressair na escola, o que gerou reações xenofóbicas por parte dos colegas. “Chamavam de ‘migrante’, falavam ‘em teu país comem cachorro’...”. O *bullying* culminou em uma agressão física que quase resultou em uma lesão grave. A mãe decidiu trocar o filho de escola, diante da recusa dele em permanecer naquele ambiente.

Já Amanda relatou uma experiência mais positiva com a adaptação escolar de sua filha de 16 anos. Segundo ela, a jovem conseguiu se integrar com relativa facilidade. Entretanto, mesmo em contextos de maior acolhimento, há situações de constrangimento e preconceito.

Logo no início, a filha enfrentou uma atitude discriminatória por parte de um professor, que, diante da dificuldade da aluna com o idioma, declarou em sala: “não, você que tem que aprender a falar português, não eu que tenho que falar espanhol”. A fala deixou a adolescente entristecida, segundo Amanda, mas não a impediu de se adaptar rapidamente. “Você escuta ela e ela parece brasileira”, conta a mãe com orgulho.

As estratégias maternas para lidar com as situações de *bullying*, xenofobia e preconceito, como a intensificação do apoio emocional, o fortalecimento da autoestima, a busca por espaços mais acolhedores e o enfrentamento direto das instituições escolares, demonstram o papel das mães na proteção e na mediação dos processos de inserção social dos filhos. Trata-se de uma maternagem marcada pela atenção às emoções, pela vigilância constante e pela resistência diante das violências cotidianas.

As preocupações com o ambiente em que os filhos estão inseridos também se estendem a outras questões. Tanto Maria quanto Júlia expressaram preocupação com a percepção de um maior acesso a drogas e uma cultura mais “liberal” em relação a determinados temas no Brasil. Ambas as mulheres consideram esses aspectos como um dos pontos negativos de criar seus filhos no país. Júlia, em particular, detalhou essa preocupação,

destacando que a sociedade brasileira, em sua visão, apresenta uma permissividade maior em relação ao uso de drogas e a sexualidade, o que a inquieta como mãe.

Júlia: Gente, a verdade é que tem uma coisa que, para mim, **na nossa cultura, a gente não é tão aberto com a sexualidade lá na Venezuela.** A gente é mais pudoroso, mais cuidadoso, mais tradicional. Então, tipo assim, você não vai olhar uma pessoa se beijando na rua, entende? [...]. As pessoas são mais fechadas com a questão da sexualidade e das escolhas que elas têm. Eu não tenho nada a ver, né? Porque eu sou adulta, já tenho uma bagagem bem grande de experiência, mas para eles, esse tipo de questão, assim, tão aberta, eu acho, assim, um desafio, mas porque eles também são muçulmanos, então a gente tem uma cultura de mais recato, sabe? Tipo, aqui, criança da idade do meu filho já tem namorada, entende? Então, lá no meu país, você conhece uma pessoa e você gostou da pessoa, mas você vai ficar sendo amigo dele, entendeu? Você não vai falar que essa menina é tua namorada. Não tem essa questão lá, entende? Não tem isso de ficar com alguém, esse tipo de coisa [...]. No primeiro dia que ele [o filho] chegou na escola, chegou uma menina brasileira perto dele e ela falou, “nossa, você é muito bonito mesmo, eu queria namorar com você”. Ele nem sabia o que era namorar, ele não sabe. Ele não é garotinho de ficar, de ter namorada, ficar brincando na rua. São meninos muito de casa, e é a tradição da minha cultura mesmo. Eu lembro muito pouco de ter saído brincar com meus vizinhos, só um ou outro dia, mas minha mãe de olho, e a gente nunca que ia falar para minha mãe “ah eu estou ficando com alguém”, entende? Lá, o tradicional é que a menina vai ficar, ou vai dormir ou vai ter relações sexuais com 18 anos, gente, e aqui é muito adiantado para o que a gente é acostumado. **E também a questão que aqui tem muita pessoa que é usuário de drogas.** Lá no meu país tem, mas a pessoa oculta, ele esconde o que está fazendo, porque lá no meu país é muito mal visto você se drogando na rua. Entende? Você caminhando na calçada, na rua XV você vai percebendo o cheiro da maconha a todo canto, e é uma coisa que na minha cultura, e imagina, eu sou uma pessoa de 40 anos e eu nunca experimentei maconha nem droga nenhuma, entende? Então não é uma coisa que a gente olha e acha bacana. E aqui é tranquilo. **É um choque, é um desafio,** eu sempre explico para meus filhos, porque quando você vai olhar, tem uma pessoa que é usuária mas é funcional, mas vai ter um momento que a pessoa deixa de ser funcional para ela ser morador de rua, uma pessoa que pode ter uma depressão profunda e se matar, têm muitas coisas por trás. E eu sempre falo que meus pais fizeram muito esforço na vida para a gente ter a vida que a tem hoje, então você jogar tudo fora por uma questão que não vai trazer nada produtivo na sua vida. Então tem essas coisas que é ruim.

A preocupação em proteger os filhos de comportamentos considerados prejudiciais, como o uso de drogas, é comum entre as participantes da pesquisa, e é acentuada, mais uma vez, pela falta de rede de apoio, como conta Maria:

Maria: essa é a dificuldade, porque deixar ele sozinho o tempo todo não dá, porque se ele já não está emocionalmente bem, é abrir a porta para o perigo, porque lá a gente não tinha essa facilidade, essa liberdade de pegar maconha, e aqui está livre.

As migrantes encaram a maternidade como uma missão de guiar seus filhos por um caminho seguro, afastando-os de influências negativas que possam comprometer seu futuro. O relato de Sofia exemplifica isso:

Sofia: [...] Quando a gente morava no Centro com todos os filhos, um deles tinha uns amigos venezuelanos que falavam “nossa, vocês são tontos, fazem tudo que sua mãe manda”. E convidavam para beber cerveja e festar. Esse pessoal hoje em dia está igual quando a gente conheceu eles. Eles trabalham e mesmo assim ficam sem grana, e moram de aluguel. E meu filho, que eles tiravam sarro, meu filho tem carro, tem casa, tem família, tem faculdade, porque eu e o pai dele falamos “Você escolhe o que você quer ser. **Você veio para cá para evoluir, para conquistar.** Você pode ter tudo, o bom e o mal, você decide”. **E nós conversamos com todos os filhos e todos, graças a Deus, escutaram.** O difícil é quando não querem escutar. Mas **eu como mãe e meu marido como pai colocamos regras em casa** e, graças a Deus, eles se adaptaram às regras de casa, de morar como uma família. Então foi isso.

Essa ênfase na disciplina e orientação dos filhos é motivada pelo desejo de que eles consigam melhorar sua situação socioeconômica, algo que no caso de Sofia, que chegou com os filhos adolescentes, parece estar se concretizando.

Sofia: [...] E já temos oito anos aqui no Brasil, e **nossa ideia de vir para cá se cumpriu, que era que nossos filhos conseguissem evoluir na faculdade, estudo, trabalho, tudo isso.** Agora todos têm trabalhos bons. Tem um que trabalha com TI em uma empresa, não sei o nome, mas sei que ele está bem [...]. E minha filha trabalha para um empresa de seguros, é brasileira a empresa, mas fica em Massachusetts, então ela trabalha *home office*, falando português, espanhol e inglês, ela atende latinos nos Estados Unidos, e graças a Deus, é um bom salário. Outro filho trabalha para a Caterpillar. **Então hoje eles estão estabilizados e, como eu falei, essa era a ideia minha e do meu marido e conseguimos. Isso foi a maior conquista. Então nós fizemos a nossa meta que era eles conquistarem e ficamos só acompanhando eles.**

O desejo de garantir aos filhos um futuro melhor se traduz em estratégias maternas que combinam imposição de limites, incentivo à autonomia e a comunicação aberta. A figura materna é uma orientadora, que oferece suporte e direcionamento, mas também exige dos filhos responsabilidade, disciplina e comprometimento. A mobilidade social, nesse cenário, é vista como um objetivo a ser alcançado por meio do esforço individual e do apoio familiar, configurando um ideal de sucesso pessoal e coletivo.

Nesse contexto, o desempenho acadêmico dos filhos ocupa um lugar importante, sendo frequentemente monitorado pelas mães como parte do investimento familiar no futuro. Amanda, por exemplo, relata os limites estabelecidos à filha, que iniciou um estágio remunerado:

Amanda: Ela queria porque ela fala “mamãe, eu preciso do meu dinheiro”, então eu dei permissão para ela, mas fui bem clara, falei “no primeiro sinal de que está baixando as notas na escola, você não vai mais fazer o estágio”. Mas ela está indo bem.

Esse tipo de monitoramento, no entanto, não implica necessariamente em controle absoluto. Ao contrário, muitas mães demonstram buscar um equilíbrio entre a imposição de

limites e o incentivo à autonomia dos filhos. Júlia, por exemplo, descreve o fato de seus filhos se deslocarem sozinhos para a escola e para a capoeira, algo que, na Venezuela, ela não permitia por conta da insegurança. A migração, nesse sentido, abriu espaço para a construção de novas formas de autonomia, ainda que supervisionadas à distância:

Júlia: Eles voltam para casa sozinhos, eu dei um telefone para eles, eu tenho um aplicativo que permite monitorar por onde eles vem, e isso dá uma tranquilidade muito grande. Quando eles chegam em casa eu já saí para a faculdade, e eles mandam mensagem “mãe, já estou em casa, tá tudo bem”.

Diante de todos esses relatos, observa-se como o cuidado com os filhos permeia o cotidiano dessas mulheres, orientando decisões importantes, como o abandono do emprego formal ou a intensificação da presença materna como forma de proteção e socialização. Todos os desafios enfrentados pelas entrevistadas, como a barreira linguística, o acesso ao mercado de trabalho, a xenofobia e a violência de gênero, adquirem contornos ainda mais complexos por estarem atravessados pela experiência da maternidade em um contexto migratório.

A barreira linguística, por exemplo, impacta a inserção social e profissional das migrantes, e pode dificultar o acesso a serviços públicos essenciais para o cuidado com os filhos, como saúde, educação e assistência social. Já a dificuldade de inserção no mercado de trabalho obriga muitas a aceitar jornadas exaustivas e mal remuneradas, comprometendo o tempo e os recursos disponíveis para a criação dos filhos.

A xenofobia, por sua vez, é vivida de maneira ainda mais intensa quando se soma ao julgamento social sobre suas competências maternas, que reforça estigmas. A violência de gênero, frequentemente agravada pela vulnerabilidade migratória, pode se manifestar tanto no espaço doméstico quanto nas instituições, limitando as possibilidades de autonomia dessas mulheres.

Já as preocupações específicas relativas à maternagem, como a falta de familiares próximos, a dificuldade de adaptação dos filhos, os casos de bullying e a inquietação com comportamentos potencialmente prejudiciais, demonstram o quanto essas mulheres vivem em constante estado de alerta. A ausência de uma rede de apoio familiar amplia a sobrecarga emocional e material, enquanto os filhos, também afetados pelo processo migratório, tornam-se foco de atenção redobrada.

A maternidade torna-se uma prática de resistência frente às múltiplas formas de vulnerabilização que atravessam suas vidas. Essas práticas de resistência, que aqui denomino estratégias, consistem em ações intencionais e planejadas desenvolvidas por essas mulheres para lidar com os desafios específicos impostos pela migração e garantir o bem-estar dos

filhos e da família.

Tais estratégias possibilitam que equilibrem as exigências da maternidade com as dificuldades estruturais que enfrentam cotidianamente. O quadro a seguir sintetiza os principais desafios identificados nas entrevistas, bem como as estratégias mobilizadas pelas entrevistadas para enfrentá-los.

QUADRO 3 – DESAFIOS ENFRENTADOS POR MÃES MIGRANTES E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Desafios	Estratégias
Idioma (aprender o português e manter o espanhol como língua materna)	Esforço individual; negociações e práticas cotidianas no contexto intrafamiliar
Mercado de trabalho e falta de dinheiro	Desempenho de funções que não correspondem à sua formação; Empreendedorismo como alternativa de geração de renda
Xenofobia, discriminação e violência de gênero	Participação em grupos de empoderamento para apoio emocional e fortalecimento coletivo
Falta de rede de apoio (familiares próximos)	Abandono do emprego formal; empreendedorismo (pela autonomia e flexibilidade de horários); grupos de empoderamento
Dificuldade de adaptação dos filhos e casos de bullying	Estreitamento dos vínculos familiares: tempo de qualidade, atenção à saúde emocional, maior proximidade
“Liberabilidade” brasileira e comportamentos potencialmente prejudiciais dos filhos	Reforço da disciplina, orientação contínua e acompanhamento próximo

FONTE: autoria própria

No que se refere à barreira linguística, observa-se o esforço contínuo para aprender o português como ferramenta de inserção social, sem, no entanto, abrir mão da preservação do espanhol como língua materna. Isso leva a uma negociação constante no interior das relações familiares, especialmente com os filhos. Essa situação reflete a tentativa de pertencimento no país de acolhida, mas também o desejo de manter vínculos com a cultura de origem, o que reforça a identidade e o sentimento de pertencimento transnacional.

Outro desafio diz respeito à precariedade no mercado de trabalho e à dificuldade de garantir uma renda suficiente para sustentar a família. As entrevistadas demonstraram grande capacidade de reinvenção, desempenhando funções diversas e, em muitos casos, optando pelo empreendedorismo como alternativa para gerar renda com maior autonomia e flexibilidade de horários. Essa escolha aparece também como resposta à ausência de uma rede de apoio

familiar, especialmente para o cuidado com os filhos, levando algumas a abandonar o emprego formal para se dedicar integralmente à maternagem.

A xenofobia, a discriminação e a violência de gênero, por sua vez, são enfrentadas por muitas delas por meio da participação em redes de apoio coletivo e grupos de empoderamento, nos quais essas mulheres encontram espaço para compartilhar experiências, fortalecer sua autoestima e buscar suporte emocional. Além disso, o processo de adaptação dos filhos, frequentemente caracterizado por dificuldades na escola, experiências de *bullying* e sentimentos de exclusão, é mediado pelas mães por meio do estreitamento dos vínculos afetivos.

A atenção à saúde emocional das crianças, o tempo em família e a abertura ao diálogo se mostram fundamentais para amenizar os impactos da migração sobre os filhos. Em paralelo, preocupações com determinados aspectos da cultura brasileira, como uma percepção de maior “liberalidade” no comportamento das crianças e adolescentes, são enfrentadas com estratégias voltadas à disciplina, orientação contínua e acompanhamento próximo.

Além das adaptações individuais, a coletividade também desempenha um papel essencial na construção das estratégias maternas. Uma das expressões mais significativas desse enfrentamento coletivo é o Grupo de Empoderamento, do qual participam cinco das oito entrevistadas.

O Grupo funciona como um espaço de discussão e compartilhamento de histórias, no qual as mulheres podem expressar suas opiniões e medos, trocar informações sobre oportunidades e, sobretudo, oferecer e receber apoio emocional. Mais do que um espaço de diálogo, o grupo se configura como uma rede de suporte fundamental, fortalecendo os laços entre as participantes e possibilitando a construção coletiva de estratégias para lidar com os desafios cotidianos.

Na entrevista com Maria, quando perguntei exatamente qual era o objetivo do Grupo, ela explicou: “é o desenvolvimento da mulher migrante, que ela possa se desenvolver através de um projeto de empreendedorismo”. A aposta no empreendedorismo é uma característica forte do Grupo de Empoderamento, mas também é fortemente incentivada pelo poder público, por agências internacionais ligadas às migrações e por diversas organizações da sociedade civil (Cordeiro, 2022).

Segundo Cordeiro (2022, p. 48) “o empreendedorismo atua dentro de uma lógica neoliberal que reforça processos de precarização, em vez de promover o trabalho digno para os migrantes”. Assim, a responsabilidade pela inserção no mercado de trabalho é transferida para o migrante, sem considerar os contextos socioestruturais que frequentemente limitam

suas oportunidades de emprego formal (Cordeiro, 2022).

Nas narrativas das mulheres que entrevistei, o empreendedorismo está ligado à ideia de empoderamento. Para as entrevistadas, a mulher empreendedora é uma mulher empoderada por ser economicamente autônoma. Essa perspectiva, voltada principalmente para o aspecto econômico, ou seja, a capacidade de gerar renda de forma independente, é, contudo, criticada por autoras como Cornwall (2018) e Berth (2019). Elas apontam que essa visão reflete o esvaziamento do conceito de empoderamento em relação à sua concepção original, que estava centrada na luta contra as desigualdades e na transformação das estruturas que oprimem as mulheres.

Para Cornwall (2018), o neoliberalismo se apropriou do conceito de empoderamento, que passou a significar uma forma de incluir as mulheres nos sistemas de desenvolvimento econômico sem questionar as desigualdades de gênero que estruturam esses sistemas. Ela afirma que

Falar de “empoderar as mulheres” implica que o poder pode ser transmitido, e as mulheres são recipientes que podem ser infundidos com ele. Alegações de estar “empoderando as mulheres”, engajando-as no mercado, conjugam poder ao dinheiro. A aquisição de dinheiro passa a ter poderes quase mágicos, como se, uma vez que as mulheres tivessem seu próprio dinheiro, poderiam sacudir a varinha e, num passe de mágica, fazer desaparecer as normas sociais, as relações afetivas e as instituições subjacentes que as constroem (Cornwall, 2018, p. 6).

No entanto, é importante destacar que as mulheres entrevistadas também adotam uma visão crítica sobre essa questão. Elas reconhecem a importância das reivindicações feministas por igualdade, mas destacam as especificidades das experiências delas no contexto da maternidade e da migração. Flávia foi quem expressou essa perspectiva de forma mais clara:

Flávia: Sempre se fala em empoderamento feminino, mas eu não estou muito de acordo com o que se fala “ah, a mulher pode criar um filho sozinha, a mulher é invencível”. Não, a mulher não é invencível, porque você pode ser invencível um dia, uma hora do dia, mas quando você põe a cabeça no travesseiro, é diferente, porque você está sozinha e você não pode se enganar. Então é um desafio ter filhos. Mas eu sempre tento me manter positiva, não é que eu não choro, choro sim, mas eu tento resolver as coisas. Eu acredito que isso é empoderamento feminino.

Dessa forma, percebe-se que o empoderamento pode ter significados distintos para diferentes grupos de mulheres. Enquanto o discurso neoliberal tende a reduzi-lo à capacidade individual de gerar renda e alcançar autonomia financeira, autoras como Cornwall (2018) e Berth (2019) ressaltam a necessidade de um entendimento que leve em conta as estruturas

sociais que perpetuam as desigualdades.

O conceito de empoderamento precisa ser compreendido de maneira crítica. Para além da autonomia financeira, é fundamental considerar os fatores sociais e estruturais que afetam a vida das mulheres. A fala de Flávia mostra isso destacando que a força feminina não deve ser romantizada, pois a sobrecarga e a solidão também fazem parte da realidade de muitas mulheres. Assim, uma perspectiva verdadeiramente transformadora do empoderamento não pode se limitar à inserção no mercado, mas deve incluir a luta por condições mais justas, levando em conta as diferentes realidades e necessidades das mulheres.

Além do debate sobre o empoderamento feminino de forma geral, é importante considerar como ele se manifesta no contexto da maternidade e da migração. Conforme dito anteriormente, as falas das participantes revelam uma maternidade que não meramente resiste às adversidades impostas pelo deslocamento, pelas dificuldades econômicas e pelas barreiras culturais, mas que também afirma valores de solidariedade e transformação social.

Nesse cenário, a maternidade vivida por essas mulheres migrantes é um espaço de reinvenção de si mesmas, das relações familiares e do próprio papel social que ocupam. Combinando autoridade com afeto, disciplina com diálogo, essas mães constroem formas de maternar que refletem seu autoempoderamento e o empoderamento coletivo familiar.

7 CONCLUSÃO

A migração venezuelana para o Brasil, especialmente no caso das mulheres entrevistadas, revela-se como uma migração profundamente familiar. Todas as participantes desta pesquisa se enquadram no contexto da migração familiar, embora suas trajetórias apresentem diferenças significativas.

As visões que essas mulheres constroem sobre a maternidade influenciam diretamente as estratégias de maternagem que adotam no contexto migratório. Nas falas delas, a maternidade aparece como motivação para a migração, sendo também o eixo organizador da vida cotidiana no novo país. A decisão de migrar, em muitos casos, está diretamente relacionada ao desejo de proporcionar melhores condições de vida para os filhos, assegurando-lhes segurança, saúde, educação e um horizonte de futuro mais promissor.

As mulheres-mães migrantes enfrentam desafios diversos, que se expressam em dificuldades econômicas, barreiras linguísticas, discriminação e assédio sexual, precariedade laboral, e problemas de adaptação escolar dos filhos. Apesar das particularidades de cada trajetória, observa-se entre essas mulheres um repertório comum de estratégias de

maternagem.

Essas mulheres compartilham, por exemplo, o compromisso com a preservação da língua e da cultura de origem, a busca por autonomia financeira e o cuidado atento à saúde emocional dos filhos. Valorizam também o tempo dedicado a eles. Suas práticas revelam uma maternagem intensiva, marcada por uma dedicação constante, mas que também se configura como uma maternagem empoderadora, na medida em que envolve ações estratégicas para o enfrentamento das múltiplas formas de vulnerabilidade.

O empoderamento aparece como um aspecto central nesse processo, manifestando-se tanto nas estratégias individuais, como o empreendedorismo, que garante maior flexibilidade e autonomia frente à rigidez do mercado de trabalho, quanto nas estratégias coletivas, como a participação em grupos de apoio entre mulheres migrantes. Esses espaços coletivos de acolhimento e fortalecimento revelam-se fundamentais para o bem-estar emocional das mães, e também como instâncias de elaboração de novos caminhos possíveis.

Contudo, as estratégias individuais e coletivas não são suficientes para responder aos desafios estruturais enfrentados por essas mulheres. São necessárias também políticas públicas voltadas especificamente para mães migrantes, reconhecendo as especificidades de suas experiências e promovendo, de fato, a inclusão e a proteção de mulheres migrantes e seus filhos.

Dessa forma, este trabalho reafirma a importância de considerar a maternidade como categoria analítica nas discussões sobre migração, reconhecendo o protagonismo das mulheres migrantes na construção de estratégias de cuidado, sobrevivência e transformação em contextos marcados pela desigualdade.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Autonomia e integração local de refugiados(as) e migrantes venezuelanos(as) acolhidos(as) nos abrigos em Boa Vista (RR). Boa Vista: ACNUR, 2021. Disponível em: <<https://www.acnur.org/br/media/relatorio-operacao-acolhida-final-pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

ALEMANY, Carme. Violências. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.271-277.

ALMEIDA, Fabiane *et al.* Microagressões no contexto escolar em estudantes imigrantes e descendentes de imigrantes. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**,

[s. l.], v. 10, n. 22, p. 417–427, 2023.

ALVAREZ, Emilio Osorio; PHÉLAN, Mauricio; VISO, Carlos. Venezuela 1936 – 2021: : Movilidad Internacional, Institucionalidad y Renta Petrolera en tres contextos. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [s. l.], v. 13, n. 26, p. 47–72, 2021. DOI: 10.14295/rbhcs.v13i26.13665. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/13665>>. Acesso em: 2 jun. 2024.

ANTHIAS, Floya. “Metaphors of Home: Gendering New Migrations in Southern Europe”. In: ANTHIAS, Floya, and LAZARIDIS, Gabriela. *Gender and Migration in Southern Europe*. Oxford, New York: Berg, 2000. p. 17-47.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 03, p. 745-772, 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 jul. 2024

AZEVEDO, Mileane Andrade; SOUSA, Luciano Dias de. EMPODERAMENTO FEMININO: CONQUISTAS E DESAFIOS. **SAPIENS - Revista de divulgação Científica**, [s. l.], v. 1, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/sps/article/view/3571>>. Acesso em: 23 fev. 2025.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Joice de Oliveira Santos. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. **Revista Latinoamericana de Población**, [s. l.], n. 16, p. 5, 2022.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 16, p. 207–228, 2008.

BANDEIRA, Lourdes. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e Contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à Nossa Porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BERGNEHR, Disa. Mothering for discipline and educational success: Welfare-reliant immigrant women talk about motherhood in Sweden. **Women’s Studies International Forum**, [s. l.], v. 54, p. 29–37, 2016.

BERTH, Joice. *O que é empoderamento?*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

BOCCAGNI, Paolo; BALDASSAR, Loretta. Emotions on the move: Mapping the emergent field of emotion and migration. **Emotion, Space and Society**, [s. l.], v. 16, p. 73–80, 2015.

BORREGO, Iñaki García. Familias migrantes: elementos teóricos para la investigación social. In: Grupo Interdisciplinario de Investigador@s Migrantes (org.). Familias, niños, niñas y jóvenes migrantes: rompiendo estereotipos. Madrid: Iepala Editorial, 2010.

BOYD, Monica. Family and Personal Networks in International Migration: Recent Developments and New Agendas. **International Migration Review**, v. xxiii, n. 3, p. 639-669, 1989. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/019791838902300313?journalCode=mrxa>>. Acesso em 07 jul. 2024.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BRITO, Laura Souza Lima e. Família e parentesco: direito e antropologia. **Revista Discente DIREITO GV - redGV**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 76-92, 2013.

BRUSCHINI, Cristina. Uma Abordagem Sociológica de Família. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 6, n. 1, p. 1-23, 1989.

BRYCESON, Deborah; VUORELA, Ulla. The Transnational Family – New European Frontiers and Global Networks, Cross-Cultural Perspectives on Women. Oxford: BERG, 2002.

BUDIG, Michelle. Feminism and the family. In: SCOTT, Jacqueline; TREAS, Judith; RICHARDS, Martin (org.). The Blackwell Companion to the Sociology of Families. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2004. p. 416-434.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARPENEDO, Manoela; NARDI, Henrique. Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres. **Cadernos Pagu**, [s. l.], 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/sWtQZvFCJkFk54xKG5p3TVD/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

CIURLO, Alessandra. Género y familia transnacional. Un enfoque teórico para aproximarse a los estudios migratorios. **Revista Científica General José María Córdova**, v. 12, n. 13, p. 127-161, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1900-65862014000100005>. Acesso em 21 ago. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORDEIRO, Sávia. Trabalho migrante no Sul Global: o mito do empreendedorismo como forma de inserção digna no mercado de trabalho. In: VIRGINIO, Francis Portes; Instituto Migração Gênero e Raça (Org.). Informalidade e proteção dos trabalhadores imigrantes: navegando pelo humanitarismo, securitização e dignidade. São Paulo: Outras Expressões, 2022, p. 49-58.

CORNWALL, Andrea. Além do “Empoderamento Light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cadernos Pagu**, [s. l.], p. 185-202, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Policies. **The University of Chicago Legal Forum**, 139–167, 1989.

CYRINO, Rafaela. A deriva transfóbica do feminismo radical dos anos 1970. **Varia Historia**, [s. l.], v. 39, p. 1-31, 2023.

DE LA VEGA, Iván. *Mundos en Movimientos. El caso de la movilidad y emigración de los científicos y tecnólogos venezolanos*. Caracas Venezuela-Fundación Polar, 2005.

DESCHAMPS, Marley Vanice. Região Metropolitana de Curitiba: estrutura social e organização social do território. In: FIRKOWSKI, Olga; MOURA, Rosa. *Curitiba: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

DEVREUX, Anne-Marie. Família. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.96-101.

DORNELAS, Paula. “Minha família é minha filha”: cuidados, gênero e maternidade nas trajetórias de mulheres migrantes no Brasil. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, [s. l.], v. 6, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/42218>. Acesso em: 07 jun. 2024.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, [s. l.], n. 24, p. 213–225, 2004.

DUMON, Wilfried. Family and migration. **International Migration**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 251–270, 1989.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Família e reprodução humana. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L. V. C.; HEILBORN, M. L. (org.). *Perspectivas antropológicas da mulher*, vol. 3. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

DURKHEIM, Emile. La Famille Conjugale. *Revue philosophique*, v. 90, p. 2-14, 1921.

DUTRA, Delia. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [s. l.], v. 21, p. 177–193, 2013.

DYCK, Isabel. Migrant mothers, home and emotional capital – hidden citizenship practices. **Ethnic and Racial Studies**, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 98–113, 2018.

EMPODERAMENTO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. 16 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/empoderamento/>>. Acesso em 16 fev. 2025.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019.

EREL, Umut. Reframing migrant mothers as citizens. *Citizenship Studies*, [s. l.], v. 15, n. 6–7, p. 695–709, 2011.

FANDREM, Hildegunn; STØEN, Janne. Immigrant and Non-immigrant Parents' Involvement in Bullying Cases. **International Journal of Bullying Prevention**, [s. l.], v. 4, n. 4, p. 310–321, 2022.

FERNANDES, Caio da Silveira. Acordo sobre residência do Mercosul, pensamento de estado e biopolítica : uma análise sobre a governabilidade migratória no território. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

FIRESTONE, Shulamith. *The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution*. Nova Iorque: William Morrow and Company, 1970.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, [s. l.], v. 14, p. 139–152, 2004.

FONER, Nancy. *From Ellis Island to JFK: New York's Two Waves of Immigration*. New York: Russell Sage Foundation, 2000.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.144-149.

FREITEZ, Anitza. Éxodo y retorno de migrantes venezolanos. Realidades y paradojas. In: HERNÁNDEZ, Alberto Hernández; DELGADO, Amalia Campos (org.). *Migración y movilidad en las Américas*. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2023. p. 325-352.

FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1971.

G1. Saiba mais sobre Nicolás Maduro, 'herdeiro' e agora sucessor de Chávez. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/hugo-chavez/noticia/2013/04/saiba-mais-sobre-nicolas-maduro-herdeiro-e-agora-sucessor-de-chavez.html>> Acesso em 20 Jul. 2024

GARCÍA, Madison Ramniery González. Venezolanos en Curitiba: Movimiento migratorio y proceso de integración social. **Terra Nueva Etapa**, v. XXXV, n. 58, 2019.

GEDALOF, Irene. Birth, Belonging and Migrant Mothers: Narratives of Reproduction in Feminist Migration Studies. **Feminist Review**, [s. l.], v. 93, n. 1, p. 81–100, 2009.

GILMARTIN, Mary; MIGGE, Bettina. Migrant mothers and the geographies of belonging. **Gender, Place & Culture**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 147–161, 2016.

GLEEN, Evelyn Nakano. *Forced to Care: Coercion and Caregiving in America*. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

GRASMUCK, Sherri; PESSAR, Patricia. *Between Two Islands: Dominican International Migration*. Berkeley: University of California Press, 1991.

GRIECO, Elizabeth M.; BOYD, Monica. *Women and Migration: Incorporating Gender into International Migration Theory*. Center for the Study of Population, Florida State University, 1998.

GUILHERME, Ana Julia; THEIS, Rafaella; OLIVEIRA, Márcio de. Emoções em Movimento: A Dimensão Emocional na Trajetória de Migrantes Haitianas e Sírias no Brasil. **Entropia**, [s. l.], v. 6, n. 12, p. 198–220, 2022.

HAYS, Sharon. *The Cultural Contradictions of Motherhood*. New Haven: Yale University Press, 1996.

HARTMANN, Heidi. The Family as the Locus of Gender, Class, and Political Struggle: The Example of Housework. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 366–394, 1981.

HERRERO-ARIAS, Raquel et al. The emotional journey of motherhood in migration. The case of Southern European mothers in Norway. **Migration Studies**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 1230–1249, 2021.

HIRATA, Helena Sumiko. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**, [s. l.], v. 6, n. 11, 2010.

HIRATA, Helena. O Trabalho de Cuidado. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, [s. l.], v. 13, n. 24, p. 56–64, 2016.

HITA, Maria Gabriela. A família em Parsons: Pontos, contrapontos e modelos alternativos. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, v. 16, n. 1, p. 109-148, 2005.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette. Gender and Migration Scholarship: An Overview from a 21st Century Perspective. **Migraciones internacionales**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 219–233, 2011.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette. *Gendered Transitions: Mexican Experiences of Immigration*. Berkeley: University of California Press, 1994

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette; AVILA, Ernestine. “I’m here, but I’m there”: The Meanings of Latina Transnational Motherhood. *Gender & Society*, v. 11, n. 5, p. 548-571, 1997.

IPEA. *Migrantes, Apátridas e Refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil*. Brasília: IPEA, 2015.

JAROSCHINSKI SILVA, João Carlos; ABRAHÃO, Bernardo Adame. Contradições, debilidades e acertos dos marcos de regularização de venezuelanos no Brasil. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 255–278, 2019. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/9845>>. Acesso em: 10 set. 2023.

JUBILUT, Liliana Lyra; JAROSCHINSKI SILVA, João Carlos. Group recognition of Venezuelans in Brazil: an adequate new model? *Forced Migration Review*, n. 65, p. 42-44, 2020.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.67-76.

KOFMAN, Eleonore. Family-related migration: a critical review of European Studies. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 243–262, 2004.

KOHATSU, Lineu Norio; SAITO, Gabriel Katsumi. Xenofobia na escola pública: a perspectivas dos estudantes do ensino médio. **Psicoperspectivas**, v. 21, n. 1, p. 1-12, 2022.

KOFMAN, Eleonore; BUHR, Franz; FONSECA, Maria Lucinda. Family Migration. In: SCHOLTEN, Peter (org.). **Introduction to Migration Studies**. Cham: Springer International Publishing, 2022.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves; CASTRO, Mariana de Araújo. Migrações venezuelanas, Ferise da reprodução social capitalista e necropolíticas de fronteira. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 73–103, 2022. DOI: 10.14295/rbhs.v13i26.12824. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhs/article/view/12824>>. Acesso em: 2 jul. 2024.

LÉVI-STRAUSS. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes, 1982.

MAGALHÃES, Silvana Bezerra de Castro *et al.* Nos “Chamam De Veneco”: Vozes e Identidades de Crianças Migrantes Venezuelanas no Brasil. **Revista Educação e Infâncias**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. e-36470, 2024.

MAMED, Letícia Helena. Trabalho, migração e gênero: a trajetória da mulher haitiana na indústria da carne brasileira. **Tematicas**, [s. l.], v. 25, n. 49, p. 139–176, 2017.

MARINGONI, Gilberto. A Revolução Venezuela. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MARTINEZ, Fabiana Jordão. Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 29, n. 3, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n370177. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/70177>>. Acesso em: 13 out. 2024.

MASSEY, Douglas S.;, ARANGO, Joaquín; HUGO, Graeme; KOUAOUICI, Ali; PELLEGRINO, Adela; TAYLOR, J. Edward. *Worlds in Motion, Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.222-231.

MEAD, Margaret. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva, 2020.

MEZA, Alfredo. Queda do preço do petróleo agrava a crise econômica da Venezuela. *El País*, 17 out 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/17/economia/1413502704_182767.html> Acesso em: 20 jul. 2024.

MILLETT, Kate. *Política Sexual*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Família e feminismo. *Cadernos de Pesquisa*, [s. l.], n. 37, p. 44–51, 1981.

MOROKVASIC, Mirjana. Birds of Passage are also Women. **International Migration Review**, v. 18, n. 4, p. 886–907, 1984. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2546066>>. Acesso em 10 ago. 2024

MOROKVASIC, Mirjana. Femmes et genre dans l'étude des migrations: un regard retrospectif. *Les cahiers du Cedref*, v. 16, p. 33–56, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cedref/575#:~:text=Il%20semble%20que%20le%20champ, recherche%20et%20les%20politiques%20publiques>>. Acesso em 21 ago. 2024

MOVESE. Oportunidades e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana interiorizadas no Brasil durante a pandemia de Covid-19. Brasília: ACNUR; ONU MULHERES; UNFPA, 2021. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/pesquisa-moveuse/>>. Acesso em 20 ago. 2024

O'REILLY, Andrea. Feminismo matricêntrico: um feminismo para e sobre as mães. In: Silva *et al.* (org.). *Falas, percursos, práticas e modos de (r)ex(s)istir*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

O'REILLY, Andrea. *Matricentric Feminism: Theory, Activism, Practice*. Toronto: Demeter Press, 2016.

O'REILLY, Andrea. Mothering against Motherhood and the Possibility of Empowered Maternity for Mothers and Their Children. In: O'REILLY, Andrea (org.). **From motherhood to mothering: the legacy of Adrienne Rich's Of woman born**. Albany: State University of New York Press, 2004.

OLIVEIRA, Márcio de. Imigração e Pandemia Covid-19: o caso de venezuelanos residentes nas cidades de Curitiba e Goierê, estado do Paraná (Brasil). In: Ennes, Marcelo; Goes, Alisson; Meneses, Cleber (Orgs.) *Migrações Internacionais sob Múltiplas Perspectivas*. Aracaju : Criação Editora, p. 203–228, 2021.

OLIVEIRA, Tadeu. A Migração Venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 219–244, 2019.

OLIVEIRA, Tadeu; TONHATI, Tânia. Mulheres, Crianças e Jovens na Migração Internacional no Brasil. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Bianca. G. *Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

PARDO, Diego. Como era a 'Venezuela saudita', um dos países mais ricos dos anos 50 e 80. BBC, 2 mar 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47423737>>. Acesso em 20 ago. 2024.

PARREÑAS, Rhacel Salazar. Mothering from a Distance: Emotions, Gender, and Intergenerational Relations in Filipino Transnational Families. **Feminist Studies**, v. 27, n. 2, p. 361-390, 2001.

PARREÑAS, Rhacel Salazar. *Servants of Globalization: Women, Migration, and Domestic Work*. Redwood City: Stanford University Press, 2002.

PARSONS, Talcott; BALES, Robert. *Family, Socialization and Interaction Process*. Glencoe: Free Press, 1955.

PEDONE, Claudia. Familias transnacionales ecuatorianas: estrategias productivas y reproductivas. In: CIUDADANÍA Y EXCLUSIÓN: ECUADOR Y ESPAÑA FRENTE AL ESPEJO. [S. l.]: Los Libros de la Catarata, 2007.

PEDONE, Claudia. Más allá de los estereotipos: desafíos en torno al estudio de las familias migrantes. In: Grupo Interdisciplinario de Investigador@s Migrantes (org.). *Familias, niños, niñas y jóvenes migrantes: rompiendo estereotipos*. Madri: Iepala Editorial, 2010.

PEIXOTO, João. As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas. SOCIUS Working Papers, n. 11, 2004. Disponível em <https://socius.rc.iseg.ulisboa.pt/publicacoes/wp/wp200411.pdf>

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 31, n. 3, 2023. DOI: 10.1590/1806-9584-2023v31n383260. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/83260>>. Acesso em: 09 out. 2024.

PETRAS, Elizabeth McLean. The Global Labor Market in the Modern World-Economy. **International Migration Review**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 44–63, 1981.

PETRY, Roberta Morgana; SOUZA, Jéssica Carvalho de. Rodas de conversa: a língua para o acolhimento do sujeito migrante. In: REDIN, Giuliana. *Migrações internacionais: experiências e desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil*. Santa Maria: Editora UFSM, 2020.

PHIZACKLEA, Annie. Gender and Transnational Labour Migration. In: BAROT, Rohit; BRADLEY, Harriet; FENTON, Steve. *Ethnicity, Gender and Social Change*. London: Palgrave Macmillan UK, 1999.

PHIZACKLEA, Annie. Migrant Women and Wage Labour: The Case of West Indian Women in Britain. In: WEST, Jackie (org.). *Work, Women and the Labour Market*. Nova York: Routledge, 1982.

PLATAFORMA R4V. Total de Refugiados (as) e Migrantes da Venezuela no Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/brazil>. Acesso em 20 ago. 2024.

RIBAS, Claudia Vargas. La migración en Venezuela como dimensión de la crisis. **Pensamiento Proprio**, v. 47, p. 91-118, 2018. Disponível em: <<http://www.cries.org/?p=4635>>. Acesso em: 2 ago. 2024.

RICH, Adrienne. *Of Woman Born. Motherhood as Experience and Institution*. New York: Norton & Company, 1976.

ROCHA, Marina Vasconcellos; MAGALHÃES, Andrea Seixas; MATOS, Mariana Gouvêa de. Maternidade distante do país de origem: “aqui a gente não tem uma aldeia”. **Psicologia Revista**, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 344–367, 2023.

ROSA, Rita de Cassia Quadros *et al.* Gênero, migração e vulnerabilidade: corpos de mulheres em deslocamento. **Revista Eletrônica Científica da UERGS**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 138–146, 2019.

RUBIN, Gayle. O Tráfico de Mulheres Notas Sobre a “Economia Política” do Sexo. In: RUBIN, Gayle. *Políticas do Sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017, p.5-54.

RUDDICK, Sara. *Maternal Thinking: Toward a Politics of Peace*. New York: Balantine Books, 1989.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria. Rompendo o isolamento: Reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90*, [s. l.], v. 27, p. 1–18, 2020.

SANTIAGO, Lorenzo. Há 35 anos, 'Caracazo' era ponto de virada na política da Venezuela. Brasil de Fato, 27 de fevereiro de 2024. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/27/ha-35-anos-caracazo-era-ponto-de-virada-na-politica-da-venezuela>>. Acesso em 20 set. 2024.

SARTI, Cynthia Andersen. Contribuições da antropologia para o estudo da família. **Psicologia USP**, [s. l.], v. 3, n. 1–2, p. 69–76, 1992.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teorias das Migrações Internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000. Anais. Caxambu, 2000.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 173–186, 2008.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s. l.], v. 5, n. 8, p. 47–59, 2001.

SCHUSTER, Kathleen. Petróleo é benção e maldição para Venezuela. DW, 20 maio 2018. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/2bVbB>> Acesso em 04 ago. 2024.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <https://archive.org/details/scott_gender>. Acesso em: 7 jul. 2024.

SILVA, Marcele de Moraes. Transfobia no feminismo radical de segunda onda? Uma análise dos seus pressupostos materialistas. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SIMÕES, Gustavo da Frota *et al.* Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil. Curitiba: CRV, 2017.

SINGLY, François de. *Sociologia da Família Contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SISMIGRA. DataMigra BI. 2021. Disponível em: <<https://www.datamigra.unb.br/>>. Acesso em 02 jun. 2024.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, [s. l.], v. 71, n. 2, p. 51–67, 2019.

TONHATI, Tânia; MACEDO, Marília de. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; MACEDO, Marília de (org.). *Imigração e Refúgio no Brasil: Relatório Anual 2020*. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais, 2020.

TONHATI, Tânia; PEREDA, Lorena. A feminização das migrações no Brasil: a inserção laboral das mulheres imigrantes (2011-2020). In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. *Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

TORRALBO, Herminia *et al.* *Migración con ojos de mujer. Una mirada interseccional*. [S. l.]: Ediciones Universidad Simón Bolívar, 2019.

TORRES, Anália Maria Cardoso. *Sociologia da Família: Teorias e Debates. Prova de Agregação em Sociologia*. Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2010.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; RALDI, Amanda. A migração de mulheres venezuelanas para o Brasil durante a pandemia da Covid-19: desafios políticos, laborais e sociais. **ESTUDOS LEGISLATIVOS**, v. 1, p. 42-61, 2021.

UN DESA. *Migration and Migrants: A Global Overview*. 2021. Disponível em: <<https://worldmigrationreport.iom.int/what-we-do/world-migration-report-2024-chapter-2/international-migrants-numbers-and-trends>>. Acesso em: 20 set. 2024

VARELA-HUERTA, Amarela; PEDONE, Claudia. Migrar, atorarse, permanecer y reexistir en familia por los corredores migratorios desde y en América Latina. In: CANTO, Laura Echavarría et al. *Trans-fronteriza no. 20 : migraciones y feminismos*. Buenos Aires: CLACSO, 2024.

VASCONCELOS, Iana dos Santos; SANTOS, Sandro Martins de Almeida. La Dieta de Maduro: migração venezuelana, geopolítica e alimentação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 25–46, 2021. DOI: 10.14295/rbhcs.v13i26.13147. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/13147>>. Acesso em: 2 jun. 2023.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, [s. l.], v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.

WAGNER, Heike. Maternidad transnacional: discursos, estereotipos, prácticas. In: HERRERA, Gioconda et al. América Latina migrante: estado, familias, identidades. Quito: FLACSO, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Capitalist World Economy. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos Direitos da Mulher. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do Feminismo. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021.

ZLOTNIK, Hania. Migration and the Family: The Female Perspective. **Asian and Pacific Migration Journal**, [s. l.], v. 4, n. 2-3, p. 253-271, 1995.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados Pessoais

Idade

Estado Civil

Escolaridade

Profissão

Endereço (bairro / casa ou apartamento /aluguel)

Quantidade de filhos e idades

Quantas pessoas moram na casa

Qual a faixa de renda familiar?

Projeto Migratório

Quais motivos levaram a sair da Venezuela?

Quando chegou ao Brasil?

Por que escolheu o Brasil?

Como e quando chegou a Curitiba? Por que Curitiba?

Qual é a sua condição migratória (solicitante de refúgio, refugiada, residência, estudante, etc)?

Quais documentos você possui (CPF, Cartão SUS, Carteira de Trabalho, CadÚnico, etc)?

Processos Integrativos

Você trabalha / estuda / gera renda?

Todos os adultos da família estão trabalhando?

Todas as crianças estão matriculadas na escola?

Você tem amigos brasileiros?

Você participa de algum grupo comunitário migrante? (Igreja, cursos, etc)

Quais foram as dificuldades quando você chegou em Curitiba?

Você já foi vítima de discriminação pelo fato de ser migrante?

Práticas maternas e dinâmicas familiares

Na sua opinião, o que é ser mãe?

Você já deixou de fazer alguma coisa por ser mãe? (passear, trabalhar, viajar, etc)

Para você, qual é o lado positivo de criar seus filhos no Brasil? E o negativo?

Quais são as principais tarefas que você realiza em casa (cozinhar, lavar roupa, dar banho no

filho, etc)?

Você tem ajuda de alguém com as tarefas domésticas e para cuidar das crianças? Quem?

Em casa, vocês normalmente conversam em qual língua?

Você acompanha notícias, *influencers*, séries da/sobre a Venezuela? (Rádio, youtube, instagram, grupo whats

Você cozinha comidas típicas Venezuelanas? Com que frequência? Encontra os ingredientes? Alguém da família pede ou é decisão sua?

Você tem familiares na Venezuela? Se sim, como mantém o contato?

Você envia dinheiro para a Venezuela (remessas)?

O que você faz no seu tempo livre? (assistir tv, descansar, passear, ler, etc)

Você acha que sua visão sobre a maternidade mudou depois que você migrou?

Perspectivas Futuras

No futuro, você planeja ficar aqui no Brasil?

Tem alguém que você gostaria de trazer da Venezuela?

Geral

Tem algo que eu não perguntei mas que você gostaria de me falar?

Você consegue me indicar alguém para participar da pesquisa?